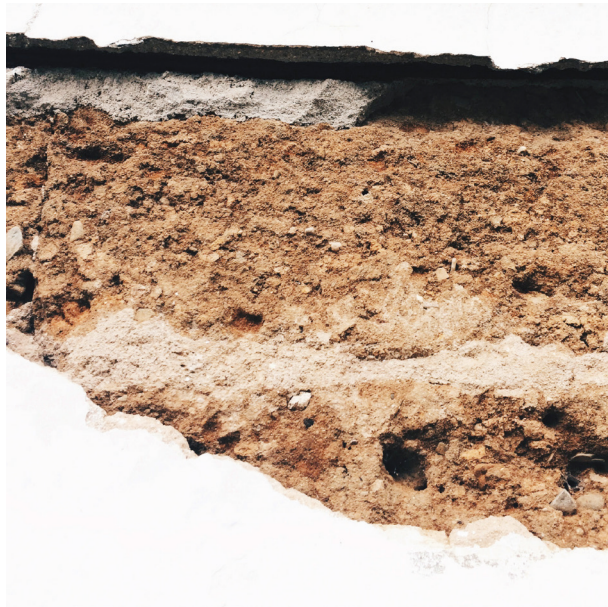


Maria João Santinhos Trindade Pereira Latas



A Casa da minha Avó

Recuperação de um *monte* Alentejano

Universidade do Porto
Faculdade de Arquitectura
2019

A Casa da minha Avó

— Recuperação de um *monte* Alentejano

Maria João Santinhos Trindade Pereira Latas

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Orientadores
Pedro Alarcão e Silva

Co-Orientadora
Clara Pimenta do Vale

A presente dissertação de mestrado teve início em Setembro de 2017. As aulas e conversas com o Professor Francisco Barata Fernandes abriram portas a um objecto de estudo e motivações novas, alimentadas pelo seu entusiasmo, curiosidade, conhecimento e profunda simpatia. O seu desaparecimento em Agosto de 2018 deixou um vazio sentido genuinamente pelos familiares, colegas e pelos que, como eu, tiveram a sorte de ser seus alunos.

Apesar das limitações burocráticas não o permitirem, não podemos deixar de sublinhar que orientação deste trabalho foi feita, primeiramente, pelo Professor Francisco Barata, e continuada pelo Professor Pedro Alarcão e pela Professora Clara Vale.

À minha casa: os meus pais e os meus avós.

Nota Prévia

A presente dissertação foi redigida ao abrigo do Antigo Acordo Ortográfico. Para uma maior uniformidade da escrita e fluidez de leitura do texto, todas as citações presentes foram traduzidas do inglês, italiano e castelhano para português pela autora. As fontes fotográficas são apresentadas no final do trabalho. Ao longo do texto surgem citações e referências bibliográficas que optámos por incluir em rodapé em formato abreviado. A referência completa pode ser consultada no capítulo Referências Bibliográficas, no formato Chicago, estilo Autor-Data. O epílogo de cada capítulo apresenta uma referência simplificada, na forma (Autor, Título: página) e a sua versão completa pode ser consultada no mesmo capítulo anteriormente referido.

Sumário

9	Resumo Abstract
13	Nota Introdutória
19	Reconhecimento
25	Enquadramento Local
31	Casas do Litoral Alentejano
37	Monte Novo da Pereira
45	Situação Actual
53	Sobre o <i>autêntico</i>
69	O <i>porquê</i> do <i>como</i>
77	“O que é a Casa? O que é o sítio de onde tu vens?”
87	Enquadramento Material
99	Programa
105	Reconhecimento e Anomalias
113	Reflexão
131	Considerações Finais
135	Referências Bibliográficas
143	Créditos de Imagens
147	Anexos
157	Agradecimentos

Resumo

Motivated by a very personal concern, the current master's dissertation lays out a research process and ensuing development of an architectural proposal for the rehabilitation of a *monte* in Coastal Alentejo, likely built in the middle of the 19th century.

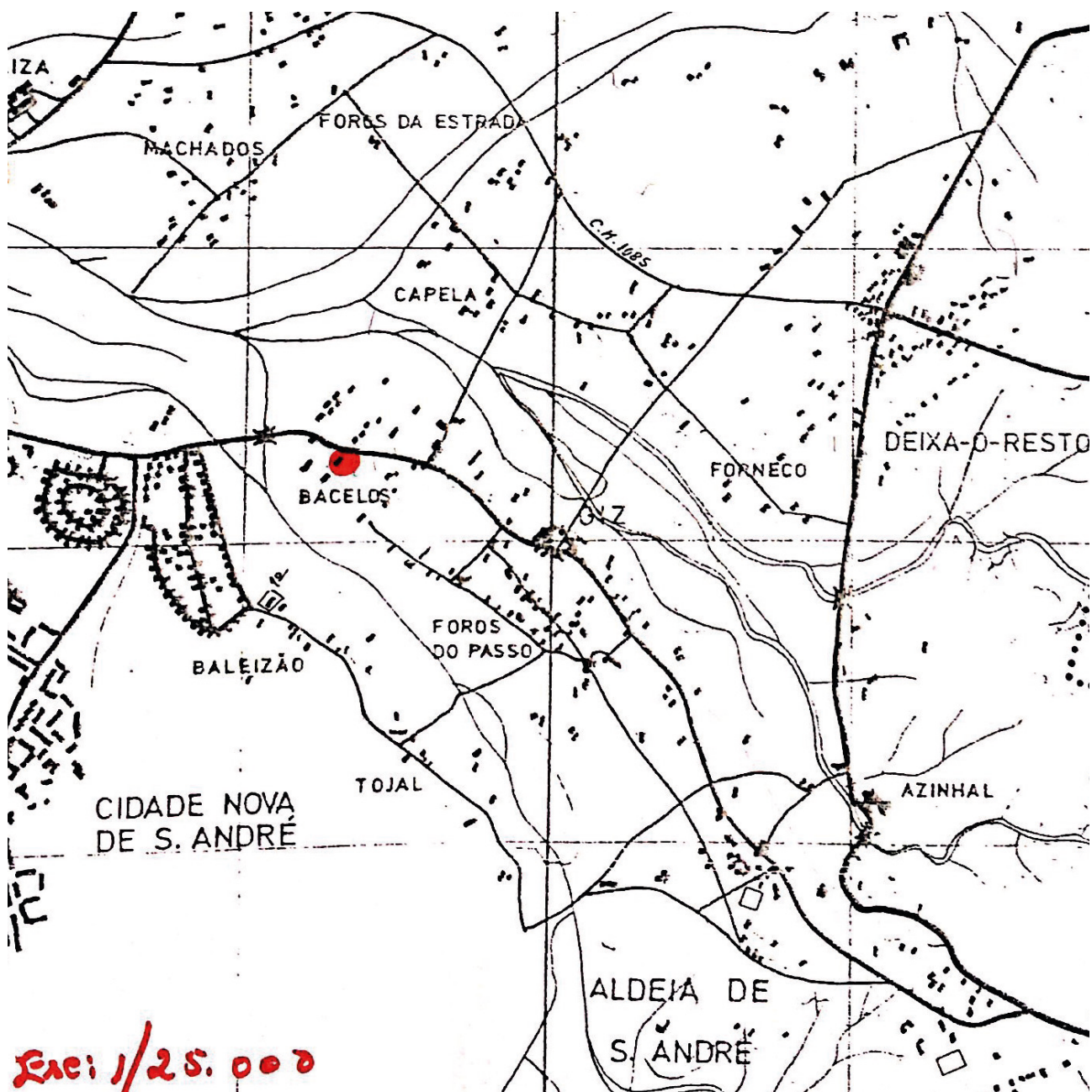
The building in question, an example of regional vernacular architecture, is abandoned and in ruin: both its rammed earth walls and the wooden structure that supports the roof have been, for years, in a state of decay that prevents its use. Our intent is that of restoring habitability to the house, balancing the current needs of a small home and the respect and wish to maintain the vernacular heritage. Through successive approaches to the house, which frame it in its site, its history, the social structure it bears and in the current paradigm of intervention on vernacular heritage, we lay the foundation to the knowing the object that will allows us to ponder and plan its future. We also believe that, more than a figure or collective, the vernacular house is the organic result of several conditionings and the empirical research to overcome them, materializing, without an author but with reasons, in a house-object. Thus, we find of extreme importance that the process included human elements, present along the text through memory reports which complete the image of the *monte*'s past, guiding what can become its prospected development.

Considering the intention of actually building the proposal here presented, the project uses data and drawings that correspond to a licensing phase, compounding what we hope is a well-integrated plan with the potential to contribute to maintain the vernacular heritage in southern Portugal.

Motivada por uma preocupação pessoal, a presente dissertação de mestrado integrado dá conta de um processo de pesquisa e consequente desenvolvimento de uma proposta para a reabilitação de um *monte* alentejano com data provável de construção na segunda metade do século XIX.

O edifício em causa, exemplo de arquitectura vernacular da região, encontra-se abandonado e em ruína: tanto as suas paredes de taipa como a estrutura de madeira que suporta o telhado se encontram, há anos, num estado de decadência que impede a utilização dos seus espaços. Pretendemos, então, devolver a habitabilidade à casa, equilibrando aquelas que são as necessidades actuais de uma pequena habitação e o respeito e desejo de manutenção do património vernacular. Através de sucessivas aproximações à casa, enquadrando-a no seu local, na sua história, na estrutura social que suporta e na actualidade da intervenção em património vernacular, assentamos a base de conhecimento do objecto que nos permite considerar e projectar o que será o seu futuro. Entendemos ainda que, mais do que uma figura ou colectivo, a casa vernacular é o resultado orgânico de diversas condicionantes e da procura empírica de as ultrapassar, materializando-se, sem autor, mas com motivos, num objecto-casa. Por essa razão, considerámos muito importante que o processo não dispensasse os elementos humanos, presentes no decorrer do trabalho através de relatos de memórias que completam a imagem do passado do monte orientando o que pode vir a ser o seu desenvolvimento.

Tendo em conta a intenção de efectivar a construção da proposta apresentada, o projecto é assente com dados e desenhos correspondentes a uma fase de licenciamento, conformando o que esperamos ser um plano bem integrado e com o potencial de contribuir para a manutenção do património vernacular no sul de Portugal.



Esc: 1/25.000

Nota Introdutória



“De todos os modos de evocar o património, o mais belo é a memória.”

(Manuel GRAÇA DIAS, “A Prova”: 3)

A presente dissertação de mestrado integrado, dá conta de um processo de pesquisa e consequente desenvolvimento de uma proposta para a reabilitação de um monte¹ alentejano perto de Santiago do Cacém.

O objecto de estudo é constituído por uma habitação térrea, de planta simples, com três divisões no espaço de residência, construída em taipa em meados do século XIX. Adjacente à casa, encontra-se um volume de antigos anexos agrícolas, também incluído na proposta de reabilitação que apresentaremos. A propriedade, o Monte Novo da Pereira, inclui ainda uma moradia recente e um volume separado utilizado como garagem, rodeados por terreno agrícola e um pomar.

O interesse pela intervenção tem origem na vivência da propriedade, na preocupação com a carga identitária da arquitectura vernacular² (e a sua perda) e na valorização da reabilitação patrimonial em detrimento do impulso de nova construção.

A primeira parte do trabalho começa por inserir o Monte no Alentejo litoral, fazendo uma breve apresentação da região, da sua demografia, das economias locais e da evolução urbana na envolvente imediata do Monte.

Estes dados conduzem-nos às casas características da região, que são apresentadas através da descrição de uma casa-tipo e permitem um melhor entendimento da forma da própria casa de estudo.

De seguida, fazemos a apresentação do Monte Novo da Pereira, propriedade e casas, e damos conta do modo como a casa mudou ao longo dos anos e como se adaptou

¹ Termo que designa, simultaneamente, a propriedade rural alentejana e a habitação nela incluída, usualmente implantada num ponto alto da propriedade. ² Region. (Alent.). Sede de herdade, por vezes num ponto elevado da propriedade, constituída por vários edifícios à volta de um pátio e que é também residência do proprietário ou do feitor. 3. Region. (Alent.). Propriedade rústica, composta por terrenos plantados de sobreiros e azinheiras e por terras de sementeira; herdade. 4. Region. (Alent.). Pequeno agregado populacional, constituído por um pequeno número de casas; lugarejo.” in ACADEMIA das Ciências de Lisboa, Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Editorial Verbo, Lisboa, 2001, p. 2521

² Não quisemos, neste documento, demorar-nos nos debates terminológicos que rodeiam este termo. Estamos cientes das particularidades dos termos utilizados a par deste, nomeadamente “arquitectura popular”, “arquitectura tradicional” e “arquitectura autóctone” mas fazemos uso de alguma liberdade neste sentido, utilizando de forma intercambiável as diversas expressões. Sobre este tema, lemos com muito interesse o texto de G. CARLOS, M. CORREIA e S. ROCHA, “Vernacular Architecture?” in CORREIA, LOURENÇO & VARUM (eds.), *Seismic Retrofitting: Learning from Vernacular Architecture*, Taylor & Francis Group, Londres, 2015, pp. 11-16



[2]

Casa abandonada, executada em taipa, no Monte dos Olhos Bolidos, Santiago do Cacém. Foi objecto de intervenção pela última vez em 1925. Apesar do abandono visível, apresenta uma resistência fora do comum, provavelmente devido ao cuidado de execução e manutenção, tendo em conta que pertence a um Monte de proprietários abastados.

à natural transformação das circunstâncias.

A perspectiva de intervir numa casa vernacular no século XXI potenciou uma necessária observação das intervenções e reconstruções nossas contemporâneas em contextos similares. Notámos uma mudança de paradigma e compreendemos o modo fachadístico como o património vernáculo vem a ser tratado. Em seguida, dedicamos um momento do trabalho à clarificação do que entendemos por autêntico, procurando trazer para a boca de cena a questão identitária que julgamos descuidada.

De seguida, procuramos compreender de que maneira as preocupações anteriormente sublinhadas estão enquadradas nos documentos que norteiam as intervenções em locais com interesse patrimonial. Verificamos a crescente relevância que têm os lugares não monumentais e as paisagens rurais em Cartas patrimoniais, reforçando a original intenção de ver preservada a arquitectura vernacular como elemento cultural e identitário distinto.

A identidade local, comunitária, revela-se indissociável da identidade singular consolidada no Monte Novo da Pereira. A revisita ao monte centra-se, agora, nas sucessivas utilizações do espaço, conferindo uma base para o desenvolvimento da proposta de uso futuro.

A segunda parte do trabalho aproxima-se da proposta em termos práticos. Começamos por apresentar os materiais principais que compõem a casa, compreendendo-os como partes de um sistema cuja organicidade consideramos desejável e pretendemos manter.

Assentes os pontos de interesse da intervenção, avançamos para uma explicação do programa da casa, que evoluiu durante a pesquisa, reflectindo o contraste entre as expectativas para o projecto e os encontros temáticos proporcionados pelo desenvolvimento do trabalho.

O momento seguinte expõe, através dos levantamentos gráfico e fotográfico, as anomalias da casa, aqui registados não só como ponto de relevo para a proposta de reabilitação no contexto do presente trabalho académico, mas também como ponto de situação a considerar aquando da fase de construção.

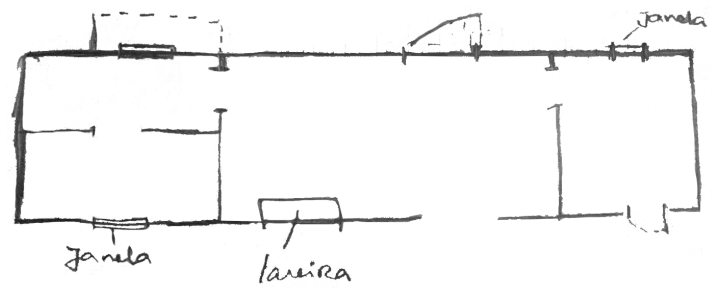
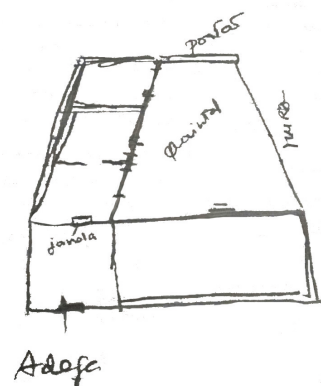
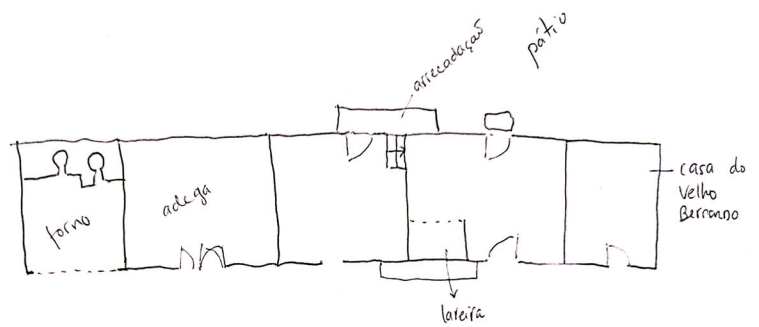
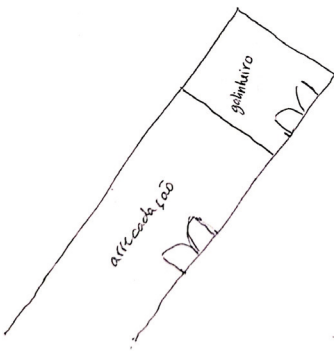
O trabalho conflui, de seguida, numa ponderação das questões levantadas, das prioridades definidas, de referências externas e do programa estabelecido, reflectindo-se na proposta de intervenção que, então, apresentamos através de plantas, cortes, alçados e axonometrias desenhados.

[3]

Ida à praia na Costa de Santo André, cerca de 1950



Reconhecimento



[4]

O Monte Novo da Pereira fotografado desde um helicóptero em 1997. À direita em cima, os anexos agrícolas; abaixo, a casa velha caiada de branco; ao centro, uma moradia construída cerca dos anos 1980 e, à sua esquerda, um volume improvisado de garagem que viria a ser construído em betão posteriormente.

“A memória habita os materiais, os sistemas constructivos, as edificações e as cidades.”

Jocelyn GONZÁLEZ, “La Arquitectura sin Arquitectos”:13)

[5]

Planta esboçada da casa velha, feita pela autora antes da primeira visita.

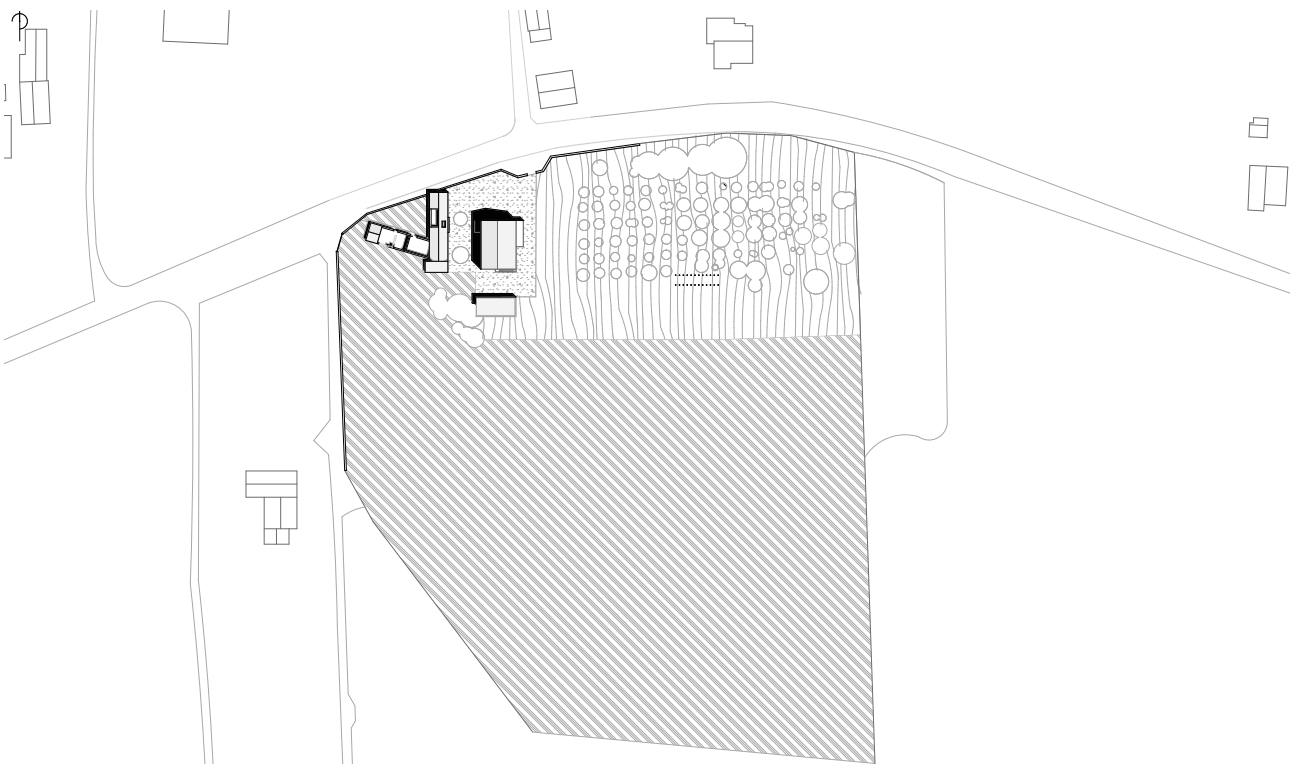
A vontade de dar atenção a esta casa é o resultado natural de uma vivência regular deste lugar durante a infância, antes do seu abandono, agora apoiada no percurso académico que se conclui e que informa a vontade de não deixar que a casa se limite a seguir o caminho da ruína. Assim, a primeira abordagem à casa, o primeiro reconhecimento, aconteceu num plano muito pessoal, singular e subconsciente. Devido a dificuldades de acesso ao interior da casa, começámos por conversar acerca da *casa velha* com base em plantas simples, desenhadas de memória, pela autora. Os anos que tinham passado desde a última vez em que tinha visitado a casa levaram a incongruências na própria memória do seu interior (nomeadamente, uma diferença de cota que, apesar de vivamente recordada, não parecia ter motivo para existir nem expressão no alçado da casa), razão pela qual se partiu para um segundo exercício de desenho de memória, desta feita pela mãe da autora, que veio esclarecer as questões levantadas e suscitar outras. Estes exercícios reforçaram a necessidade da visita física ao interior da casa, que revelou ainda uma terceira versão.

[6]

Planta esboçada da casa velha, feita pela mãe da autora antes da primeira visita.

Este confronto entre as recordações materializadas e o levantamento da realidade a que se procedeu, salientou o facto de a casa ser, para além de um local físico, um local de memória que, dado o carácter pessoal das memórias, se apresentou de forma distinta para cada um dos que dela se lembram. Assim, pareceu-nos importante fazer o levantamento das *memórias* que a casa suscita e encerra, através de quatro personagens, de três gerações, que, ao longo do tempo, viveram a casa e a sua mutação, de modo a aproximar-nos do que terá sido a sua realidade. Foi muito importante conhecer um outro nível de diálogo, assente num pragmatismo que já é, em si mesmo, um elemento identitário. Conversámos com Soledade Santinhos (n. 1934), a proprietária, que viveu no Monte Novo da Pereira desde criança, exceptuando um período de 1965 a 1982, em que o Monte foi residência secundária¹ e durante o qual se mandou construir a moradia de dois pisos que é, actualmente, a casa principal (*casa nova*); Maria Pereira (n. 1961), filha de Soledade, que sempre teve no Monte Novo da

¹ Durante este período, a família habitava em Pinheiro da Cruz, Grândola, e regressava ao Monte Novo da Pereira apenas durante os fins-de-semana.



Implantação Terreno 1 : 2000

[7]

Fotografia de família, anos 1960

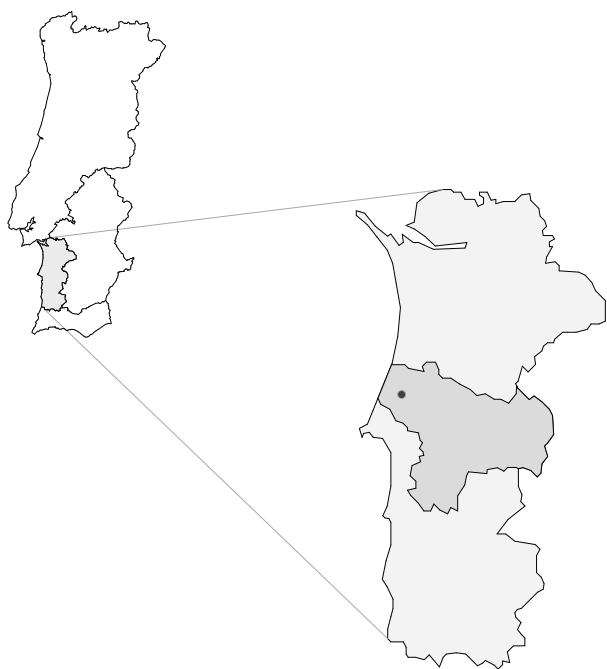
Pereira a residência secundária, quer ainda na *casa velha*, quer na *casa nova*; Antónia Ventura (n. 1934), vizinha e amiga de Soledade desde a infância, que esteve presente durante uma das conversas gravadas, permitindo um comentário imprevisto sobre o contexto social e o quotidiano; inclui-se ainda a autora da presente dissertação, utilizadora periódica do Monte, que experiencia a *casa nova*, enquanto habitação de férias, e a *casa velha*, enquanto edificado secundário. Estes testemunhos pessoais foram obtidos através de conversas-entrevistas, gravadas e reproduzidas em anexo, apesar de, pontualmente, serem chamadas ao texto principal para fornecer alguma contextualização ou esclarecer fontes.

[8]

O Monte Novo da Pereira com a área total da propriedade marcada a cinza.



Enquadramento Local



[9]

Mapa da sub-região do Alentejo Litoral com o concelho de Santiago do Cacém em realce e a localização do Monte Novo da Pereira

“A inclemência ou a amenidade do Sol, a ausência ou abundância de chuvas, a frequência de vendavais ou a brandura das brisas, paralelamente com a riqueza ou a pobreza do solo e seu relevo, a montanha, a planície, o rio e a presença do mar encaminham o Homem para o seu destino. (...) Trabalha e constrói em acordo com todos eles, identificando-se coerentemente com a Natureza.

O clima, caracterizando o meio, define inexoravelmente toda a actividade humana – o trabalho, a alimentação, a psicologia, a família, a casa”

(Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*: 279)

“Mediterrânico por natureza e atlântico por posição”¹, o Alentejo é a região mais vasta do país, dividida em 5 sub-regiões², nas quais se inclui o Alentejo Litoral. As Serras de Grândola e do Cercal formam uma barreira física natural entre a planície litoral e a planície do Vale do Sado, impedindo que o ar marítimo chegue ao interior e, no sentido inverso, que as massas de ar quente alcancem o litoral. Deste modo, o litoral apresenta um clima mais ameno, à semelhança da restante costa ocidental portuguesa, onde a chuva é mais frequente e as amplitudes térmicas são menores.

A densidade populacional no Alentejo é muito baixa e, apesar de ter existido um claro aumento de população na região litoral ao longo dos anos, o concelho onde se localiza o objecto de estudo, Santiago do Cacém, foi um dos que viu a sua população diminuir. O Alentejo e, nomeadamente a costa Vicentina, têm vindo, nos últimos anos, a reforçar a sua popularidade como destino turístico, criando uma flutuação ocupacional ao longo do ano, com um grande aumento durante os meses de Verão³.

Uma análise rápida dos dados recolhidos⁴ permite confirmar o que a experiência própria e observação ao longo do tempo já permitiam supor: este, que era um concelho maioritariamente rural, vê-se agora dedicado principalmente ao sector terciário. A seu tempo, tiveram grande relevância as actividades

[10]

O Bairro da Empec nos anos 60 durante a construção do centro urbano de Santo André

[11]

Registo de uma pescaria na Lagoa de Santo André. Cerca de 1959

¹ Alfredo SARAMAGO, Livro-Guia do Alentejo, Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

² De acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 3): Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Alentejo Central e Baixo Alentejo. “Note-se que esta divisão não coincide com a antiga região tradicional do Alentejo, que era constituída por duas das antigas províncias: o Alto e Baixo Alentejo e que era ligeiramente menor que a actual, incluindo apenas os distritos de Évora e Beja (na sua totalidade), praticamente todo o distrito de Portalegre (excepto o concelho de Ponte de Sôr, que fazia parte da antiga província do Ribatejo), e a metade sul do de Setúbal (os concelhos desse distrito que fazem parte da actual região do Alentejo Litoral (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines).”, conforme consultado em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alentejo>

³ O concelho de Santiago do Cacém registou o maior aumento de número de alojamentos turísticos da região, que quintuplicaram entre 2009 e 2017, segundo os dados consultados em <https://www.pordata.pt/Municipios/Alojamentos-tur%C3%ADsticos+total+e+por+tipo+de+alojamento-746> a 27.05.2019

⁴ Censos de 1960, 1981, 2001 e 2011, consultados em <https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-591> | <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+segundo+os+Censos+total+e+por+sector+de+actividade+econ%C3%B3mica-145-605>, consultados a 1.04.2019



[12]
Vista aérea do terreno do
Monte Novo da Pereira e da sua
envolvente imediata.

agro-pecuárias: historicamente, o cultivo de maior relevância era o de cereais, nomeadamente trigo, aveia, cevada e milho. Paralelamente a estas culturas, e com início em 1820 na freguesia de Santo André⁵, ganhou rapidamente importância o cultivo de arroz, fazendo proveito do solo alagadiço litoral (o Inquérito⁶ identifica a área como sendo de cultivo de “*arrozais e horta*”).

Tal como no restante território, verificou-se uma mudança de paradigma económico que resultou, eventualmente, no actual relevo do sector de serviços, preterindo a actividade agrícola. Note-se o paradoxo, no entanto, de a envolvente da casa de estudo ter um carácter maioritariamente rural: as propriedades são extensas com pouca área edificada, os terrenos (agora abandonados) descansam como terrenos demoradamente baldios, as máquinas e aparelhos agrícolas são visíveis ao lado de cada casa. Parece existir, apesar de tudo, uma resistência agrícola, um sentimento geral, herdado, de que a terra tem produtos para dar e merece esse investimento e preservação.

Numa época anterior, em que a supremacia da agricultura não tinha concorrência, e em grande contraste com o território e actividades envolventes, uma decisão administrativa veio mudar forte e permanentemente a paisagem deste litoral alentejano com a construção de raiz do Centro Urbano de Santo André, pensado inicialmente para cem mil habitantes⁷ e construído numa área “*onde não havia nada, nada, rien du tout. Era areal, pinhal, arrozal, a costa e a lagoa.*”⁸

“Quem diria, que de uma charneca daquelas, havia de dar nisto!”

[13]
Monte Novo da Pereira, cerca
de 1965.

Com uma ocupação tendencialmente dispersa, o terreno fora dos limites da cidade está organizado em montes e propriedades de maior ou menor dimensão e com ocupação, quase exclusivamente, agrícola e pecuária de subsistência. O desenvolvimento urbano veio perturbar a antiga organização do espaço, que não contava com grandes barreiras naturais e se viu forçada a lidar com uma estrada nacional e um aumento de tráfego, automóvel e humano, inesperado.

A localidade em que se insere o caso de estudo, Giz, pouco mais é do que um trecho nomeado da Estrada Nacional CM1085, popularmente considerado como pertencente a Santo André Velho, nome popular da Aldeia de Santo André, antigo centro de maior concentração habitacional.

5 José MATIAS, *Moinhos de vento no concelho de Santiago do Cacém, Memória e escrita alentejana*. Lisboa: Colibri 2002, página 22

6 Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*. 2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980.

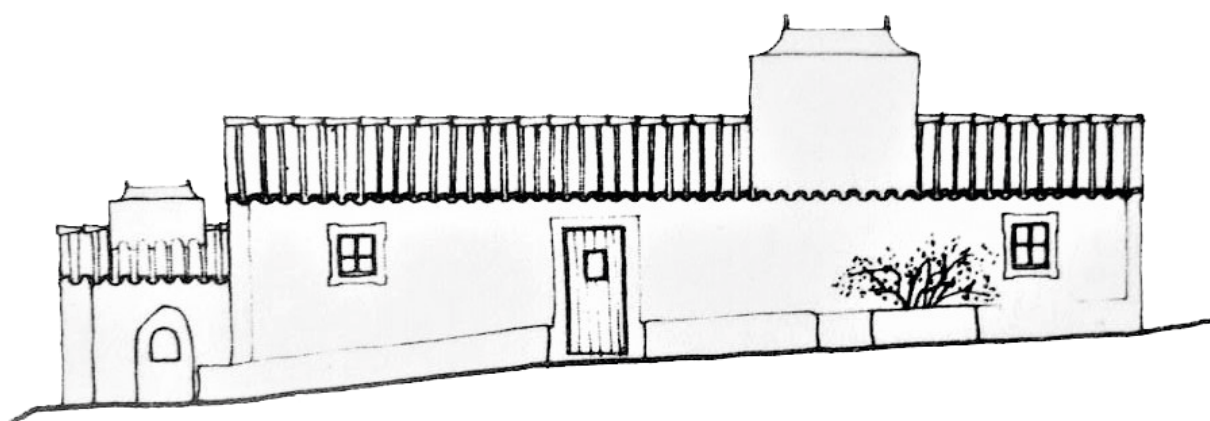
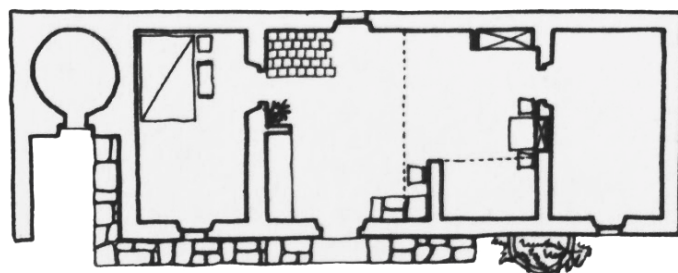
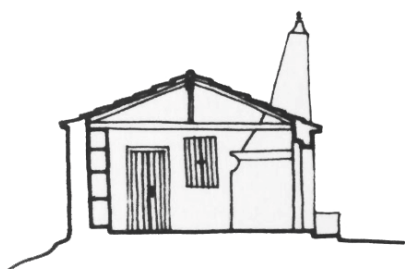
7 Em 1971 a zona da Lagoa de Santo André passa a ser gerida pelo Gabinete da Área de Sines (GAS), criado para preparar a instalação de um grande porto de mar e refinaria de petróleo em Sines. Com a abertura do Complexo Industrial de Sines (CIS), em 1973, o GAS deu início à construção de um Centro Urbano para albergar os trabalhadores do Complexo. A previsão de ocupação era maior do que a que eventualmente se verificou dado que, à época, Portugal explorava ainda colónias em África e era antevisto que o petróleo proveniente de Angola implicasse um maior volume de trocas e produção. Com a descolonização decorrente da Revolução de Abril de 1974, deu-se uma mudança no plano de desenvolvimento para a região que culminou, em 1989, na transição da administração do território para a Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Vila Nova de Santo André tem, desde 2003, o estatuto de cidade, ultrapassando a função que originalmente se lhe tinha atribuído de “dormitório” do Complexo Industrial de Sines, apesar de ter apenas cerca de onze mil habitantes dos cem mil inicialmente previstos.

8 Raquel RIBEIRO, «Santo André. A cidade que continua por fazer», PÚBLICO, disponível em <https://www.publico.pt/2014/08/17/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422> | acedido a 7.06.2018

9 Conversa com Soledade Santinhos, transcrita em anexo, página 147



Casas do Litoral Alentejano



[14]

[15] Corte, planta e alçado dianteiro do monte-tipo do Litoral Alentejano esquematizado no Inquérito à Arquitectura Portuguesa

“A arquitectura alentejana é macia.”

(Eduardo SOUTO DE MOURA, “Grande Entrevista”)

Durante a realização do inquérito que resultou na publicação do livro *Arquitectura Popular em Portugal*, a zona do Alentejo Litoral foi estudada em conjunto com a do Baixo Alentejo e Algarve (Zona 6¹). Esta associação é extensível a muitas publicações contemporâneas e posteriores a essa que dão conta das semelhanças entre as habitações vernaculares nesta região e nas regiões contíguas. Variados elementos de casas típicas algarvias coincidem com alguns de casas típicas do litoral alentejano, algo que facilmente se compreende atendendo à proximidade geográfica e às semelhanças verificadas em termos de geologia, meteorologia e actividades económicas².

Apesar das semelhanças, consegue identificar-se no Alentejo Litoral uma habitação-tipo. O termo *monte alentejano* refere-se não só à habitação de trabalhadores agrícolas e aos seus anexos, mas também à totalidade da propriedade rural, mais ou menos extensa e é utilizado em todo o Alentejo, apesar de serem observáveis diferenças formais nas diferentes regiões em que se divide.

Estas casas ficam normalmente situadas numa elevação, sobressaindo na planície alentejana. As construções vernáculas como a que aqui analisamos albergam, usualmente, as funções de habitação, abrigo de gado e armazenamento de alfaías e produtos agrícolas. Estes edifícios de pequena escala têm planta rectangular, cobertura de duas águas realizada com telhas de canudo e paredes com altura não superior a 2,50m e largura entre os 35cm e os 60cm, executadas em taipa. Em volume separado (frente ao alçado principal da casa) ou anexado à casa, na continuação do volume, é comum encontrar *casas de forno*, ou pequenas edificações que, mais ou menos resguardadas, acolhiam o forno de lenha. Adossado à parede do forno, ou na fachada da casa existe, na sua proximidade, um *pial*³, principalmente utilizado para pousar os tabuleiros do pão e *quartas*⁴ de água, mas que se desdobra funcionalmente num banco e espaço de convívio informal e espontâneo, facilmente associado à

1 Inquérito sob a organização dos Arqs. Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres.

2 Dadas estas semelhanças, utilizam-se, ao longo deste trabalho, textos e estudos referentes a edificações em taipa no Algarve, salvaguardando-se sempre as devidas diferenças.

3 Poial. Apesar da grafia corrente, utiliza-se ao longo da presente dissertação a grafia “pial”, correspondente à regionalmente utilizada e com registo no dicionário António HOUAISS e Mauro de Salles Villar, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002). página 6428

4 Cântaros



[16]

Monte abandonado em Santo André, exemplar da casa-tipo do litoral alentejano, com o forno exterior na continuação do volume, um espaço central de estar e refeições e um quarto de dormir em cada lado.

casa típica alentejana. A partir do exterior não é possível distinguir as divisões interiores, assinalando-se apenas o espaço de estar (*lugar do fogo*) com a presença de uma imponente chaminé.

“O tipo de material mais empregado em paredes de elevação na área abrangida pela Zona [6] é a taipa, a qual aparece desde o litoral algarvio até ao vale do Sado.”⁵

Os espaços da casa alentejana são necessariamente versáteis: fruto de um extremo aproveitamento de meios e nascida de uma pobreza real, a poupança de espaço representava uma poupança económica. Assim, era frequente fazer acrescentos ao volume principal da casa ao longo dos anos, para dar resposta a aumentos de agregado familiar ou a necessidades de maior área de arrumos, materializadas longitudinalmente e com conexão apenas através do exterior – algo que não surge como problemático considerando o habitual clima seco. As *arramadas*⁶, anexas ao volume principal da casa ou num edifício adjacente, serviam de albergue a trabalhadores do monte, abrigo de animais e arrumos para produtos e ferramentas necessárias para o funcionamento da exploração agrícola.

O interior da casa, com chão de terra batida ou ladrilhos de tijoleira, tem poucas divisões, normalmente não mais que três: uma correspondente ao espaço de estar e cozinhar e uma ou duas correspondentes aos quartos. Têm usualmente poucos e pequenos vãos (justificados não só pelas limitações do material de construção como também pela forte incidência solar nestas regiões). O interior da casa orbita em torno do *lar*, uma lareira de grandes dimensões, encimada por uma chaminé igualmente notável, à volta da qual se socializa e se cozinha. *“Até meados do século XX, chegando mesmo aos anos 70, na casa alentejana, a cozinha reunia todas as funções ‘sociais’, que pressupõem a convivialidade – era à volta do fogo que tudo se passava, existindo apenas uma separação dos quartos de dormir ou alcovas.”⁷* – talvez seja esta centralidade a razão pela qual o *lar*, o nome dos deuses romanos protectores da casa e o termo utilizado para denominar o espaço onde se faz o lume de chão, chegou aos dias de hoje como sinónimo de casa com forte carga afectiva.

Tendencialmente, as edificações no Litoral Alentejano são construídas voltadas a nascente, com o objectivo de evitar o vento marítimo, de oeste⁸, tal como se verifica no Monte Novo da Pereira e edificações contemporâneas vizinhas.

A comunicação entre os montes sempre foi feita através de caminhos improvisados desenhando a passagem mais fácil entre um domínio e o outro. Era comum, para além desse aspecto físico, estabelecer-se comunicação verbal entre os vizinhos (e colegas de lavoura), possibilitada pela ausência de ruídos perturbadores e a permissividade da topografia, o que pode ainda presenciar-se apesar de a poluição sonora ter aumentado.

5 Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal* (volume 2), 4ª edição. Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 2004. página 296

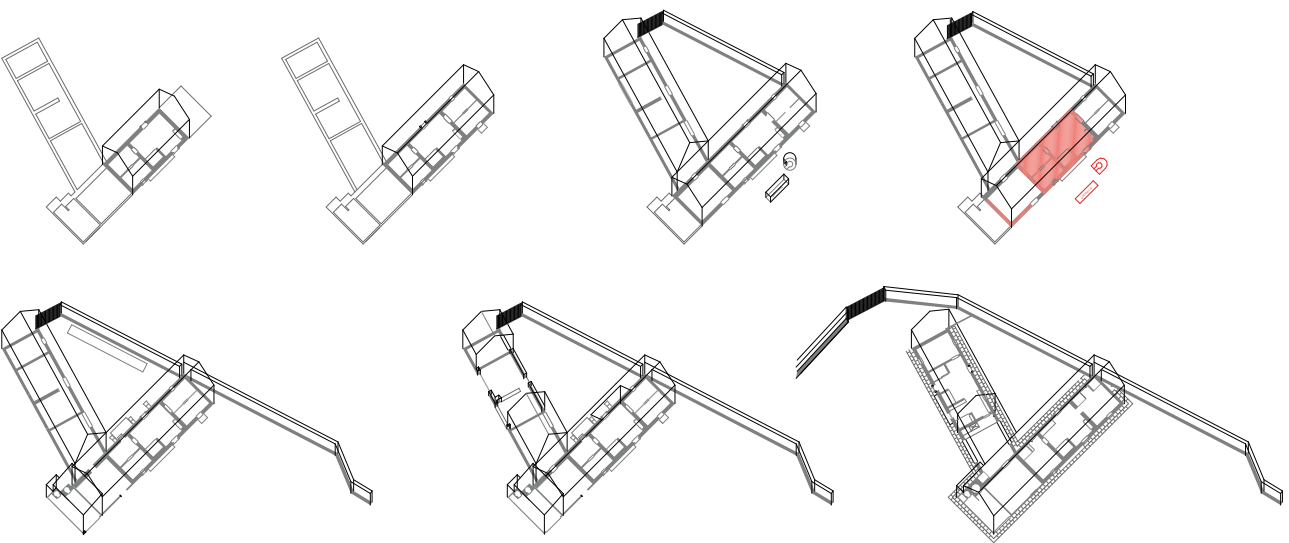
6 Ramadas. Abrigo para gado

7 José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*. Lisboa: Edições 70, 2016. página 147

8 “A frequência dos ventos do Oeste teve importância marcada na orientação das habitações, que se abrem sempre para o nascente, salvo raras excepções.” – Associação Portuguesa de Arquitectos, *Arquitectura Popular em Portugal*, op.cit. página 253



O Monte Novo da Pereira



[18]
A fachada principal da Casa
Velha, actualmente

*“Uma casa a que(m) o tempo e a memória conferem
pátina.”*

(Maria Manuel OLIVEIRA, “Linha de Sombra”: 33)

[19]
Construção da moradia nova

A intervenção em património exige uma contextualização muito particular de cada objecto em causa. Assim, considerando esse estudo *caso a caso*, entendemos que deveria ser feita uma leitura particular do Monte Novo da Pereira.

A *casa velha*, como é chamada, não tem data conhecida de construção. Soledade Santinhos, actual proprietária, conta que uma das paredes da casa “foi feita pela minha avó”. Nesta zona do país, não só o registo de habitação como o registo de nascimentos era inexistente ou muito descuidado, não restando alternativa senão a de estimar (baseando-se na presunção de que as famílias teriam filhos muito cedo, cerca dos 20 anos) que parte da casa foi construída cerca de 1870. Ainda assim, é muito provável que a casa fosse anterior a esta data, ou que tenha substituído uma outra casa mais antiga no mesmo lugar.

Toma-se então a referência de Soledade Santinhos, que aqui vive, com os pais desde a infância e posteriormente com o marido e filhos, para estabelecer a cronologia possível do Monte.

A *casa velha* é uma casa térrea de planta rectangular. A zona habitada está compartimentada em três divisões: um espaço de estar e cozinhar ao centro, ladeado por dois quartos de dormir.

A partir de cerca de 1970, o quarto a norte foi separado, tapando-se a porta, interior para conceder alguma privacidade a um velho amigo da família que ocupou o espaço durante duas décadas. Onde existia a janela nascente desse quarto foi aberta uma porta para permitir o acesso a essa divisão. Este amigo de família acabou por ser o último habitante da casa.

Na continuidade do volume, a sul, mas sem ligação interior, encontramos uma adega e espaço de oficina onde se realizava uma produção caseira de vinho.

Anexa a esta divisão, encontramos a *casa do forno*, um espaço aberto e coberto onde se encontram dois fornos de lenha que foram contruídos neste local após o colapso do forno anterior, em 1969, que se encontrava isolado em frente à

[20]
Esquema da evolução da casa
no Monte Novo da Pereira

¹ Soledade Santinhos, em conversa reproduzida na página 147



[21]

Anacronismo na *casa nova*: contraste entre a contemporaneidade do espaço e a ruralidade dos hábitos e da vestimenta das ocupantes.

[22]

Construção da moradia nova, anos 1980

[23]

A *casa nova* em 2019

[24]

Em Santo André, um monte antigo foi reconstruído com materiais novos: o telhado foi refeito com chapa ondulada cor de tijolo, a parede de taipa substituída por tijolo vazado e blocos de betão e a porta e caixilhos são de alumínio.

porta de entrada da casa. Junto aos novos fornos foi improvisado um telheiro até meados dos anos de 1990, altura em que se construíram paredes e cobertura em cimento, tijolo e betão.

O volume das *arramadas* aparece diagonalmente em relação ao volume principal. Apresenta três divisões (perceptíveis apenas pelas ruínas das paredes) e servia de armazenamento de alfaías e produtos agrícolas, abrigo para gado e aves, tendo, inclusive, em tempos, albergado trabalhadores sazonais. Este volume e o da *casa velha* conformam um pátio onde se prendiam os animais. Devido a este uso continuado, a cota do pátio está cerca de 45 centímetros abaixo da altura original.

Cerca de 1965, o Monte Novo da Pereira tornou-se residência secundária quando a família se mudou, por motivos profissionais, para um apartamento em Pinheiro da Cruz, Grândola, onde viveram até 1982, regressando à casa velha apenas durante os fins-de-semana. Durante a fase final deste período começou a construir-se, a escassos metros da *casa velha*, uma moradia de dois andares, a *casa nova*, edificada utilizando técnicas de construção contemporâneas, uma vez que “*com as grandes necessidades de construção que ocorreram no país nas décadas de 70 e 80, as técnicas construtivas massificadas que se aplicavam nos centros urbanos estenderam-se às zonas rurais, proporcionando também a essas populações condições de habitabilidade há muito aspiradas. Com efeito, todos queriam um «apartamento de betão e tijolo», considerados nessa época como soluções melhores comparativamente às antigas casas de paredes, geralmente espessas e maciças, de terra.*”².

A moradia, que se concluiu nos anos 80, enquadrava-se na norma das novas habitações da região, à época. Capacitados com uma maior disponibilidade económica e tendo conhecido, em Pinheiro da Cruz, uma forma diferente de habitar, os proprietários tomaram a opção de abandonar o modelo vernacular. Tal como se verifica em muitos exemplos na zona, este *novo tradicional* tem dois pisos comunicantes através de uma escada exterior e um alpendre na frente da casa. Verificam-se algumas semelhanças simbólicas com as habitações antigas que apontam para um objectivo de modernizar (e não ignorar) o património vernacular, tais como a barra colorida, a parede branca, o telhado de duas águas e a consistência no que toca à orientação da casa. A passagem para esta casa representou uma triplicação do espaço disponível, algo que teve um enorme impacto na forma de habitar: apesar de exigir menor manutenção, os cuidados simples de limpeza triplicaram e, com este aumento, perdeu-se a tendência minimalista a que estavam obrigados, conduzindo a um uso menos proveitoso do espaço. É curioso observar a forma como os costumes antigos se transpuseram para esta espacialidade nova, nomeadamente a forma como o hábito de ter um espaço de estar-cozinhar único conduziu a que, na moradia nova, a cozinha se tenha tornado, naturalmente, num espaço de estar e, inclusive, de entrada da casa.

No caso particular do Monte Novo da Pereira, a moradia foi construída sob a condição da demolição da casa velha, condição esta que foi ignorada até ao momento - e que se espera, numa fase posterior, reverter. Pensada para ser a futura

2 Paulina FARIA, “Construção com terra - Tradição e Inovação”, in *Revista Pedra & Cal*, Dezembro de 2014.



[25]
Celebração de aniversário no
interior da casa velha

habitação dos dois filhos do casal (algo que não se verificou), devemos reconhecer que representa um futuro incumprido, razão pela qual, apesar de não ser o foco central do trabalho, é tida em consideração pelo seu potencial e pelo papel que tem na dinâmica do Monte.

O muro original da casa, que apenas fechava o pátio à estrada, caiu na sua quase totalidade aquando do terramoto de 1969 e foi reconstruído em tijolo. Em 1995 completou-se a restante extensão do muro para impedir que as crianças se aproximassem da estrada, que ganhava volume de tráfego.

A partir da conclusão da moradia, a *casa velha* ficou, assim, praticamente desocupada e funcionou cada vez menos como espaço de estar e cada vez mais como espaço de arrecadação.

[26]
[27]
[28]
Exemplos de *montes* compostos
pela casa velha e pela nova
moradia. Note-se a semelhança
entre as respectivas edificações
do caso de estudo e deste exem-
plo. As moradias contemporâ-
neas obedecem a um tipo que,
durante a sua época, parecia ser
o modelo “moderno” a imitar.



Situação Actual

“O sector urbanístico encontra-se em face de um drama cultural que aos escalões superiores pode escapar: o da oposição aparente entre a tradição cultural e as perspectivas exigentes do progresso. Tome-se (...) a preocupação cenográfica em conservar certos ambientes, como que em rodoma [sic], como se se pudesse parar aí a evolução global, criar umas «coutadas», como alguém chamou, para recreio turístico ou prazer dos intelectuais.”

Início
Arrendamento
Mediação Imobiliária
Construção
Reabilitação Urbana
Opinião
+ Temas

QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2010

Empreendimento Monte da Sarnada

Com uma área global de cerca de 90 ha, entre sobreiros e montados, o Empreendimento Monte da Sarnada respeita o melhor da tradição alentejana, enquanto promove o contacto directo com a natureza e um modo de vida mais relaxante.

Sérgio Matos, director comercial da ERA Sines, refere que este empreendimento mantém a arquitectura característica da região, cada propriedade tem áreas compreendidas entre 12,6-17,5ha, casa com tipologia 1+4, com áreas entre 250m²-300 m², e está projectada para oferecer um ambiente de conforto e lazer únicos.

Todas têm piscina exterior, área ajardinada e alpendre alentejano equipado com barbecue. Possuem ainda instalação de painéis solares, ar condicionado, aquecimento central em todas as divisões e acabamentos modernos e funcionais.

Cada monte tem viabilidade de construção de apoio agrícola, com projecto aprovado, com área igual à construção original e viabilidade para transformar a propriedade em Turismo Rural.

[Início](#) | [Partilhar no Facebook](#) | Fonte: ERA Sines

FACEBOOK

Sê o prim

TEMAS

Arrendamer
Cidades
Construção
Crédito à H
Empreendin
Emprego
Empresas
Estatísticas
Eventos
Formação
Impostos
Investiment
Legislação
Mediação Im
Mercado Im
Negócio Im
Opinião
Reabilitação
Salão Imobi
Turismo Re
Vistos Gold



Nuno PORTAS, «Tradição, Progresso e Reacção no Urbanismo Regional», *O Tempo e o Modo* - Revista de Pensamento e Acção, Abril de 1963.

“O estado de deterioração e abandono evidenciado aponta a extrema urgência com que se torna necessário recolher, enquanto tal for possível, os testemunhos de uma arquitectura e de uma prática construtiva que constituem um património insubstituível do saber fazer popular”

(Alfredo BRAGA e João ESTEVÃO, “Os sismos e a construção em taipa no Algarve”: 2)

[29] Página online de empresa imobiliária. Anuncia-se que o empreendimento “respeita a melhor tradição alentejana” e “mantém a arquitectura característica da região”, com a introdução de um “alpendre alentejano equipado com barbeque” para além de elementos actuais que maculam o objecto arquitectónico: “piscina exterior” (...), “painéis solares, ar condicionado, aquecimento central”.

Com o aumento da popularidade da região, registou-se um interesse redobrado pelas arquitecturas locais e a reabilitação de montes alentejanos difundiu-se muito rapidamente, inicialmente devido a investidores estrangeiros e, de seguida, por acção de portugueses que passaram a ver nas ruínas em terrenos de família uma oportunidade para um recurso imobiliário a menor custo. Esta procura provocou um boom da construção a Sul do país, nomeadamente estimulando um renascimento das construtoras de taipa e adobe.

Apesar do ressurgimento, existiu “uma descontinuidade da transição de saberes sobre esses modos de construção, então conotados com a estagnação prejudicial ao ideal de progresso que se instalava nos meios rurais, o que hoje resulta em lacunas de informação sobre soluções técnicas artesanais”, logo, a taipa é actualmente uma técnica com poucos mestres em Portugal que, como se pode intuir, cobram valores altos pelo seu trabalho. Por esta razão, frequentemente opta-se, em obras de reabilitação, pela construção com técnicas contemporâneas. É aqui que se abre espaço para uma discrepância grande entre a formalidade e a identidade das casas. Não faltam, por toda a região (e diríamos, até, por todo o país), exemplos de casas que, não o sendo, pretendem a todo o custo parecer-se com casas típicas e vernaculares.

[30]

[31]

Exemplo de intervenção “erudita” em arquitectura vernacular no litoral alentejano. A referência à pré-existência limita-se ao reforço (e invenção) da barra e a uma vaga aproximação dos vãos pré-existentes.

“Nos dias de hoje, em que a tinta substitui a cal, a madeira dá lugar ao alumínio e até ao plástico, a indústria dos materiais de construção impõe modelos dos cantos mais recônditos do mundo – China e Brasil –, e esta cultura vai cedendo à facilidade, resultando em fenómenos de expressão kitsch e importando modelos desadequados, a que a vaidade não é alheia, desfigurando-se, por vezes irremediavelmente, a beleza do conjunto e atentando contra a sua harmonia e

¹ Ana SARAIVA, *Casas [pós]Rurais*, Ed. Colibri, Lisboa, 2017, p. 25

serenidade ancestral.”²

Isolam-se os elementos que compõem as casas tradicionais e adicionam-se, subtraem-se e multiplicam-se friamente, produzindo um objecto que só visto pela janela de um carro em rápido andamento ou à distância numa página de Internet se parece com algo *typical*.³

*“Este [a adição de pérgolas às casas reabilitadas] e outros fenómenos de apropriação do espaço são cada vez mais frequentes nestes lugares (...) e reflectem a mudança cultural profunda que vivenciámos nas últimas décadas, mudança esta que (...) prejudicou bastante a convivialidade entre pessoas de famílias diferente. Agora estas famílias «viram-se» mais para si mesmas, «fecham-se» mais ao exterior e na arquitectura isso também é visível – há mais barreiras, mais transição entre o espaço público e privado.”*⁴

A tendencial deslocação das populações para os centros urbanos levou a uma gradual desconexão com a realidade quotidiana dos meios rurais, os seus valores⁵, “a sua terra, costumes e tradições”⁶. Consequentemente, verificou-se um distanciamento da arquitectura vernacular, das suas formas e motivos – em muitos casos “culturas ricas e variadas que foram partilhadas ao longo de séculos (...) praticamente desapareceram ou, no melhor dos casos, foram permanentemente alteradas”⁷. Esta distância, e decorrente esquecimento, são particularmente relevantes, nos tempos que correm, quando se verifica que as exigências da vida urbana redundam num regresso ao campo. Assistiu-se a um aumento exponencial de alojamentos hoteleiros nas regiões interiores e sul do país, assim como um retorno às antigas casas de família para a instalação de segundas residências⁸.

Parece redundante esta (re)afirmação, mas a realidade da situação actual assim o exige: a arquitectura vernacular é muito mais do que a *forma* dos abrigos de determinada região, é uma construção intuitiva que “pouco ou nada retira das

2 José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*. op. cit. página 194

3 “Por estranhos raciocínios, estabeleceu-se (é o termo) que a nossa arquitectura “tradicional” era caracterizada por um determinado número de motivos decorativos cuja aplicação seria suficiente para produzir casas portuguesas.” Fernando TÁVORA, *O problema da casa portuguesa*, Cadernos de Arquitectura 1. Lisboa: Manuel João Leal, 1947. P. 7

4 José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*. op. cit. página 145

5 “Nas últimas décadas, as mudanças das relações das populações com os campos (...) originaram sentimentos de perda de valores da ruralidade, nos quais se inscrevem as antigas arquitecturas vernáculas.” Ana SARAIVA, *Casas [pós]Rurais entre 1900 e 2015*. Lisboa, Edições Colibri, 2017. página 25

6 Paul OLIVER, *Encyclopedia of Vernacular Architecture in the World*, Cambridge, Cambridge University Press: 1997. página 1520

7 ibidem

8 “A casa de campo ou o apartamento na praia generalizam-se e contribuem, em muitos casos, para a degradação do espaço ambiental. Também o êxodo rural e a emigração, que entretanto [anos 1960] se operavam, levam a um despovoamento progressivo de núcleos populacionais que, de um modo mais ou menos lentos, foram ficando completamente desocupados. Além disso, o crescimento anárquico que se tem operado em diversas áreas, com maior frequência no litoral, tem provocado (...) a destruição quer do património paisagístico quer do património cultural, levando a situações de ruptura quase sempre irreversíveis. (...)” Fernanda CRAVIDÃO, *Residência Secundária e Espaço Rural- Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra, Ed. FLUC, 1989. página 8

arquitecturas eruditas”⁹, que responde aos condicionalismos do ambiente em que se insere, da função que terá e da disponibilidade dos materiais. Carrega em si símbolos, significados, história, hábitos e um sem número de informações acerca de uma realidade ou grupo cultural. Adulterar o património vernacular é desconsiderar “manifestações de engenho humano” que moldaram aquilo que, actualmente, consideramos a nossa cultura. A simplicidade que a arquitectura vernacular alentejana personifica é fruto de séculos de aquisição de saber empírico e funciona enquanto organismo coeso e interdependente.

*“Outro dos «padecimentos», e dos mais prejudiciais, é o mau entendimento do vernáculo, cegos pelo romantismo do rural. Numa visão bucólica, registou-se que na quase totalidade das reformas em edifícios para albergue de programas terciários, se produz a parcial ou total destruição dos espaços interiores, conservando em alguns casos apenas a fachada, paredes de uma cenografia rural. Nos casos em que é demolida, as novas arquitecturas que ocupam o seu lugar «vestem-se» de tradição, usam materiais modernos cobertos de pedras e madeira. O vernacular não é um cenário de volumes pintados de anil, mas antes um complexo e ignorado sistema socio-espacial-construtivo, que habita a memória dos territórios. Abandonadas, esquecidas, transformadas e em vias de extinção, as arquitecturas vernaculares apresentam-se hoje como uma resposta de identidade local frente às decisões globalizadoras de fazer cidade.”*¹⁰

A sua redução a uma mera forma imitável condena estes exemplos valiosos ao desaparecimento. Não se nega que o presente trabalho resulta deste mesmo movimento, pautado, contudo, por um desejo não apenas de usufruir da lentidão e descompromisso do campo, mas também de beber de todos os aspectos que a ruralidade compreende na realidade do litoral alentejano: a convivência, os hábitos, a forma de falar, a forma de construir, respeitando-as e procurando entender qual é o seu lugar na actualidade – influenciado, assume-se, pela crença de que o seu lugar não é o da extinção.

Na casa do litoral alentejano tudo é porque assim se percebeu que era a melhor forma de ser, tudo obedece a uma lógica de acção-reacção, de causa-efeito, de dificuldade-superação e permite uma leitura completa sobre a região, o tempo e as pessoas com as quais existe.

“Preocupa o progressivo estado de desaparecimento, a má

⁹ José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*. op. cit. página 169

¹⁰ Jocelyn GONZÁLES, «La Arquitectura sin Arquitectos», in *Revista AUS*, Número 8: 2010. página 13



[32]
Bairro dos Caixotes, segunda
fase de construção do Centro
Urbano de Santo André

*compreensão e as más maneiras de conservar, com o aumento
do kitsch na arquitectura rural.”*

Aquilo a que se assiste actualmente é a uma distorção/subtracção do significado e razão das coisas e a um salto inconsequente para o objecto final em si. Veja-se o exemplo dos *moirões*¹¹ – originalmente soluções de reforço adossadas a paredes fragilizadas por algum abalo sísmico ou aplicadas de raiz quando a memória do sismo era recente – construídos actualmente de raiz, em tijolo, em casas novas e em reabilitações como compartimentos para armazenar a botija de gás, distorcendo por completo a narrativa que a casa conta(va).

[33]
O desprezo pela razão das
formas conduz a ridículas
redundâncias

*“É neste cenário de procura da identidade da verdadeira
arquitectura que surge a condenação explícita do recurso à
imitação formal, subjectiva e gratuita, versus citação rigorosa
e sustentada de elementos linguísticos do vocabulário da
história da arquitectura como fonte inspiradora de novas e
úteis experiências de projecto.”¹²*

[34]
Moirão em habitação construída
de raiz em 2015, adicionado
por capricho formal e utilizado
como arrecadação para as boti-
jas de gás, Santo André

A associação de arquitectura e técnicas construtivas vernaculares a um retrocesso cultural levou, não só em Portugal, ao perigo de perda irreversível de saberes e objectos culturalmente valiosos. Num cenário de industrialização e de urbanização (e, no caso português, de recuperação de atrasos sociais, tecnológicos e ideológicos em relação ao exterior) é dado muito mais valor à velocidade e baixo custo de construção do que à intenção, origem e significado. Disseminam-se, assim, modos de construção estandardizados globalmente, sendo difícil fazer frente ao monopólio do cimento, tijolo, aço e betão.

No entanto, numa das revisitas próprias da História, surge um renovado interesse no ambiente lento e analógico. A pressa de cruzar o ritmo lento e a exigência rápida resultou numa solução híbrida: a construção veloz à imagem do vernacular.

¹¹ Ou gigantes. Contrafortes de pedra,

¹² Marieta DÁ MESQUITA, “Pastiche: cópia ou citação?”, À la recherche du temps perdu, *Jornal dos Arquitectos*, 213, página 65



Sobre o *autêntico*



“Existe um modo de construir cuja génese é o momento em que o homem cria o seu habitat, não responde a estilos, não representa épocas, não necessita de arquitectos, são os habitantes os responsáveis de moldá-las, esteve ali, testemunho da cultura dos homens: a arquitectura vernácula.

A arquitectura autóctona (que nasceu ou teve origem no mesmo lugar onde se encontra), popular (pertencente ou relativo ao povo), tradicional (que segue as ideias, normas ou costumes do passado), são alguns dos termos mais utilizados para nos referirmos a esta arquitectura. No meu parecer, diria que vernáculo (doméstico, nativo, da nossa casa ou país), engloba as definições anteriormente descritas.”



[35]

Monte em Baleizão, Santo André, notável pela sua durabilidade (“aquilo tem mais de cem anos!”) e pela forma como foram aproveitados todos os materiais disponíveis para aumentar a resistência da estrutura – são observáveis pedaços de pedra, telhas, cacos de cerâmica, conchas e cortiça integrados na taipa.

“Afirmava-se [no inquérito] o valor de uma arquitectura vernácula como fundamento da identidade cultural de um povo, como suporte de formas de habitar e como fonte de conhecimento: «A arquitectura popular proporciona fontes preciosas para o estudo da génese arquitectónica» e defende-se que «integrar e pertencer são coisas sérias e profundas. Não são maneiras de vestir nem pessoas nem edifícios.»”

(Miguel TOMÉ, *Património e Restauro em Portugal: 1920-1995*: 156)

GONZÁLEZ, Jocelyn Tilleria, “La Arquitectura sin Arquitectos”, in Revista AUS 8, Valdivia, Chile, 2010 GONZÁLEZ, Jocelyn Tilleria, “La Arquitectura sin Arquitectos”, in Revista AUS 8, Valdivia, Chile, 2010

[36]

Apesar das diferentes ocupações profissionais, mantém-se a prática de entreajuda. Aqui retratada durante o período de colheita.

Uma das motivações-base para este projecto é a de procurar uma intervenção que, assumindo a sua contemporaneidade, não descure a autenticidade da casa em que intervém. Apesar de ser um tópico complexo, entendemos aqui *autenticidade*¹ como a reprodução fiel de um modelo. Procurámos ainda a *genuinidade*² no desenvolvimento de projecto, nomeadamente, através das decisões relativas à materialidade do objecto e da procura de compreender as razões pelas quais a casa é como é. Ainda assim, é grande o risco de, procurando a verdade arquitectónica deste lugar, se cair em lugares-comuns, como é bem ilustrado pelos abundantes maus exemplos de intervenções arquitectónicas no Alentejo que motivam o esclarecimento que se segue. José Baganha refere que “a construção alentejana vernacular é, como quase sempre se verifica neste tipo de construção, muito espontânea. E pouco ou nada retira das arquitecturas eruditas, não obedecendo a qualquer predeterminação cultural, mas tão-somente ao engenho criativo do homem na sua resposta ou adaptação aos condicionalismos naturais da região, num impulso inato que a tradição preserva e aperfeiçoa.”³ A descrição que aqui se faz das habitações desta região pode ser aplicada, sem qualquer prejuízo, a qualquer objecto de arquitectura vernacular. Interessa-nos, no presente capítulo, continuar o enquadramento do caso de estudo, agora como pertencente ao vastíssimo conjunto de edifícios vernaculares.

Resposta do Homem ao instinto primitivo de abrigo, a arquitectura vernacular surge num lugar determinado que se mostre capaz de albergar as funções requeridas (habitação, culto, entre outras) utilizando os materiais localmente disponíveis.

[37]

Encontro familiar no início do século XX

¹ “autêntico, adj. (...) 2. que é fidedigno, de veracidade comprovada; que é atestado, conforme o original. 3. que é indubitavelmente do autor a quem se atribui. 4. que é conforme aparenta; que não se trata de uma imitação ou falsificação. 5. que realmente existe ou aconteceu; que merece crédito. 6. que é profundamente sincero, verdadeiro, sem disfarces. 7. que produz fielmente um modelo anterior. 8. que corresponde exactamente a um determinado conceito; que tem todas as características que se nomeia.” in Academia das Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, Lisboa, 2000, página 425

² “genuíno, adj. (...) 1. que não é artificial ou falso.” in Idem, página 1887

³ José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*. op. cit. página 169

“Cada vez me convenço mais de que só fazendo a mesma coisa várias vezes, numa vida ou ao longo de gerações, é possível refinar e chegar a soluções com eternidade.”⁴

Apuradas ao longo de séculos, estas arquitecturas e o seu contexto são tão inter-consequentes e têm presença tão central na vida de uma cultura, que acabam por ser o maior testemunho de como (e não só onde) vive um grupo de pessoas, podendo quase ser lidas como um texto. Os condicionalismos a que estão sujeitas conduzem a um apuro da arquitectura vernacular enquanto resposta ideal às necessidades de um determinado grupo de pessoas e materialização de um “*sistema social e cultural complexo, que nasce da relação Homem-envolvente*”⁵ e dos encadeamentos que isso implica.

Formalmente, têm fascinado pela capacidade de, apesar de tão distintas, justificarem todas as formas que apresentam. Este funcionalismo *inato* interessou aos arquitectos modernistas, que procuravam, para além desta síntese formal, a aparente desconexão com uma determinada época, simplificada ao longo de séculos numa espécie de *pré-história da arquitectura*.

Enquanto documento, a casa vernacular permite descobrir quem eram os seus ocupantes e como distribuíam o tempo, nomeadamente como eram atribuídas as tarefas quotidianas e as diferentes vivências para grupos distintos (adultos/crianças, homens/mulheres). Para além disso, retractam o modo como uma comunidade responde ao clima local (ou não fosse um abrigo) e faz uso dos recursos naturais disponíveis.

Uma outra característica da arquitectura vernacular, e que parece distingui-la em termos simples, da arquitectura erudita, prende-se com a questão da figura do autor. Por vezes considerada arquitectura *sem autor*, a realidade é que, ao contrário da dita arquitectura erudita, a arquitectura vernácula não é concebida por um indivíduo encarregado de pensar e resolver os problemas da habitação, “o *camponês primitivo não perde tempo a desenhar a sua casa. Pensa brevemente onde e como levantá-la e logo emprende a sua construção*”⁶. Na arquitectura vernacular, o *projecto* da casa tem origem num conhecimento secular que chega à geração seguinte sob a forma de uma tradição, de um *uso*, e é materializado, usualmente, pela comunidade onde se insere, nomeadamente os futuros donos e ocupantes da casa. O profundo conhecimento do local, da comunidade e dos seus comportamentos resulta numa diferença muito grande em relação ao conhecimento académico. Partindo desta diferença, Paul Oliver⁷ alimenta a ideia de que, para entender realmente uma peça de arquitectura vernacular ela deve ser fisicamente visitada e experimentada. Esta opinião centra-se na *sensação de casa*, tão fundamental a todos os exemplos de habitação (vernacular ou não) e que não pode ser, diz, remotamente apreciada.

4 Fernando TÁVORA, *Diário de Bordo*. Associação Casa da Arquitectura, Porto: 2012. fl. 399v

5 Jocelyn GONZÁLES, «La Arquitectura sin Arquitectos», op.cit. página 12

6 idem, página 14

7 Coordenador da *Encyclopedia of Vernacular Architecture In the World* (Cambridge, 1997)

A noção de Casa⁸ é indissociável da de conforto e pertença. Também associada a pessoas e objectos, parte da relação com um espaço físico (pessoas que conviviam nesse espaço, objectos iguais aos desse espaço, alimentos consumidos nesse espaço, por exemplo) imbuída de valores culturais e memórias muito particulares a cada indivíduo.

Quando, em 1964, Bernard Rudofsky faz a curadoria da exposição “Architecture without Architects” no MoMA, procura entender (e dar a conhecer) a forma como casas aparentemente precárias em contextos subdesenvolvidos apresentam, com grande simplicidade e economia, um nível de conforto por vezes superior ao das habitações em civilizações urbanas ocidentais⁹. Realça, assim, a forma como o conforto é uma característica complexa e não dependente de tecnologias modernas e contribui de forma indiscutivelmente relevante para a “*preservação da diversidade e singularidade humanas*”.¹⁰

*“O genuíno passou lentamente a integrar o pacote de exigências do turismo de massas. Por um conjunto de razões – inacessibilidade às fontes, perda de conhecimentos implícitos das populações – grande parte desse «genuíno» é um genuíno contrafeito; como sabem todos os arquitectos que já lidaram, por exemplo, com projectos para o Algarve. Fazem-se símiles de chaminés algarvias em série, desenham-se arcos obsessivos em betão armado, usa-se o branco como um artigo de fé.”*¹¹

O conforto do espaço da casa é garantido por um sistema, não por elementos dispersos. São elementos como as paredes espessas, a cobertura de madeira e telha, os tecidos e a luz que tornam o espaço aconchegante e fazem com que o sintamos como *casa*. O facto de os habitantes da casa vernacular terem um papel activo na sua construção, por exemplo, representa um investimento emocional, ajudando a que pareça mais sua, mais personalizada, mais acolhedora para *si*. Para além da componente simbólica, toda a materialidade da casa (estruturas, paredes, vãos, têxteis, entre outros) e a relação com o exterior (o não-casa) e os elementos (iluminação, temperatura) contribuem para uma sensação de bem-estar que não queremos deixar de procurar.

8 Em inglês, a distinção objecto/conceito é facilitada pela utilização dos termos “Home” e “house”, tal como os usa Louis Kahn no texto “Form and Design” (1961) em *Louis Kahn: writings, lectures and interviews*, ed. A. LATOUR, Rizzoli International Publications, 1991, Nova Iorque

9 “Aprendemos que muitas soluções «primitivas» audaciosas antecipam a nossa tecnologia desajeitada; que muitos recursos inventados nos últimos anos são notícias velhas para a arquitectura vernacular - a prefabricação, a estandardização de elementos construtivos, estruturas móveis e flexíveis e, mais especificamente, o pavimento aquecido, ar condicionado, controlo de luz, até elevadores. Podemos ainda comparar as instalações das nossas casas com o conforto não anunciado de, digamos por exemplo, alguma arquitectura doméstica africana (...)” in Bernard RUDOFISKY, *Architecture Without Architects*. Nova Iorque: MoMA, 1964. págs. 9 e 10

10 Mariana CORREIA, “Universalidade e Diversidade da Arquitectura de Terra” in Filipe JORGE(ed.), *Terra: Forma de Construir - Arquitectura, Antropologia, Arqueologia - 10ª Mesa Redonda de Primavera*. Argumentum, Lisboa:2006. Terra: forma de construir..., Argumentum, Lisboa, 2006, página 18

11 Madalena CUNHA MATOS, “Turismo e Territórios: Notas sobre uma Relação”, *As Praias de Portugal 2*. Jornal dos Arquitectos, 197, página 26



[38]

Vila subterrânea escavada no solo, em Loyang, China. Fotografia exposta na exposição "Architecture Without Architects", curada por Bernard Rudofsky, no MoMA em 1964

“Sentir-se «em casa» é experienciar a própria casa em relação ao mundo exterior, o «não-casa». Aplica-se igualmente a uma nação enquanto casa, ou outra região menor, ou a um bairro. A base deste sentimento «em casa» é a separação e ligação tanto no espaço como no tempo. No espaço, este sentimento é potenciado pelas movimentações da vida quotidiana para e desde a habitação, dentro do espaço físico da habitação ou por coisas com valor pessoal, tal como os elementos considerados de maior importância para a pesquisa sociológica: a cama, a cozinha, a mesa de refeições ou a lareira.”¹²

Não queremos com isto dizer que é impossível sentir-se em casa se esta não for construída por nós, afinal de contas são a utilização repetida, os rituais que desenvolvemos nela, o investimento que fazemos e o próprio crescimento pessoal (que associamos ao espaço) que fazem uma Casa: “envolve os três aspectos fundamentais do movimento: liberdade, ritual e recreação”¹³. Na verdade, consideramos que as casas vernaculares são importantes justamente por serem uma fonte de aprendizagem. Conhecendo estas casas e aprendendo o que as torna tão confortáveis e atraentes, tal como propunha Rudofsky, podemos obter, em construções contemporâneas, essas mesmas qualidades.

No entanto, é comum, derivado desta procura de conforto e simplicidade, encontrar exemplos de uma imitação simplista (em oposição à compreensão) do vernacular. A interpretação básica das formas vernaculares não consegue garantir uma vivência semelhante, caminhando, afinal, para uma folclorização da tradição de consumidor. Não só na construção como no estudo antropológico ou histórico, a arquitectura vernacular (e toda a sua complexidade) tem sido sujeita, por pertencer ou estar associada a sociedades em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, a preconceitos de análise, sempre baseados na premissa de que a ausência de determinadas tecnologias ou valências significa menor qualidade de vida.

Por estas razões, a arquitectura vernacular foi durante muito tempo sinónimo de retrocesso, inclusive para as suas comunidades que rejeitaram e abandonaram práticas antigas em prol do aparente progresso da construção *standard* actual.

“Exemplos de arquitectura vernacular foram apresentados em exposições internacionais como expressões de identidade nacional ou de colonialismo benevolente. A associação do vernáculo com a nacionalidade parece ter reforçado a restrição de muitos estudos impostos por fronteiras políticas, sem deferência pelas considerações culturais que não concordavam necessariamente com essas fronteiras.”¹⁴

[39]

Grupo de crianças num dia de apanha de fruta no Monte Novo da Pereira, cerca de 1967

¹² Paul OLIVER, *Encyclopedia of Vernacular Architecture in the World*, op. cit. página 87

¹³ ibidem

¹⁴ Paul OLIVER, *Encyclopedia of Vernacular Architecture in the World*, op. cit., página xxiii

A má compreensão do vernacular auxilia à criação de uma imagem bucólica, simplista e prejudicial, especialmente quando se verifica que substitui a realidade em momentos cruciais, tais como os de criação de legislação que deveria proteger, e não instigar, o desaparecimento do património vernacular. Paradoxalmente, assistimos à defesa e promoção do património vernacular por regimes políticos fechados que vêem nesta arquitectura um símbolo de simplicidade nacionalista que procuram promover para servir os seus propósitos políticos, tal como aconteceu em Portugal durante o período do Estado Novo, altura em que se lançou uma campanha de preservação de património que desfigurou muitos vestígios em prol da imagem que se promovia.

*“Imagens icónicas baseadas em investigações académicas tentam recapturar um passado que se presume ser atemporal e expressivo da identidade de uma região e do seu povo. Essa abordagem gera uma arquitectura «neovernacular», em muitos aspectos, paralela à arquitectura «neoclássica», que é uma tentativa de recriar a arquitectura clássica”.*¹⁵

Simultaneamente com a sua ameaça, no entanto, surgem movimentos com interesse em preservar os aspectos possíveis da arquitectura vernacular através, por vezes, de uma romantização do tradicional. Em termos práticos, consideramos que há muito a aprender e pôr em prática no que toca ao Projecto e Construção de Arquitectura, em particular num momento sensível do processo de globalização em que nos encontramos e que nos leva a querer valorizar materiais e práticas que ainda têm algum carácter local.

*“A sua preservação [dos saberes tradicionais no Maui] permite manter a autenticidade e a coesão social. Em termos económicos desenvolve, naturalmente, o potencial turístico. Na construção e arquitectura de terra, o saber local (know-how ou savoir-faire) associado ao património intangível é fundamental e mesmo a fundação da conservação do referido património. Pois nesta área de estudo, não há fórmulas específicas, nem receitas que se possam generalizar, já que a terra varia em todas as regiões do mundo.”*¹⁶

Consideramos que, a par com a manutenção de tradições, há vantagens destas práticas que podem ser integradas no pensamento que envolve a construção de qualquer obra, tais como a utilização de materiais locais, a utilização (e consequente valorização) de mão-de-obra local e uma relação ímpar com a natureza. Não só as arquitecturas vernaculares têm tendência a enquadrar-se perfeitamente no seu

¹⁵ ibidem, página 12

¹⁶ Mariana CORREIA, “Universalidade e Diversidade da Arquitectura de Terra” in Filipe JORGE(ed.), *Terra: Forma de... op. cit.* página 18

contexto (algo procurado frequentemente por arquitectos) como a sua construção e materialização implica uma atitude ecologicamente desejável – decorrente da indisponibilidade de meios seriamente poluentes.

“É característica particular da arquitectura vernacular que cada tradição esteja intimamente ligada a imperativos sociais e económicos.”¹⁷

Aproximando o discurso do caso de estudo, importou definir o que constitui uma genuína casa alentejana. Num primeiro momento, essa identificação assentou em elementos formais decorativos (entretanto romantizados) simples, tais como a argamassa de cal nas paredes baixas, a barra azul ou amarela das casas e uma localização isolada. Estes elementos, apesar de presentes nos exemplos de arquitectura vernacular alentejana, representam agora *clichés* pela sua utilização como prova da *alentejanidade* de uma construção. Torna-se apelativo, em soluções rápidas, pouco consideradas e orientadas para o resultado visual, não fazer a distinção entre o verdadeiro e o romantizado, completar um puzzle de lugares-comuns e acreditar que se encontrou a *fórmula alentejana*.

“Por estranhos raciocínios, estabeleceu-se (é o termo) que a nossa arquitectura «tradicional» era caracterizada por um determinado número de motivos decorativos cuja aplicação seria suficiente para produzir casas portuguesas.”¹⁸

A ideia de Alentejo bucólico foi muito impulsionada (poderíamos utilizar o termo *fabricada*) pelo Estado Novo, através do Secretariado de Propaganda Nacional, que inicia este processo de invenção do pitoresco do Alentejo. “A *vida no campo era a imagem do Paraíso e do bom povo sábio, pobre mas honesto, que vivia a sua simplicidade, alegria, em comunhão com a Natureza e oração com os deuses*”¹⁹, mascarando a miséria dos habitantes, pintando um quadro idílico de paz na relação com a terra quando, na verdade, o trabalho do campo (particularmente em contraste com a frequência do campo em tempo de férias) era diário e árduo. Os organismos de propaganda, sob a dedicada orientação de António Ferro, retractaram o Alentejo como sendo uma região-modelo do Portugal rural, da “*vida simples*”, “*pobre, mas feliz*” quando, na verdade, o papel de celeiro do país levava à miséria das suas populações, prejudicadas pelos sistemas latifundiários, sofrendo diária e permanentemente com fome e extrema pobreza – e não só à época²⁰, pois os efeitos danosos de uma campanha deste

¹⁷ Paul OLIVER, *Encyclopedia of Vernacular Architecture in the World*, op. cit., página xxii

¹⁸ Fernando TÁVORA, *O problema da casa portuguesa*, op.cit. página 7

¹⁹ Álvaro DOMINGUES, *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora, 2011. página 16

²⁰ Em 1929, o governo lançou a Campanha do Trigo, um incentivo à plantação deste cereal que prometia compensações económicas a quem o plantasse. O Alentejo passou a ser então ilustrado nas campanhas de propaganda com uma presença forte do trigo, das ceiras e da sua colheita. Verificou-se, no entanto, que o trigo (que não é uma espécie autóctone da região) provocou a erosão e esgotamento dos solos (já que foi abandonado o tradicional esquema de rotação de culturas), levando à consequente agravação da miséria dos agricultores alentejanos.



[40]

Momento de refeição no espaço principal da *casa velha*.

cariz chegam até aos dias de hoje.

*“O bom povo era pobre, às vezes mesmo miserável, e emigrava em massa (...). Como convinha à elite que sobre ele pensava, era um povo submisso, camponês de gema, (...) ocupado nos trabalhos (...), temente aos deuses e à Natureza que com eles se confundia, ensimesmado nas suas coisas de conservar o legado da tradição, de guardar os bens preciosos do chão, o espírito da pátria e dos egrégios avós; conservava, simultaneamente, brutezas e imaginários sublimes.”*²¹

[41]

Visita recente ao espaço dos anexos agrícolas.

Verifica-se, no Alentejo, uma presença mais marcada da sua *imagem* do que da sua *realidade*. Factores como as campanhas do Secretariado de Propaganda Nacional, o aumento do turismo e os agentes de exploração imobiliária conduziram a este agravamento da discrepância entre o que é genuíno e o que parece (suficientemente) genuíno.

*“Não só pelo valor arquitectónico, como também pelos sistemas de vida que ampara. A arquitectura autóctone, tradicional ou sem arquitectos, com uma grande adaptação ao meio, constrói paisagens, evoca memórias e representa culturas. (...) Não só nos monumentos habita a memória dos povos, a tradição não se guarda entre castelos, fortalezas e templos, também existe uma escala do doméstico que gera cultura.”*²²

Apesar de toda a interferência externa (e, também, devido a ela) devemos reconhecer que a região tem uma identidade sua, complexa, mas coesa, capaz de subsistir (como a casa que estudamos) ao tempo e ao que isso implicou. A passagem do tempo, reflectida na Tradição, trouxe uma compreensão da estrita relação que existe entre a identidade de um lugar e a identidade do Homem: é desta relação, e de outras como esta, que é composta a cultura a que pertencemos e muitas das referências que nos guiam. As rápidas transformações associadas a processos como a globalização ou, no caso específico português, à saída apressada de um regime ditatorial isolante para uma comunidade europeia e global, põem em risco uma série de elementos culturais que deixarão lacunas preocupantes na nossa identidade comum. Perante esta situação, *“parece evidente e até urgente que se possam encontrar soluções que permitam viabilizar novos investimentos e gerar mais bem-estar para as populações locais, sem perda de identidade”*²³, nomeadamente através do estudo e catalogação do património

²¹ Álvaro DOMINGUES, *Vida no Campo*. op. cit. página 18

²² Jocelyn GONZÁLES, «La Arquitectura sin Arquitectos», op.cit. páginas 12-13

²³ José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*. op. cit. página 33



[42]
Telhado da adega.

vernacular. Para além disso, “a promoção das indústrias locais, dos ofícios artesanais e da produção de materiais locais/tradicionais se encarada numa perspectiva aberta à inovação, traz benefícios ao nível da economia regional, fixando empregos e populações, ao mesmo tempo que preserva memórias e tradições, contribuindo assim largamente para a salvaguarda dos aspectos identitários, para a singularidade dos diversos povoados e regiões. (...)”²⁴

*“Passámos, sem que nos tivéssemos dado conta, de um mundo eminentemente rural para a desmedida dos espaços planetários e com o sentimento de que, a qualquer momento, podemos ficar desprovidos de referências, sem eira nem beira (...), num mundo que poderia estar quase a esquecer o seu próprio passado.”*²⁵

[43]
Aproximação do beiral do telhado na fachada principal.

Um momento importante passa pela reinterpretação do significado do vernacular no contexto de uma sociedade. Afinal de contas, “só preservamos ou conservamos aquilo a que damos valor, a que reconhecemos singularidade e condição de portador de significados inalienáveis, de pertença pessoal, comunitária ou universal”²⁶. É imperativo deixar de associar o tradicional ao retrocesso: no contexto da galopante globalização em que nos encontramos, traços de identidade cultural como os existentes na Arquitectura podem opor-se ao “processo de homogeneização cultural”²⁷ que é, por natureza, limitador.

[44] Monte do Forneco, onde se podem observar os gigantes que reforçam toda a fachada de tardoz.

*“Mas a globalização é apenas um modo preguiçoso de jogar pelo seguro; é o contrário do apregoado risco, do capitalismo dito livre, é apenas a aposta em mugir e remugir vacas já conhecidas. E o turismo vai de mãos dadas. (...) Repetem-se truques já testados, esgota-se o filão ou o que se julga ser o filão: das cadeias de hotéis iguais às lojas de gadgets iguais, das praias de nudistas normalizadas ao estupidificante «passado» exibido mumificado.”*²⁸

Não queremos, com isto, promover a cristalização de uma paisagem em que “a imagem romântica substitui a autêntica”²⁹. Como referido, a vivência do vernacular é dinâmica e sofre adaptações espontâneas e válidas. A procura desenfreada das “autenticidades mitificadas”³⁰ de que fala Álvaro Domingues é tão prejudicial como o seu oposto.

24 idem, página 218

25 SARAMAGO, Alfredo, Livro-Guia do Alentejo, Assírio & Alvim, Lisboa, Novembro de 2007, p.11

26 Vítor RIBEIRO, *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Lisboa, Afrontamento: 2010. página 14

27 idem

28 Manuel GRAÇA DIAS, “Só se deveria Querer Visitar e Ver o que Fosse Vivo e Real”, *As Praias de Portugal* 1. Jornal dos Arquitectos, 196, página 3

29 Paul OLIVER, *Encyclopedia of Vernacular Architecture in the World*, op. cit. página xxiv

30 Álvaro DOMINGUES, *Vida no Campo*. op. cit. páginas 15-16



[45]

Pormenor da moldura da janela na fachada principal.

Do que tratamos aqui é de promover o honesto interesse, a compreensão de arquitecturas valiosas e a procura do melhor modo de inclusão das mesmas no presente e futuro desenvolvimento. É importante a consciência de que “*não se pode conservar nem defender o que não se conhece*”³¹, logo propomos uma abordagem sensível e, como exige a intervenção em património, caso a caso.

Louis Kahn propõe um regresso, “*é bom para a mente voltar ao início porque o início de qualquer actividade estabelecida é o momento mais maravilhoso. Nele reside todo o seu espírito e engenho*”³². Devemos compreender as lições que encerra e desenhar a forma como se projectam doravante, nomeadamente através das nossas acções.

Trata-se de valorizar o Homem preterindo o *homem*. O que fazem as soluções rápidas neovernaculares é isolar-se, deixar uma marca individual, débil e desestabilizante naquele que é um processo antigo e estável de evolução e que ainda ocorre.

[46]

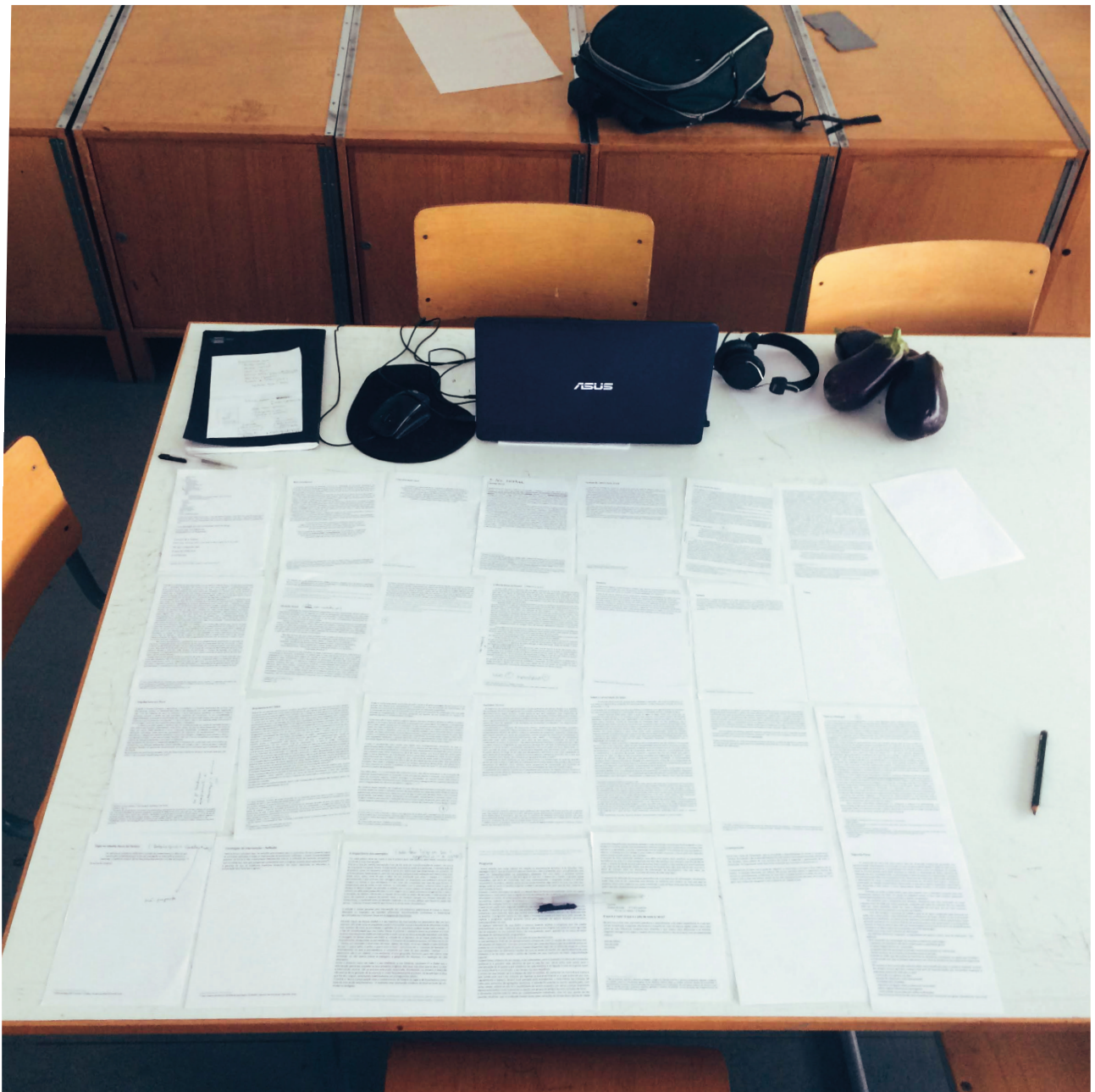
Mapa “Imagens Regionais”, do Secretariado Nacional de Propaganda Nacional. Todas as regiões estão representadas pelos seus trajes e culturas agrícolas típicas.

*“Essas pedras – património, herança, testemunho ou memória -, existiram antes de nós (com pedras pretendemos significar ruínas, construções isoladas, troços de ruas ou inteiras cidades) e, provando as capacidades da arquitectura, deveriam sobreviver-nos, abrigando ainda outros homens muito depois do nosso tempo. Deviam (...) porque lhes reconhecemos as qualidades de sempre (a luz, o espaço, o volume, a misteriosa proporção, o engenho ou acerto do detalhe); e então queremos guardá-la como prova, como argumento, como demonstração que as nossas convicções contemporâneas estariam certas, porque sempre estiveram, porque sempre as mesmas questões acompanharam o homem, porque sempre o envolveram em dúvidas ou lhe garantiram a comprovação da dúvida: construímos a propósito da necessidade de abrigo, mas acrescentamos dimensões inexplicáveis que procuram explicar demoradamente o universo.”*³³

31 Maria FERNANDES, “Recomendações para a Conservação do Património em Terra”, in Maddalena ACHEN-ZA (ed.), Mariana CORREIA(ed.), Marco CADINU (ed.) e Amadeo SERRA (ed.), *Houses and Cities Built with Earth: Conservation, Significance and Urban Quality*. Lisboa: Argumentum, 2006. página 38

32 Louis I. KAHN em Alessandra LATOUR, “Louis I. Kahn : writings, lectures, interviews”. Nova Iorque, Rizzoli, 1991. página 114

33 Manuel GRAÇA DIAS, “A Prova”, À la recherche du temps perdu. Jornal dos Arquitectos, nº 213, página 3



O *porquê* do *como*

“Contudo, a par da renovação e expansão que essas feições eruditas conheceram, outras há – as da Arquitectura Popular – que se mantiveram, através dos tempos, mais constantes e localizadas, como panos de fundo sobre os quais se vinham encastrar e destacar as peças ricas, evoluídas e desenraizadas do património comum dos povos que entre si mantinham afinidades materiais e espirituais. (...)

Nas primeiras, assumem capital importância a correlação estreita com a condição “urbanizar-se”, melhorar de cuidados construtivos e apuros formais, mas, se lhes cortam as raízes que as prendem fortemente à terra e aos seus problemas, desvirtua-se, perde a força e a autenticidade.

Por outro lado, uma certa imunidade à inquietação espiritual que submete as feições eruditas da Arquitectura a frequentes renovações: uma acomodação ao desconforto e à desbeleza, de que se nutre uma inércia poderosa; e o hábito dos mesmos gestos de semear, de plantar, de tratar e de colher, geração após geração, tudo isso imprimiu à vida dos rurais, às suas ideias e às suas iniciativas, uma marcada tendência para a estabilidade que é fatal noutros meios, com outras ocupações – e que a Arquitectura Popular reflecte fielmente.”

“Não só nos monumentos habita a memória dos povos, a tradição não se guarda entre castelos, fortalezas e templos, também existe uma escala do doméstico que gera cultura.”

Jocelyn GONZÁLEZ, “La Arquitectura sin Arquitectos”:13)

A intervenção em património no sentido da sua preservação ganha corpo na segunda metade do século XVIII, aliada a um sentimento urgente de manutenção de identidades ameaçadas. Num primeiro e demorado momento, esta preocupação limita-se a monumentos de grande relevo e escala, nomeadamente fortalezas e palácios, que à época tinham uma fortíssima carga simbólica. Apenas em 1964 vemos materializada na Carta de Veneza uma séria e colectiva preocupação com aquela que é a vertente humilde do património. A inclusão do “sítio rural” no conceito de património histórico é reflexo de uma renovada noção de identidade colectiva que, anteriormente focada em momentos grandiosos, está preparada para reconhecer a sua base como o que sempre foi - fundamental. Não restam dúvidas que o documento de 1964 surge na sequência de uma ameaça que se mantém até à contemporaneidade.

A globalização que vinha dando passos lentos, ganhou uma velocidade galopante no século XX não sem que tenha vindo a encontrar séria resistência sob a forma de numerosos documentos oficiais, cartas internacionais, conferências e encontros multidisciplinares, desde então.

São várias as motivações por trás de acções de preservação do património vernacular, seja como estratégia de políticas nacionalistas, como novo ramo lucrativo de imobiliário ou como oposição a uma homogeneização cultural; o elemento comum é a urgência. A facilidade com que o património vernacular desaparece, muitas vezes ajudado pelo desprezo humano, é preocupante e exige uma acção concentrada de *todos* os envolvidos - arquitectos, engenheiros, urbanistas, investidores, políticos e, muito importante, do público em geral. A associação da arquitectura vernacular com um atraso de desenvolvimento conduziu a um estigma que muito lentamente temos vindo a ver ser desconstruído. Nesse sentido, procuramos, ao realizar a presente dissertação, reforçar a validade de uma proposta que se aproxima respeitosamente da arquitectura vernacular original.

Solá-Morales avisa-nos para um reverso da moeda do interesse do público geral no património. O consumo em massa de qualquer produto implica, actualmente, rapidez. A *fast-food* tem a sua contraparte arquitectónica em reconstruções e

reconstituições assépticas de objectos e conjuntos, cristalizando-os no tempo e sofrendo daquilo que o autor chama o *efeito parque temático*. Apesar da popularização de uma obra, a sua *disneyficação*¹ é um certificado de óbito - um fim. Do mesmo modo que um fórum romano, preservado num museu ou parque arqueológico, já não é um fórum, também uma aldeia embelezada, solidificada e intervencionada para o turismo está condenada a uma expiração rápida - concretizada numa expiração definitiva quando o interesse do público desaparece. Este aviso é ligeiro na Carta de Veneza, quando explica que *“a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade”* e surge claramente afirmado na recente Declaração de Davos. Centrada no conceito de *Baukultur*, *construção para a cultura*, o documento não deixa dúvidas: promovendo a sensação de *lugar* e pertença, reforçando a identificação dos indivíduos com o seu lugar de origem, abre-se o espaço para uma maior coesão social, uma diminuição da discriminação e radicalização (observada diariamente nas cidades que habitamos²) e promovendo a integração e participação civil - permitindo que o lugar viva.

“O vernacular engloba não só a forma e material do edifício, estruturas e espaços, mas também os meios através dos quais estes são usados e compreendidos, e as tradições e associações intangíveis que lhes atribuímos.”³

A documentação disponível sobre intervenções em património é extensa e, tratando-se tendencialmente de textos internacionais, é normal que acabe por representar pontos de vista e prioridades distintas. Por esta razão, sai reforçada a ideia de que a intervenção em património deve ser feita caso a caso e mais do que procurar em Cartas uma fórmula de acção, devemos ser capazes de, pesando todos os aspectos, seleccionar nestes documentos as pedras que constituem a fundação da nossa intervenção.

Voltamos a encontrar a memória como primeiro veículo de acção. Num editorial do Jornal de Arquitectos, Manuel Graça Dias revisita o termo *património*, através da sua tradução para inglês. Partilhando o termo *herança* com o de *património*, fica mais clara a dimensão emocional e pessoal presente num objecto de interesse patrimonial. Mais do que abrigos, escolas, edifícios-símbolo, “essas pedras” são a origem de cada um de nós, *“existiram antes de nós (...) e deveriam sobreviver-nos (...) porque lhes reconhecemos qualidades de sempre”*, que inevitavelmente procuramos. À escala da autora, de uma família, de uma pequena comunidade ou país - a ocupação com o que foi é indispensável à reflexão e proposição de como será: *“trata-se de uma*

¹ “Os limites entre a realidade e o simulacro tendem a esbater-se quando não mesmo a produzir fenómenos de substituição. (...) No processo de substituição da realidade pelas suas imagens e modo de ver, os monumentos e os lugares tendem igualmente a dissolver-se num imaginário que já não é controlável (...). O que podemos chamar o efeito parque temático sobre a recepção do património arquitectónico é, precisamente, a mais imediata consequência desta nova situação cultural.” Ignasi de SOLÀ-MORALES, “Património Arquitectónico ou Parque temático” publicado originalmente in Revista Loggia, Arquitectura & Restauración, 5 de Julho de 1998

² Susana PEREIRA, “Cidade ou Mercado?”, Público (versão online), 6 de Abril de 2019

³ ICOMOS, Carta do Património Vernacular Construído, Outubro de 1999, México, ponto 5 dos Princípios de Conservação

*parte essencial a memória dos homens [sic] de hoje, e na falta da sua transmissão às gerações futuras, na sua autêntica riqueza e na sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência da sua própria duração*⁴. Por essa razão “restauramos, conservamos, reutilizamos, mantemos, alteramos, corrigimos, limpamos, protegemos”⁵. Tal como Kahn, quando escreve que “tudo o que desejamos criar tem origem na sensação de estarmos sozinhos”⁶, também Graça Dias aponta a solidão como motor de acção: “É por medo à solidão, a ficarmos contrapostos só a nós – sem o aval daqueles que, em condições mais duras, edificaram o sublime – que não podemos nem queremos deixar desaparecer este património, esta herança, estes testemunhos, esta memória, estas provas.”⁷

A ausência de referências é assustadora para o indivíduo e deve preocupar-nos enquanto grupo. É vastíssimo o que pode ser aprendido com conjuntos vernaculares e esta inquietação, expressa formalmente em 1975⁸, 1977⁹, 1999¹⁰ e de novo em 2018¹¹, deve ser uma questão central para todas as partes envolvidas, nomeadamente legisladores.

O cenário corrente, no entanto, parece ser centrado em acções que permitam ganhos económicos a curto prazo, preterindo pontos fulcrais como a autenticidade, a diversidade, a salvaguarda de técnicas e materiais e a própria durabilidade das estruturas e paisagens protegidas.

A proposta de intervenção que avançamos neste documento assenta no desejo de, devolvendo a habitabilidade à casa, permitir que a sua vida activa seja prolongada, garantindo assim que continuará a ser um objecto educativo e exemplar para quem dele faça uso. Tal como sugerido nas Cartas de Veneza¹² e do Património Vernáculo¹³ a utilização de materiais não tradicionais limita-se a suprir eventuais inexistências e a casos em que a habitabilidade a que nos propomos seja seriamente comprometida pelo uso de elementos tradicionais, tal como na estrutura do telhado. Nestes casos, pauta-se a selecção de novos materiais pelos critérios de consistência com o conjunto e envolvente e de sustentabilidade, este último particularmente presente nas recomendações da Declaração de Davos.

O tema da coerência tem algumas *nuances* que devemos ter em atenção neste caso particular. Não só é necessário considerar a harmonia do objecto com a sua envolvente, como devemos pesar as intervenções (não tradicionais) de que a casa foi alvo ao longo do tempo. A Carta do Património Vernacular alerta-nos para o

4 Comité dos Ministros do Conselho da Europa, Carta Europeia do Património Arquitectónico, Outubro de 1975, Amesterdão

5 Manuel GRAÇA DIAS, “Só se Deveria Querer Visitar e Ver o que Fosse Vivo e Real”, As Praias de Portugal 1, op. cit. página 3

6 Louis I. KAHN em Alessandra LATOUR, “Louis I. Kahn : writings, lectures, interviews”. Nova Iorque, Rizzoli, 1991. página 113

7 Manuel GRAÇA DIAS, “A Prova”, À la recherche du temps perdu. op. cit. página 3

8 Comité dos Ministros do Conselho da Europa, Carta Europeia do Património Arquitectónico, op. cit.

9 Conselho Europeu, Apelo de Granada, 1976, Granada

10 ICOMOS, Carta do Património Vernacular Construído, op. cit.

11 Ministérios Europeus da Cultura, Declaração de Davos, 22 de Janeiro de 2018, Davos (Suíça)

12 “O restauro (...) baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja, pela antiguidade e autenticidade)”

13 “A intervenção contemporânea em edifícios vernaculares (...) deve respeitar os seus valores culturais e o seu carácter tradicional.”



[47]

Ilhas Uros, Puno, Peru. Estas aldeias flutuantes são um exemplo único no mundo do tipo de construção que configura todas as suas estruturas.

[48]

Manifestação pela Habitação, Porto, 2019

[49]

Vila Além, Valerio Olgiati, 2014

facto de “a conformidade de todas as partes de um edifício a um único período não deve ser o objectivo de uma intervenção em estruturas vernaculares” e a Carta de Veneza reforça que “a unidade de estilo não deve ser um objectivo a alcançar no decurso de um restauro (...) a não ser, excepcionalmente, na condição que os elementos eliminados tenham pouco interesse”. O que se verifica no Monte Novo da Pereira são reparações e acrescentos recentes (década de 70 do século XX), em situação de emergência que foram forçosamente precipitados e comprometeram, desde logo, a unidade do conjunto. Veja-se, por exemplo, a *casa do forno*, construída posteriormente, que, apesar de concretizada em tijolo e argamassa de cimento (e não taipa e cal), se aproxima formalmente da casa em que se insere - esforço este que não teve espaço na situação premente de pós-abalo sísmico.

Em termos gerais, a presente intervenção é movida pela constatação de que o Monte Novo da Pereira, tal como muito do património vernáculo, “*está em perigo - ele está ameaçado pela ignorância, pela vetustez, pela degradação (...), pelo abandono*”¹⁴ e desejamos cumprir um papel responsável e coerente na resposta a este perigo.

¹⁴ Comité dos Ministros do Conselho da Europa, Carta Europeia do Património Arquitectónico, op. cit.

É a casa da minha avó

MARIA JOÃO



**“O que é a casa? O que é o sítio de
onde tu vens?”**

“Ter a certeza de que uma certa dessantificação teórica do espaço (...) ocorreu, mas que podemos não ter, ainda, chegado ao ponto da dessantificação prática do espaço. E talvez a nossa vida ainda seja governada por certas oposições que permanecem invioláveis, que as nossas instituições e práticas ainda não se atreveram a desconstruir. Estas são as oposições que vemos como dadas: por exemplo, entre espaço privado e espaço público, entre espaço familiar e espaço social, entre espaço cultural e espaço útil, entre espaço de ócio e espaço de trabalho. Todas estas estão ainda alimentadas pela presença oculta do sagrado.”



FOUCAULT, Michel, "Of Other Spaces, Heterotopias", 1967, publicado originalmente na revista "Architecture, Mouvement, Continuité" Nº 5 em 1984 e consultado a 17.12.2018 em <https://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heterotopia.en/>

"A casa é o eu de cada um. (...) A casa é eu e nós, conforme se queira."

(Álvaro Siza, *os Textos*: 349)

[50]

Preparação de refeição no lar do Monte Novo da Pereira, anos 1940.

Consideramos que o desenho da casa é indissociável da sua vivência. Isto é particularmente relevante quando falamos de uma casa vernacular, um documento e testemunho de significados e de uma forma de viver particular. Por esta razão pareceu imperativo entender que vivência foi a da *casa velha*, de forma a entender como se pode desenhar a sua vivência futura.

[51]

O pátio traseiro utilizado como pátio dos animais. A porta dividida (ou com um painel no lugar da porta) permite alimentar as galinhas sem permitir que entrem em casa.

Em primeiro lugar (consideramos aqui o ponto mais recuado que conseguimos apontar na cronologia da casa), albergava uma família a tempo inteiro. O agregado familiar incluía, geralmente, a geração dos avós que tinham recebido os seus filhos e netos em casa ou passavam a habitar com eles na sua casa. De todos os modos, há uma ideia forte de transmissão da casa desde a geração anterior para as seguintes. Tratando-se de trabalhadores agrícolas, o dia começava cedo, antes do nascer do sol, com o cuidado com animais e terrenos próprios. A primeira refeição do dia estaria pronta desde a noite anterior para permitir ocupar parte da manhã com crianças pequenas e outros deveres. Estas tarefas estavam delegadas aos elementos femininos da família, que deveriam ocupar-se do funcionamento normal da casa, nomeadamente no que toca aos alimentos e manutenção do *fogo*. Durante todo o dia, os adultos capazes saíam para *trabalhar no campo*, ficando em casa apenas os mais velhos da família, que já não pudessem contribuir para o rendimento da casa.

[52]

A proprietária da casa em frente ao forno original, com aves de criação, cerca de 1958.

As actividades quotidianas estavam inevitavelmente próximas da Natureza. As cadências do dia eram as naturais, o nascer e pôr-do-sol marcavam o início e fim do dia de trabalho, a chuva e o sol asseguravam uma espera maior ou menor pelas colheitas e, fazendo-se a maioria das deslocações a pé (apesar de existir um *carro de bestas*¹ para cobrir distâncias maiores), não havia como encurtar distâncias demoradas.

"Todos os elementos válidos, incluindo actividades humanas, embora modestos, tiveram, assim, significado em relação ao

¹ Charrete de madeira puxada por um ou mais cavalos ou burros.



[53]
Jantar num monte de Santo
André

*todo que não pode ser desconsiderado.*²²

A dependência da Natureza, no entanto, vai para além dos ritmos das colheitas: os animais eram ferramentas de trabalho e produto alimentar, o solo usado para cultivo e para a estrutura das casas, as árvores asseguravam sombra e lenha para o lume³ (que estava constantemente aceso), a brisa tornava os dias de calor mais suportáveis e os cursos de água, apesar de raros ou distantes, permitiam a sobrevivência de culturas – vegetais, animais e humanas.

Esta simbiose com os elementos reflectia-se directamente na arquitectura vernacular da zona, que se implantava singela, e imitava a planura em volta, com os seus volumes longos e baixos. A horizontalidade da paisagem era apenas interrompida pelas grandes chaminés.

Em termos amplos, o quotidiano era vivido em comunidade. Para além do trabalho no campo, que exigia um esforço colectivo, também tarefas como a construção e manutenção das casas reuniam grandes grupos.

Momentos como a *matança* de porcos⁴ ou eventos como casamentos, não tinham, como hoje, o carácter de festa assente na relação convidado-anfitrião: do trabalho de todos dependia o disfrute de todos. No reverso da moeda da entreatajuda, encontramos um sistema muito baseado na honra e vergonha que acaba por ter vestígios um pouco por toda a parte e ao longo de várias gerações.

Patrões, familiares, vizinhos e os ocasionais *forasteiros* completavam o xadrez social que se jogava, há meras três gerações atrás, de forma muito diferente da actualidade. Elementos como muros e portas abertas tinham uma forte leitura pública: importava mostrar transparência mantendo, ainda assim, o resguardo e decoro. Os momentos de ócio estavam reservados às crianças pequenas, enquanto não pudessem ajudar no trabalho, e aos homens que, no final do dia, reuniam na rua ou na taberna, já que a convivência doméstica neste período do dia parecia representar séria afronta à masculinidade, que importava salvaguardar publicamente. Pela mesma razão eram as mulheres que estavam encarregues de transportar as crianças de colo, aquando das feiras periódicas, uma quebra da rotina para toda a família, que proporcionava encontros com familiares e amigos de outras localidades e uma oportunidade para trocas comerciais.

“As relações de classe matizavam-se em códigos de honra, respeito, laços de família e vizinhança, favores, raiva e apaziguamento em doses semelhantes. A ruralidade era como uma bola de ferro presa às asas do pensamento; às asas dos pés.”⁵

[54]
“Os Comedores de Batatas”,
Vincent Van Gogh, 1885, Museu
Van Gogh, Amesterdão

[55]
Grupo de familiares e vizinhos
reunido no Monte Novo da
Pereiria. Ao fundo, à esquerda,
podem observar-se os anexos
agrícolas ainda intactos e pode
notar-se a inexistência da *casa*
do forno.

2 UNESCO, Recomendação relativa à Preservação e Papel Contemporâneo de Áreas Históricas, 26 de Novembro de 1976, Nairobi

3 O lar desdobrava-se em várias funções, servindo de iluminação, aquecimento, fogão e casa-de-banho (os banhos eram tomados em tinas de madeira junto ao fogo pela proximidade à água quente e ao calor que dele emanava).

4 Desde o forno à lareira, não esquecendo a adega e a sala de estar, na *casa velha* todos os espaços estavam ocupados com quem preparava ou acondicionava as partes do animal.

5 Álvaro DOMINGUES, *Vida no Campo*. op. cit. páginas 21-22



[56]
Encontro entre amigos de longa data e longa distância.

A zona do caso de estudo era, até cerca dos anos 1970, razoavelmente despovoada. O assentamento de habitações era disperso, aproximando-se as novas construções, ainda assim, de uma estrada nacional que ganhava importância. A geração pós-25 de Abril encontrou uma realidade rapidamente mutável, encontrando-se num ponto charneira entre a ruralidade e as novas formas de urbanização da zona. Existe, a partir dessa época, uma quebra nas dinâmicas familiares, assentes em actividades agrícolas desde há décadas, e a formação de novos paradigmas. A facilidade de deslocações e o reforço da importância da escolaridade representaram, para o Monte Novo da Pereira, um parcial abandono.

Se é verdade que ainda é possível encontrar familiares em praticamente todas as casas da zona envolvente, também é verdade que são cada vez menos os habitantes que trabalham perto de casa ou que as ocupam a tempo inteiro.

[57]
Solução prática numa hora de almoço.

A proprietária da casa ocupa-a a tempo inteiro, enquanto a restante família passa lá fins-de-semana e períodos de férias. A *casa velha* passou, então, a ter uma ocupação parcial, a ser, sem se ter dado conta, uma *casa de férias*.

Encontramo-nos perante um novo momento de transição. Se, enquanto casa primária, o Monte Novo da Pereira foi palco de uma desigualdade gritante entre géneros e habitação de trabalhadores permanentes (a agricultura não permite férias), enquanto segunda residência é um espaço de democratização de tarefas e símbolo do descanso, da libertação do trabalho.

[58]
Matança do porco num espaço comunitário

*“A maravilha de uma casa não é que ela te abrigue ou aqueça, nem que tenha as paredes. Mas antes que ela tenha lentamente depositado em nós estas disposições de doçura. Que forme, no fundo do coração, esta massa obscura da qual os sonhos, como as águas de nascente, nascem.”*⁶

A realidade de uma casa de férias é, por natureza, diferente da de uma casa permanente. Não tanto no que toca à forma e disposição da casa: como sabemos, muitas casas alentejanas (ou rurais noutras partes do país) são utilizadas como casas de férias mantendo a sua forma. A grande diferença parece estar na disposição para a informalidade dos utilizadores e nas expectativas que encerra. É importante, para este processo, a consciência de que os papéis e conceitos associados a uma casa podem mudar com o tempo sem que isso implique uma perda do que fez desta casa, Casa.

[59]
Celebração do casamento da proprietária no Monte Novo da Pereira. O espaço exterior aqui utilizado como espaço de refeição e de estar.

*“A questão da escala é importante. Mais importante que tudo na Casa de Ofir, de Távora (...) é a escala da casa e não sei como é que se diz para não ser piroso... da humanidade. É confortável, é próxima...”*⁷

6 Antoine de SAINT-EXUPÉRY, *Terre des hommes*. Gallimard, Paris: 1957, página 53

7 Sérgio FERNANDEZ em Entrevista, citado por Manuel Mendes, “Terra quanta a vejas, Casa quanta baste” em *Só nós e santa tecla: a casa de Caminha de Sergio Fernandez*, op. cit. página 119



[60]
Espaço simples de cozinha,
junto ao lar

No Monte Novo da Pereira observamos uma utilização inteligente do espaço, uma arquitectura de recurso que não deixa espaço para caprichos, e em que o proverbial *desenrascanço* é praticamente um modo de vida, transversal a todos os aspectos da ruralidade - e muito condizente com a nova dinâmica de casa secundária: não raramente o relvado foi utilizado para tomar duche no regresso da praia, uma corda e um tanque asseguram, até hoje, as funções de lavandaria. Este tipo de adaptação rápida, que sempre foi característica das casas parcas em recursos, é difícil de transpor para um projecto de intervenção de Arquitectura, mas não deve ser desconsiderado, já que é parte importante da forma de viver este lugar.

[61]
Aprender e ensinar a conduzir
no Monte Novo da Pereira,
1999

Por outro lado, as diversas observações do que compõe e é esta casa tradicional levaram a uma verdade tardiamente percebida: é que casas tradicionais rápidas e naturalmente deixaram de o ser - ou passaram a sê-lo de uma nova maneira. Quando surgiram os novos materiais, nomeadamente lonas de plástico ou argamassas de cimento, quis a necessidade que fossem introduzidos sem grande cerimónia nas construções antigas, ora como complemento ora como substitutos de materiais tradicionais. Esta opção é facilmente entendida quando se considera que a durabilidade que ofereciam tinha um atractivo económico inegável, para além da facilidade de aplicação de alguns destes elementos.

[62]
Espaço do antigo forno e tan-
que para lavar a roupa

Porque importa tudo isto, quando se fala em levantar de novo paredes que caíram? É essencial compreender a razão pela qual as decisões arquitectónicas foram tomadas, os motivos para a forma e sensação dos espaços e as suas limitações técnicas de forma a permitir informar o desenho e utilização da casa doravante. A casa alentejana e o seu viver são compostas por mais do que formas. A temperatura que se sente no seu interior, os contrastes com o exterior, a forma como o som se desloca lá dentro e bate nas paredes, a relação que vamos estabelecendo com a altura do telhado nas diferentes partes da casa, a curta viagem da luz pelas paredes ao longo do dia, o som e a sensação da tijoleira sob os pés, o cordel que faz as vezes de uma fechadura, o ressoar da loiça esmaltada na pedra da bancada, o halo quente em torno da chaminé, a textura da parede caiada e da madeira (lacada nos móveis, intocada nos banquinhos), o contraste entre as paredes espessas e as cortinas débeis que substituem as portas - tudo isto é muito mais do que forma e é, ainda assim, Arquitectura.

“É bom ir à janela. Vê-se a rua, a vizinha sai e fecha a porta, há gente a passar e motos e animais e automóveis, comboios, autocarros e aviões, do ar chega o ruído dum avião, passa uma gaiivota. Não estamos sozinhos, felizmente não estamos sozinhos, bate à porta o carteiro, chega o jornal. (...) A casa é o eu de cada um. (...) A casa é eu e nós, conforme se queira. Distinguímos uma de outra, com dificuldade, por números e por pormenores irrelevantes, por estarem em ruínas e escuras ou limpas e polidas como um vidro.”⁸

⁸ Álvaro SIZA, *01 textos*. Porto: Civilização, 2009. Texto 129, página 349



Enquadramento Material



[63]

Parede exterior do Monte do Fornecos, exposta pela deterioração da camada de cal que, tradicionalmente, a cobria

“De início, e aí com o seu verdadeiro sentido, as formas arquitectónicas resultam das condições impostas ao material pela função que é obrigado a desempenhar e ainda de um espírito próprio daquele que age sobre o mesmo material.”

(Fernando TÁVORA, *O problema da casa portuguesa*: 8)

[64]

Canteiro entre a Casa Velha e a Casa Nova, feito com telhas sobrantes

Condenada a um isolamento forçado (que ainda se sente), a região do Alentejo ficou desde sempre sujeita a um atraso significativo, no que toca a desenvolvimentos tecnológicos. O campo da construção civil não é excepção e os métodos construtivos contemporâneos demoraram a alcançar o Sul do país. Desde muito cedo e enquanto a pobreza foi generalizada, a arquitectura vernacular era construída com técnicas antiquíssimas, nomeadamente a construção em terra. Os arquitectos que fizeram parte do Inquérito à Arquitectura Portuguesa dão notícia de uma presença generalizada destas construções nos territórios do Sul: “A presença dos terrenos argilosos e a economia de meios necessária à sua execução podem justificar a frequência com que é utilizada, não sendo exagerado dizer-se que não houve localidade onde não se encontrasse uma construção em taipa”², apesar de a construção em betão armado e tijolo cozido já ser a norma nas zonas urbanas do território nacional.

A casa tradicional do Alentejo Litoral é muito simples, no que a materiais diz respeito, simplicidade essa que permite uma análise, embora sumária, de todos os materiais de construção envolvidos na criação do ambiente tão particular destas habitações. Neste capítulo, faz-se uma aproximação a cada tipo de material e ao uso generalizado que tem de modo a enquadrar uma posterior análise do uso e estado de conservação destes mesmos materiais no caso de estudo.

Madeira

A madeira, tem um papel de destaque na construção das casas vernaculares do Alentejo, seja sob a forma de troncos robustos estruturais, seja como canas que auxiliam ao isolamento das coberturas.

A selecção do tipo de madeira estava condicionada pela disponibilidade

¹ Alentejo e Algarve

² Associação dos Arquitectos Portugueses, “*Arquitectura Popular em Portugal*”, op.cit. páginas 296-7

na região e o seu uso limitava-se ao “*estritamente necessário, devido à sua escassez*”³. Os azinheiros forneciam madeira que, pela sua dureza, era preferida para a “*definição de portas e janelas*”⁴, enquanto a madeira de pinheiros e eucaliptos era preferida para estruturas de coberturas, podendo facilmente extrair-se “*toros compridos e regulares*”⁵ que seriam facilmente substituídos, quando houvesse necessidade, dada a abundância destas espécies na região. Ao contrário do que é actualmente comum, as madeiras utilizadas não eram tratadas, seriam, quando muito, pintadas.

*“O recurso à madeira faz-se por motivos essencialmente utilitários, e de forma extremamente parcimoniosa, em vigamentos de pavimentos superiores e no «esqueleto» das coberturas, o que não surpreende numa província cuja tradição madeireira se limitou sempre a áreas «periféricas» da produção silvícola: o carvão, a lenha, a cortiça, a bolota e, no eixo Setúbal-Grândola-Alcácer, algum pinhal e hodiernamente o eucalipto.”*⁶

Era prática comum, durante obras de manutenção das casas, rodar os elementos de madeira para contrariar as deformações que sofriam e aumentar a sua longevidade.

Cerâmica

Presentes em toda a região Sul do país, tanto as telhas de canudo como o revestimento do chão (e da eira, como em alguns casos identificados, e anteriormente, no Monte Novo da Pereira) representam elementos de grande destaque no conjunto da habitação vernacular alentejana realizados em barro ou argila cozidos. A técnica tradicional mantém-se praticamente inalterada desde há séculos, sendo possível encontrar empresas que fabricam artesanalmente ladrilhos (*balosas*) e telhas. O processo de fabrico destes elementos é em tudo semelhante entre si, salvo a óbvia diferença de forma, e passa pela recolha de barro vermelho da terra, que é reduzido a pó e misturado com água; esta pasta é, então, moldada numa forma com as dimensões desejadas, utilizando, para facilitar este processo, a cinza de cozeduras anteriores como elemento antiaderente; as peças são então armazenadas num espaço ventilado para permitir que sequem antes de serem levadas ao forno durante cerca de 36h para cozer.

No caso particular dos ladrilhos de cerâmica utilizados no chão, é de relevar

³ José Luís de SALDANHA, *Azeites e Olivais no Alentejo - Montes com Lagar na Província Transtagana*. Ed de Autor: Lisboa, 2003. citado em José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*. op. cit. página 173

⁴ Vítor RIBEIRO, *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Lisboa, Afrontamento: 2010. página 55

⁵ ibidem

⁶ José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*. op. cit. página 173

a facilidade de manutenção (ainda que os ladrilhos da casa original não tenham recebido nenhum tipo de tratamento impermeabilizante, a sua longevidade foi assegurada – levando a crer que os tratamentos amplamente disponíveis actualmente podem aumentar ainda mais a duração do chão da casa) e reparação (substituição do elemento danificado) tal como a resistência ao fogo, ao impacto e a oscilações térmicas.

As telhas de canudo em cerâmica partilham com os ladrilhos um conjunto de vantagens, nomeadamente a sustentabilidade da sua produção, quando equacionadas a escassa poluição que o seu fabrico implica e a durabilidade dos elementos construtivos.

Terra

Quando o Homem começou a abandonar o nomadismo e a assentar habitações de carácter mais permanente, utilizou os materiais que tinha à sua disposição em maior abundância: vegetação e solo. A terra é, assim, não só um material antigo em Portugal, como um dos materiais primordiais a nível global⁶.

Desenvolveu-se uma grande variedade de técnicas e a expansão geográfica e temporal da construção com terra traduziu-se na materialização de diversas edificações, muito variantes em escala e uso⁷. Centramos aqui a atenção no uso da terra como estrutura portante, em particular na construção em taipa (terra prensada) que é utilizada no caso de estudo.

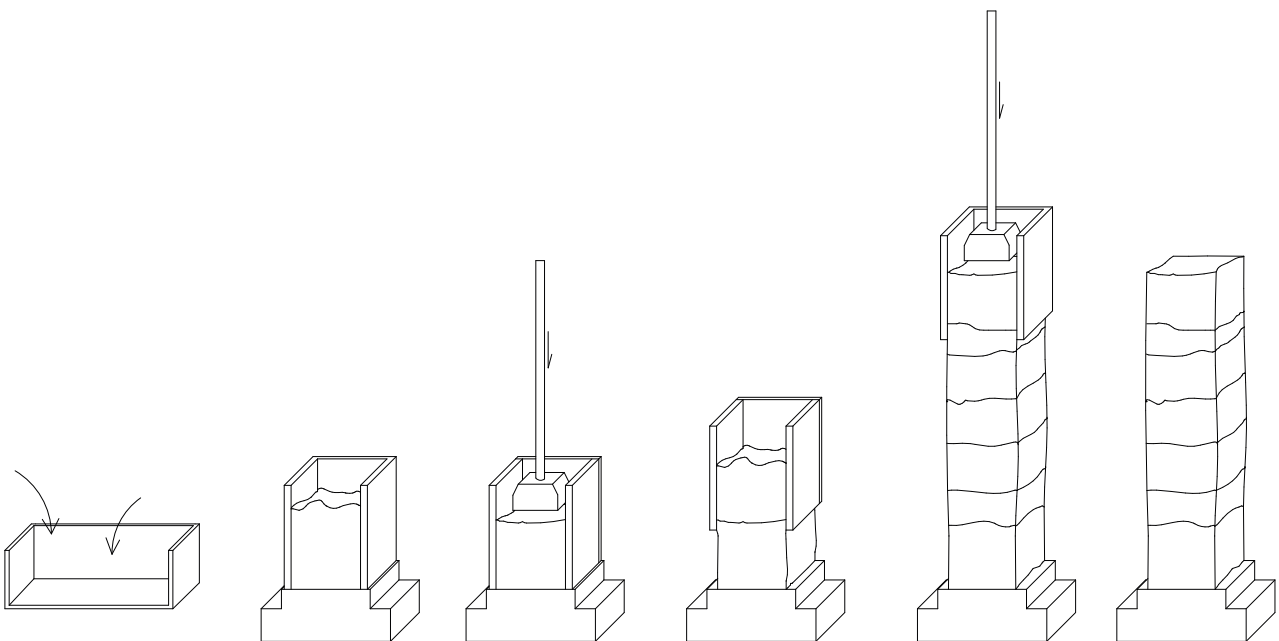
Se, a partir do início do século XX, o uso destas técnicas desapareceu gradualmente (generalizando-se a utilização de materiais como o betão, o cimento, o tijolo e o aço), a partir dos anos noventa do século XX, houve uma redescoberta desta técnica, devendo-se o seu ressurgimento, em grande parte e como mencionado na secção Situação Actual, a investimentos de cidadãos estrangeiros que, cientes das vantagens da construção em terra, puderam suportar o custo extra que a escassez de profissionais implica. É unânime a noção de que a técnica está a evoluir no sentido de se generalizar também entre os proprietários nacionais. A disponibilidade do material (*“idealmente, tira-se [a terra] do próprio terreno e constrói-se com ela”*⁸) e o baixo impacto que a sua extracção e aplicação têm no ambiente, associados à simplicidade dos métodos de construção fazem com que tenha potencial para ser *“um dos materiais mais económicos no planeta”*⁹.

Essa consciência ecológica *“tem vindo a propagar-se mesmo aos antigos*

7 *“Da paleta das possibilidades construtivas do material terra, reconhecem-se actualmente numerosos métodos de construção, com uma quase infinidade de variantes adaptadas à qualidade de cada tipo de terra e que traduzem, naturalmente, a identidade não só dos locais onde se situam mas também a identidade das culturas que os criaram ou desenvolveram. (...) Essa tão grande variedade permitiu erguer desde simples abrigos e modestas casas de aldeia, a grandes imóveis urbanos, edifícios religiosos e sumptuosos palácios ou mesmo muralhas, fortalezas ou até cidades imperiais.”* Miguel ROCHA, «A Terra na Arquitectura», em Filipe JORGE(ed.), *Terra: Forma de Construir - Arquitectura, Antropologia, Arqueologia* - 10ª Mesa Redonda de Primavera. Argumentum, Lisboa:2006. página 30

8 Isabel CARVALHO, “A Construção em Terra em Portugal”, Centro da Terra (publicação online):2006. p. 2

9 Mariana CORREIA, «Universalidade e Diversidade da Arquitectura de Terra», em Filipe JORGE(ed.), *Terra: Forma de... op. cit.* página 18



[65]
Construção de parede de taipa
em Alfândão, 1955 (Ordem dos
Arquitectos)

*moradores dessas áreas, que passaram a ter mais interesse em manter e reabilitar as suas antigas casas de terra*¹⁰, do que é exemplo o presente trabalho de dissertação. De modo semelhante, a construção em taipa representa uma valorização “(...) das indústrias locais, dos ofícios artesanais e da produção de materiais locais/tradicionais(...)”¹¹ que contribui para a salvaguarda do património cultural local.

Para além disso, as paredes executadas em taipa garantem uma sensação de conforto difícil de assegurar com outros materiais. Os seus comportamentos térmico e sonoro ajudam à definição de espaços acolhedores e cómodos já que, como explica o Arquitecto Miguel Mendes, a terra “*não é o melhor isolante do mundo, nem o melhor [sic] resistente à compressão (...) mas é dos únicos materiais que reúne todas essas condições e que desempenha todas as tarefas de forma muito satisfatória ao mesmo tempo*”¹².

*“As paredes deste material, quando bem realizadas e rebocadas, são muito duradouras, e a sua espessura oferece boas condições de isolamento térmico. A taipa necessita, contudo, de certas precauções (...).”*¹³

[66]
Casa do Caseiro, Grândola.
O arquitecto Camilo Rebelo
explica que procurava todas
as características da taipa, no
entanto se viu conforntado com
a dificuldade do material em
suportar vãos de grandes di-
mensões. A casa está executada
em *betão taipa*, betão colorido
e executado manualmente
para imitar a aparência da
taipa, permitindo que a obra se
integre na envolvente.

A taipa era usualmente executada por um mestre e três ajudantes (nos quais se poderiam ou não incluir os donos da obra) e o domínio da técnica implica muita experiência prática, visto que dela depende o sucesso da estrutura. A construção de uma casa de taipa começa pela realização de uma fundação em pedra que se eleva cerca de 50 centímetros do solo¹⁴ e que deve assegurar uma separação permanente entre este e as paredes, de forma que a humidade do terreno não infiltre as paredes comprometendo, assim, a sua integridade¹⁵. De seguida montam-se os taipais, formados “*por pranchas de madeira desmontáveis*”¹⁶, de forma a deixarem um espaço de cerca de 50 cm de altura, 40cm de espessura e 2m de comprimento onde se introduzirá a terra. A terra é, então, compactada dentro do taipal com o auxílio de um pilão (ou maço ou malho) de pedra ou madeira num processo que se pretende rápido de forma a assegurar as melhores condições de humidade da terra no momento da compressão. Em seguida, desmontam-se os taipais, e repetem-se os passos aqui explanados até que a extensão e a altura desejadas para a parede sejam atingidas. O tempo de secagem de uma parede de taipa é de cerca de 28 dias, variando naturalmente com a temperatura

[67]
Esquema da construção em
taipa.

10 Paulina FARIA, “Construção com terra - Tradição e Inovação”, op. cit. página 25

11 José BAGANHA, *A arquitectura popular dos povoados do Alentejo*, op. cit. página 218

12 Miguel MENDES, arquitecto pertencente à direcção do Centro da Terra, citado por Isabel CARVALHO, “Construção com Terra em Portugal”, op. cit. página 4

13 Associação dos Arquitectos Portugueses, “*Arquitectura Popular em Portugal*”, op.cit. páginas 296

14 “Verifica-se a existência de (...) embasamentos protectores em alvenaria de pedra de xisto com junta seca, como forma de impedir a acção da humidade ascendente do solo, por capilaridade, e proteger dos salpicos de chuva provenientes do solo. A parte superior do embasamento encontra-se, pelo menos, 50 centímetros acima da cota interior dos pavimentos, geralmente um pouco elevados relativamente ao terreno exterior, para evitar acessos de águas pluviais no Inverno.” António BRAGA e João ESTÊVÃO, «Os Sismos e a Construção em Taipa no Algarve», op. cit. página 2

15 “A taipa necessita, contudo, de certas precauções na sua execução, sendo uma delas o evitar o contacto com a humidade do solo e o seu consequente apodrecimento; para isso, constrói-se uma fundação em alvenaria de pedra, que se eleva sempre acima do terreno.(...)” Associação dos Arquitectos Portugueses, “*Arquitectura Popular em Portugal*”, op.cit. páginas 296-7

16 F. Pacheco TORGAL, Rute M.G. EIRES, e Said JALALI, *Construção em Terra*, TecMinho (Guimarães, sem data).



[68]

[69]

Monte vizinho do Monte Novo da Pereira. As paredes deste monte estão executadas com diversas técnicas, provavelmente correspondentes a diferentes intervenções e ações de manutenção. À esquerda é visível estrutura de madeira, tijolos de adobe (secos ao sol) e argamassa de cimento utilizada tanto na estrutura como no revestimento. À direita, a parede é preenchida com restos de peças cerâmicas e pedras de pequenas dimensões.

[70]

Muitos dos elementos da casa aletejana acabam or servir simultaneamente diferentes propósitos. Se o pial está junto do forno pela necessidade de apoio durante o cozimento do pão e o forno está no exterior devido à facilidade de ventilação e disponibilidade de espaço, ambos estão adossados ao volume principal da casa fornecendo-lhe um maior apoio estrutural muitas vezes essencial em caso de abalos sísmicos.

[71]

Os moirões, executados em pedra, eram adicionados às casas depois dos episódios sísmicos de forma a reforçar os elementos que tinham sido fragilizados. Na imagem, um dos moirões dos anexos agrícolas do Monte Novo da Pereira, construído após o terremoto de 1969.

e humidade do ar.

Os vãos são deixados vazios durante o processo ou abertos posteriormente, tendo sido introduzidas as molduras (de madeira, pedra ou adobe) durante o apiloamento da terra.

A taipa é, tradicionalmente, construída durante o verão e só após a passagem de um inverno¹⁷ (e do período das chuvas que, normalmente, o acompanha) é que se procede ao revestimento das paredes com cal morta, revestimento este que deve ser reforçado anualmente.

A construção em taipa apresenta dois principais antagonistas: a actividade sísmica e a acção da água. Existem diversas publicações sobre a acção da água na taipa, tendo em conta que, ao contrário da acção sísmica, é um problema muito mais comum e com maior número de soluções estudadas. A ascensão da água por capilaridade é um problema comum que deve ser evitado, de entre outras maneiras, através da construção de fundações altas.

Quanto à vulnerabilidade sísmica, esta deve-se principalmente “à ausência de ligações adequadas entre as várias partes da estrutura”¹⁸, usualmente agravada pela falta de manutenção e pela falência de elementos como drenagem, revestimentos e coberturas. Tradicionalmente, eram aplicados reforços à estrutura após os abalos sísmicos (tais como tirantes, piaís e contrafortes). Actualmente, existem soluções de reforço de estruturas pré-existentes e estão em fase inicial de aplicação tecnologias de fortalecimento das argamassas utilizadas em construções de terra com vista a minimizar os danos nestas ocasiões.

“Pela necessidade de reabilitar as construções em terra existentes, e respeitando os princípios da autenticidade e compatibilidade, muito terá de ser efectuado para não abandonar ao seu triste destino de completa destruição o rico património edificado em terra que ainda permanece de pé”¹⁹

Argamassa de Cal

As paredes de taipa são estruturas peculiares cuja longevidade depende, entre outros factores, do funcionamento do seu revestimento. Apesar de ser possível manter uma parede de taipa *nua*, um revestimento com argamassa de cal garante um melhor desempenho de toda a construção, tal como explica Paulina Faria: “A compatibilidade mecânica, física e química só pode ser atingida com revestimentos à base de

¹⁷ “Por outro lado, era usual só executar o reboco com argamassa de cal aérea após a passagem de um Inverno, para que a chuva pudesse lavar os paramentos, retirando alguns finos e propiciando melhores condições de aderência do reboco ao suporte, então mais rugoso.” António BRAGA e João ESTÉVÃO, «Os Sismos e a Construção em Taipa no Algarve», op. cit. página 3

¹⁸ Fernando PEÑA MONDRAGÓN e Paulo LOURENÇO, “Estruturas em Terra: Comportamentos e Patologias” em Maddalena ACHENZA (ed.), Mariana CORREIA (ed.), Marco CADINU (ed.) e Amadeo SERRA (ed.), *Houses and Cities...* op. cit. página 49

¹⁹ ibidem



[72]

Exemplo da utilização da cal em contexto de maior ocupação do território, Algarve

*cal ou argamassas de terra*²⁰.

Utilizada também no interior das habitações, a argamassa de cal (vulgarmente, apenas *cal*) é composta por rocha calcária, originária de pedreiras ou de desperdício de exploração, cozida a altas temperaturas em *fornos de cal*, posteriormente hidratada (*morta*) aquando da sua utilização. Este revestimento funciona em harmonia com a parede de taipa, permitindo à parede *respirar* (absorver e expulsar a humidade naturalmente existente no ar), salvaguardando a sua integridade. Com uma “esperança média de vida” bastante inferior à das próprias paredes, o revestimento deve receber especial atenção: tratando-se de caiação, reaplica-se anualmente e, em caso de acções de conservação, deve ter-se atenção à compatibilidade entre o revestimento e a estrutura da parede.

O forno de cal local encontrava-se na aldeia vizinha de Deixa-o-Resto, junto de uma pequena pedreira.

[73]

A aplicação da cal é feita, pelo menos, anualmente.

*“Viver numa casa, numa casa autêntica, é ofício a tempo inteiro.”*²¹

20 Paulina FARIA, “Earth construction conservation: pathologies due to water” in em Maddalena ACHENZA (ed.), Mariana CORREIA(ed.), Marco CADINU (ed.) e Amadeo SERRA (ed.), *Houses and Cities...op. cit.* página 48

21 Álvaro SIZA, *01 Textos*. op. cit. página 134



Programa



“O projecto está para o arquitecto como o personagem de um romance está para o autor: ultrapassa-o constantemente. É preciso não o perder.”

(Álvaro Siza, *oi Textos*: 25)

Ao contrário do que os exercícios académicos de arquitectura pressupuseram, o presente programa para a intervenção foi um dado mutável, em paralelo com o desenvolvimento da contextualização teórica e com o progresso do projecto em si. Deste modo, o programa tornou-se um elemento agitador do processo, ao invés de ser um ponto seguro de partida.

A *casa velha* foi, ao longo do tempo, alvo constante de acrescentos e arranjos, dependentes de necessidades e possibilidades. Assim, encaramos a intervenção aqui proposta como *mais um* destes momentos na continuidade dos que o antecederam.

Perante uma nova dinâmica de utilização, cada vez mais centrada num núcleo familiar restrito, o projecto fará a importante transição de uma casa colectiva (voltada para a presença da família na comunidade) para uma casa utilizada a todas as horas onde se permite uma maior valorização do individual, dando voz às vontades, particularidades e necessidades dos potenciais habitantes – nos quais a autora se insere. Passando a ser utilizada como segunda residência, principalmente durante o período de Verão, estará apta a receber informalmente familiares e amigos.

A casa em causa e o uso que se prevê para ela permitem uma série de liberdades muito particulares. Assumimos, por exemplo, que a casa se mantém como base para actividades no exterior: se antes se tratava de trabalho rural, hoje em dia pensamos em saídas para a praia, ou apanha de fruta no pomar adjacente. Por esta razão, não consideramos prioritário o aumento de área da casa nem julgamos problemático que se mantenham pelo exterior o acesso a divisões como a oficina, o forno ou, inclusive, a passagem para o novo volume. Para além disso, entendemos o monte alentejano em geral, e o Monte Novo da Pereira em particular, como um espaço heterotópico, onde as regras correntes da habitação não se aplicam ou parecem ter um peso diferente do actualmente convencionado: as preocupações com privacidade, isolamento acústico, abundância de iluminação e de espaço de arrumação são secundárias, dando primazia à criação de um ambiente próprio, positivamente contrastante com o exterior e que depende da sua forma, da sua materialidade, em suma, da sua Arquitectura.

Pretendemos que a casa possa, agora, “ultrapassar obsoletas convenções



[75]

Cozimento do pão em Novembro de 2018. A *casa do forno* é um ponto curioso da casa, funciona como encontro caótico e, ainda assim, harmonioso

[76]

Tanque existente no Monte Novo da Pereira na altura da sua onstrução, em 1963t

[77]

Tanque de monte vizinho, de maiores dimensões e com duas *tábuas* para lavar roupa

*herdadas, integrar a ambivalência*¹ e representar uma ocasião de pausa sem perder a funcionalidade enquanto residência completa. Será uma casa para jantares longos e sextas a meio do dia, tal como será um bom local de trabalho e suficientemente confortável para encerrar qualquer dia banal – uma Casa.

Afirmando o desejo de dar continuidade à casa, procurámos manter-nos tão próximos quanto possível do original, inclusive em termos de programa. Para além disso, entendemos que os distintos momentos da casa poderiam implicar distribuições distintas. Assim, no corpo principal de *habitação*, o programa assemelha-se ao original, sendo feitas pequenas mudanças para acomodar as necessidades actuais: a sala de estar-cozinhar mantém-se, enquanto aos quartos é retirada a parede divisória (perfazendo um total de dois quartos) de forma a permitir acomodar um quarto de casal com sanitário e duche a norte e um quarto com cama e beliche e sanitário a sul. Ambos os quartos permitem que se aumente o número de camas, caso seja necessário. Na adega, procedeu-se a uma reorganização simples dos elementos de forma a permitir que a zona de oficina ganhe área em relação à de adega e que seja aí feita a passagem para o novo pátio de refeições.

No que diz respeito às *arramadas*, dado que a sua função original como arrumos agrícolas não se enquadra com a mesma relevância no uso previsto da casa, serão palco da maior liberdade de reinterpretação programática, nomeadamente como ponto de reunião social da casa (sala de estar diurna), descanso e trabalho liberal. Distribuem-se, neste volume, um escritório, um espaço de estar com nicho de leitura e um *lar*.

A articulação entre os dois volumes será feita através de um pátio de refeições a céu aberto, que vem definir, com maior precisão, uma sala de jantar ao ar livre que é, usualmente, improvisada em diferentes partes do terreno.

Em frente ao novo volume das *arramadas*, voltado a sul, incluir-se-á um tanque. Far-se-á um melhoramento do tanque existente, à imagem do tanque de monte vizinho. Aproveitando a sombra de duas velhas figueiras, e pelas suas características (a altura do bordo e a segurança), promove uma interação entre elementos de diferentes gerações.

Apesar de não ter gozado do mesmo protagonismo, achámos importante pensar o desenho do terreno, da forma como se ocupa o solo. Mantém-se a área de laranjal, mas julgamos que, dadas as intervenções propostas, deve haver um ajuste do terreno (actualmente lavrado e descuidado), de forma a permitir uma facilidade de deslocação e utilização do terreno e da casa, nomeadamente diferenciando zonas com área relvada e caminhos de saibro.

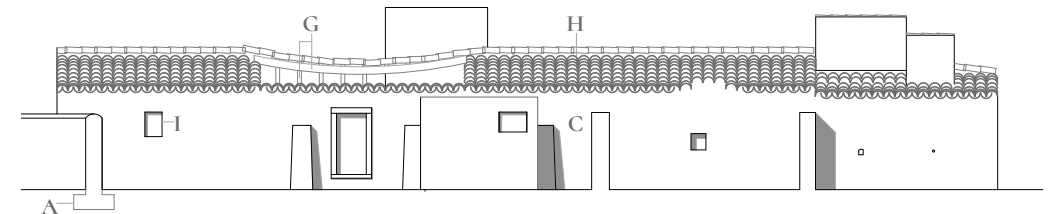
¹ Maria Manuel OLIVEIRA, “Linha de Sombra”, em André TAVARES e Pedro BANDEIRA, *Só nós e santa tecla: a casa de Caminha de Sergio Fernandez*. Porto, Dafne: 2008. página 32



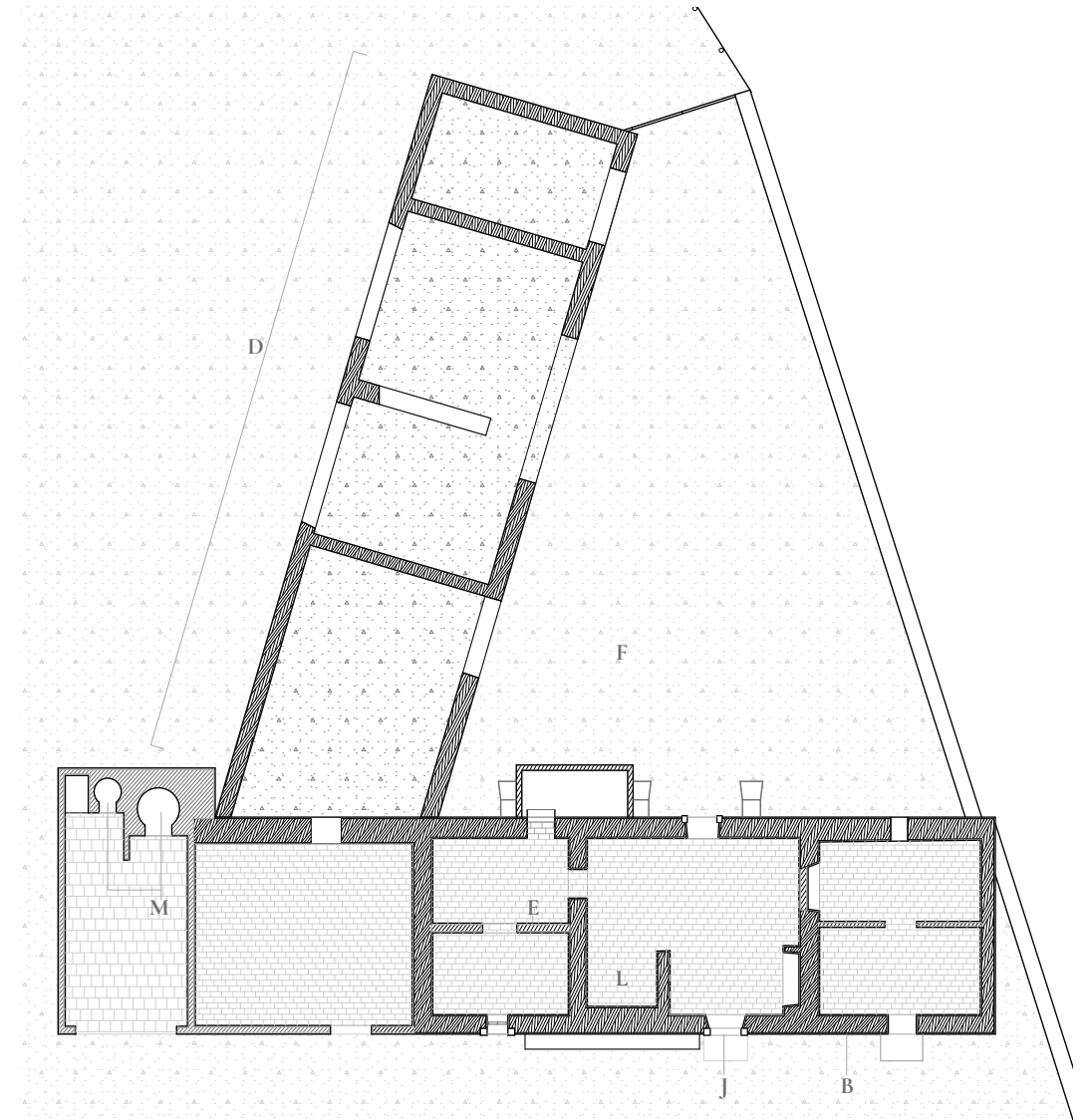
Reconhecimento e Anomalias

“As estruturas existentes reflectem o estado do conhecimento à data da sua construção, podendo possuir erros de concepção ou execução grosseiros e invisíveis, e podendo possuir danos desconhecidos devido a acções do passado.”

(Fernando PEÑA MODRAGÓN e Paulo LOURENÇO, “Estruturas em Terra: Comportamentos e Patologias”.49)



Alçado de levantamento da fachada traseira da casa velha 1 : 200



[78]
Nota do levantamento inicial

No seguimento das conversas com a proprietária, dos confrontos de relatos e memórias acerca da casa, realizaram-se levantamentos fotográficos, métricos e paramétricos em diferentes momentos do processo de trabalho. As diferenças que o próprio objecto apresentou entre as visitas permitiram entender a fragilidade da obra e a velocidade da sua degradação. Definimos os dados de Novembro de 2018 (o último levantamento) como base de trabalho para as intervenções propostas.

Registámos algumas dificuldades de ordem prática no processo de levantamento: a tangência da estrada nacional impossibilitou um reconhecimento total do perímetro da casa e a fragilidade da estrutura impediu a precisão de algumas medições. Para além disso, também a natural irregularidade da estrutura foi tida em conta e, para efeitos de desenho de projecto, ligeiramente suavizada. Para ajudar a colmatar algumas destas falhas, foi utilizado um drone numa fase posterior, para permitir verificar o estado de conservação da cobertura e esclarecer dúvidas em relação à forma da sua estrutura e da chaminé do lar.

O primeiro levantamento da casa foi feito recorrendo a um medidor laser e fitas métricas de 25 metros e realizado apenas após uma limpeza das ervas que ocupavam o pátio e parte do interior da casa. A medição efectuada nas soleiras das portas permitiu definir o ligeiríssimo declive do terreno e, principalmente, a diferença de cota entre o alçado frontal e o tardo da casa.

O encontro entre os dois volumes [111], o da casa velha e o das arramadas, apresentou-se, num primeiro momento, como um desafio e num segundo momento como um tema de trabalho. Inicialmente complicado de explicar, foi necessário recorrer a imagens capturadas com drone para entender que, de entre as hipóteses levantadas para o encontro das duas coberturas, a que se encontrava executada era a menos provável. Exemplo claro da construção pouco pensada, o encontro das duas coberturas é feito sem considerações pela forma ou funcionamento, encostando simplesmente um volume ao outro sem coordenação de coberturas.

As fundações da casa [A] estão executadas com pedra de média dimensão como nos é permitido perceber através de uma falha no pavimento da sala de estar,

[79]
Estado de conservação das paredes e telhados da casa, respectivamente, à esquerda e direita.



[80]
Uma fenda no pavimento interior permite entender o material que compõe as fundações da casa.

[83]
Ruínas das *arramadas*.



[81]
Taipa estrutural visível através de uma brecha na argamassa de cal na fachada principal.

[84]
Parede das *arramadas*, executada em taipa, e claramente danificada pela erosão.



[82]
Aproximação do alçado de tardo, rebocado com argamassa de cimento, permitindo visualizar a camada de taipa enfraquecida.

[85]
Estratos de taipa. A proximidade das camadas de taipa é incomum considerando os exemplos da região. Associada à taipa construída no Algarve, pode indicar que os trabalhadores teriam essa origem ou que aprenderam a técnica com algum mestre taifeiro algarvio.

[86]
Disposição das fileiras de tijoleira cerâmica no pavimento da sala de estar.

[87]
Parede divisória num dos quartos de dormir, conferindo privacidade a mais pessoas que dividissem o espaço ou a multiplicação dos seus usos. a passagem entre os dois espaços estava salvaguardada por uma cortina.

[88]
Estrutura do telhado na zona da sala de estar, visivelmente danificada.

junto a uma das paredes estruturais [80]. Podemos supor que são assim em toda a casa considerando a disponibilidade de materiais durante as fases de construção e os pontos exteriores da casa que, devido à erosão, expõem parte das fundações. Um outro dado que reforça esta possibilidade prende-se com as paredes exteriores [B] que, realizadas em taipa (tal como variadas lacunas no revestimento de cal deixam perceber [81]), exigem uma separação eficaz do solo, conseguida tradicionalmente com um prolongamento das fundações de pedra até ao embasamento. Verifica-se também algum enfraquecimento das paredes associado à presença de insectos [90]. As paredes da fachada oeste da casa [C] foram, após o terramoto de 1969, rebocadas com argamassa de cimento¹: a impermeabilização que esta camada conferiu à parede impediu o seu funcionamento normal, assente na porosidade da caiação, resultando numa deterioração da taipa estrutural [82]. O volume das arramadas [D] foi alvo de menos esforços de manutenção ao longo do tempo, apresentando as suas paredes interiores e exteriores um volume muito reduzido em relação ao original [84] e não restando praticamente nenhum vestígio de caiação. Apesar disso, devido a esta ausência, permitem entender a forma como os diferentes estratos se intersectam [85] e exibem esforços relativamente recentes de reconstrução com tijolo [83].

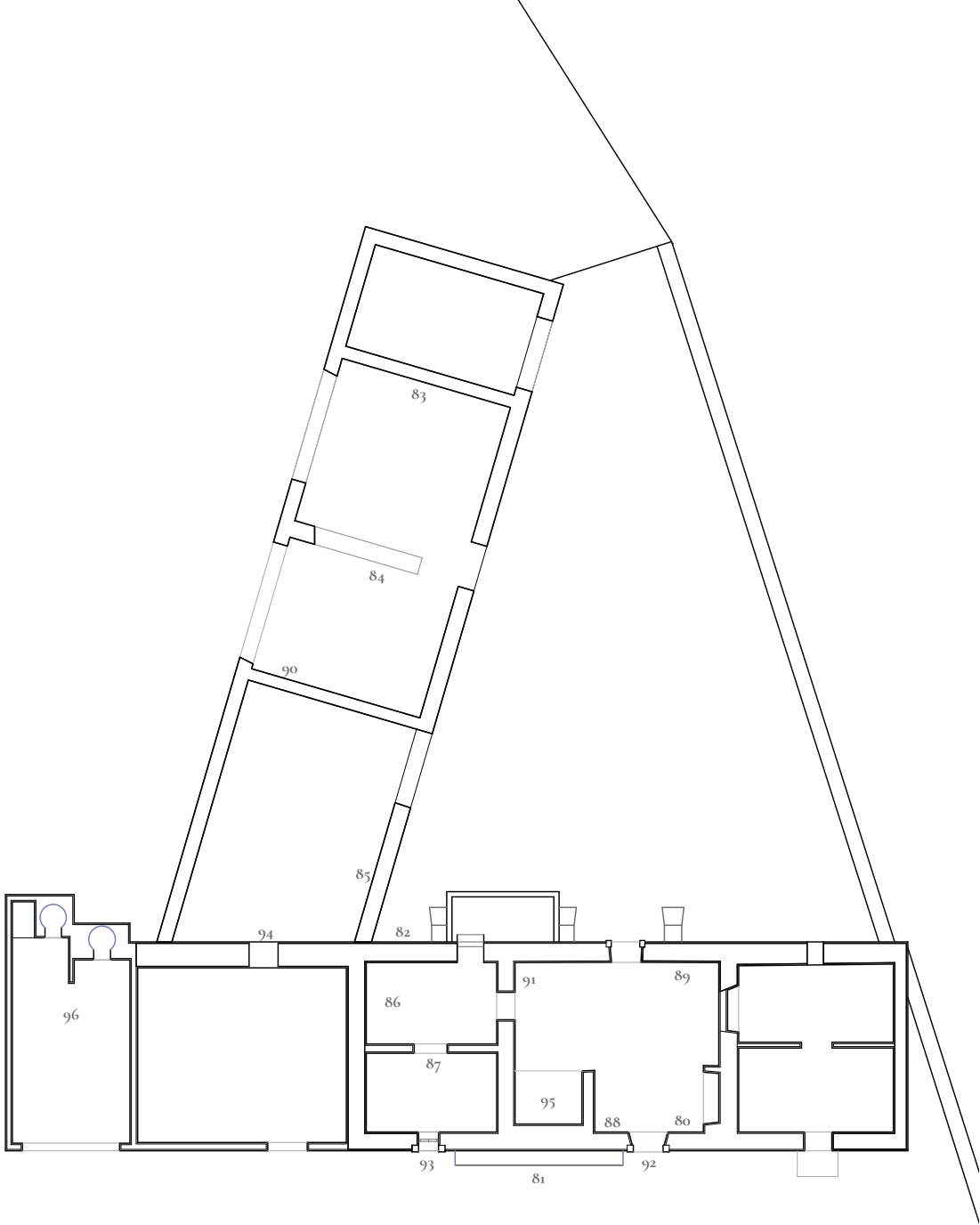
As paredes interiores da casa [E] apresentam uma espessura reduzida, comparativamente com a estrutura exterior, podendo ser realizadas em tabique ou tijolo de burro. Apesar dos relatos da proprietária apontarem para uma parede de tabique, a observação realizada não permite afirmar com certeza qual das técnicas foi utilizada. [87]

O interior da *casa velha* apresenta o pavimento revestido a ladrilho cerâmico de 15x30 e de 15x30, dependendo da área da casa, dispostos em fileiras desencontradas [86]. As soleiras das portas com ligação ao exterior são em pedra calcária (tal como a restante moldura da porta de entrada) e elevam-se cerca de seis centímetros acima do pavimento, criando uma barreira adicional entre o interior e exterior. O entorno da casa não é pavimentado. O pátio interior [F] é de terra e está a uma cota cerca de 40 cm inferior ao pavimento da casa devido ao desgaste dos anos de uso como pátio para o gado.

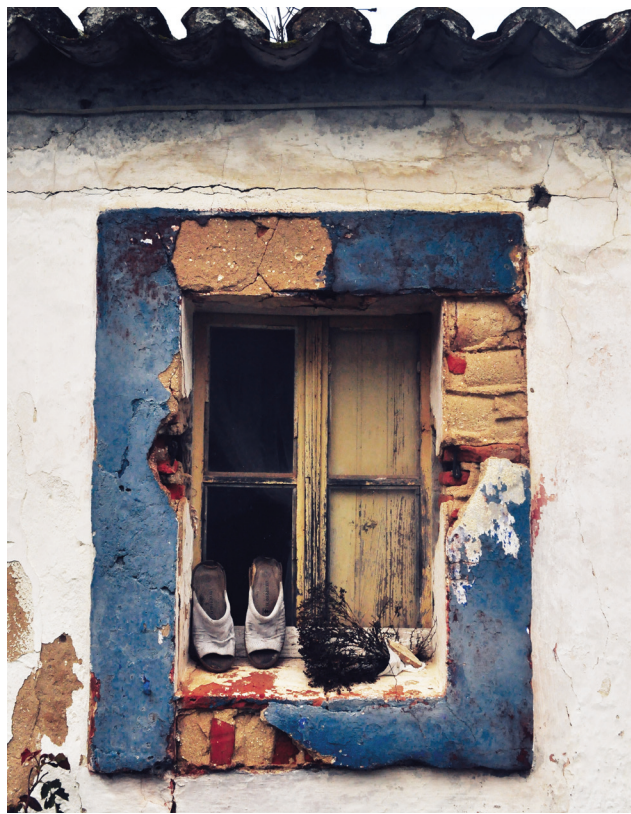
Toda a estrutura de madeira [G] está enfraquecida pela exposição aos elementos e comprometida pela presença de insectos [88]. No volume das arramadas a estrutura de cobertura é praticamente inexistente. O estado de conservação da estrutura da cobertura tem correspondência directa com a sua idade: a estrutura sobre o espaço de estar e o quarto sul está em ruína e perigo de ruína [89], enquanto a estrutura de madeira sobre a adega e o quarto norte, refeita em 1969, apresenta apenas inícios de degradação e a cobertura da *casa do forno*, construída em betão, não apresenta anomalias.

A cobertura [H] de todo o edificado está realizada com telhas de canudo

¹ “Um dos erros mais frequentemente praticados, e que leva à degradação das paredes de terra, consiste na utilização de argamassas de base cimentícia em revestimentos. Estas argamassas são muito rígidas e impermeabilizam as paredes, não permitindo a evaporação da água. (...) A água, que pode conter sais, vai ter tendência para se concentrar (e até condensar) na interface com a parede, acabando por degradar os materiais aí existentes.” BRUNO, Patrícia, “A Conservação de Paredes de Terra Crua – da Análise à Intervenção Prática” in em Maddalena ACHENZA (ed.), Mariana CORREIA(ed.), Marco CADINU (ed.) e Amadeo SERRA (ed.), *Houses and Cities...op. cit.* página 58



→Planta de levantamento da casa velha e das arramadas 1 : 200 - Localização dos registos fotográficos



[89]
Estrutura do telhado na zona
da sala de estar, em ruína.

[92]
Porta de entrada principal.

[90]
Danos provocados na parede
de taipa, por insectos, em par-
ticular um tipo de abelha que
nidifica nestas estruturas.

[91]
Vista do interior da casa em
2017 - espaço social da casa

[93]
Janela do quarto na fachada
principal

[94]

Vista exterior do vão traseiro da adega onde se pode observar a estrutura reforçada com tijolo de burro e madeira.

[95]

O lar apresenta séria degradação do pavimento e enfraquecimento nas suas estruturas de madeira e taipa.

[96]

Utilização do forno em Novembro de 2018.

cerâmicas. Tendo em conta a queda de parte da estrutura da cobertura, alguns destes elementos são irrecuperáveis, no entanto parece possível fazer um aproveitamento de muitas das telhas. A casa não apresenta nenhuma camada de isolamento ou impermeabilização, sendo visíveis as telhas a partir do interior das divisões [91].

Pequenos e sem ornamentação, os vãos nas paredes exteriores [I] são elementos simples, devido às possibilidades formais da taipa e económicas da família à época. Ambas as fachadas da casa velha têm uma porta [92] descentrada ladeada por janelas, correspondentes aos quartos [93]. A divisão da adega tem uma porta a nascente e, a poente, um pequeno postigo enquanto a *casa do forno* tem um vão de entrada amplo, sem portas ou janelas, dimensionado de forma a permitir a passagem de um carro.

Exceptuando a porta de entrada [J] que tem uma moldura de pedra calcária à vista, todos os vãos têm uma estrutura em tijolo oculta pelo revestimento de cal. [94]

Enquanto o lar [L] apresenta degradação das madeiras da sua estrutura e anomalias nas paredes que o suportam [95], é de salientar que os fornos a lenha [M], estruturados em tijolo, não apresentam danos aparentes e estão em funcionamento. [96]



Reflexão



[97]
Rachel Whiteread, Chicken
Shed, 2017

“Mesmo assim, alguma coisa permanece: fragmentos retidos aqui e ali, dentro de nós próprios, ou por alguém, mais tarde; fragmentos que deixam sinais no espaço e nas pessoas.”

(Álvaro SIZA, *oi Textos*: 300)

[98]
[99]
Casa Cercal, Atelier DATA,
2016

Um projecto de arquitectura é, em todas as situações, uma materialização de referências recolhidas, processadas e reaplicadas consciente e subconscientemente. No projecto em causa podemos apontar a própria casa e outras suas semelhantes como referências principais, entendendo ainda o papel importante que têm elementos recolhidos ao longo do tempo, num processo que percorre todo o espectro da consciência, e que, estando mais ou menos obviamente ligados ao trabalho, encontram um lugar no projecto de Arquitectura.

[100]
Casa no Tempo, Aires Mateus +
João e Andréia Rodrigues, 2014

O momento de transição que anteriormente mencionámos caracteriza-se por uma *incerteza* do que é, agora, este território rural-urbanizado. Assim, consideramos natural que os referentes que orientam o processo de projecto tenham variadas origens, formas e escalas, dado que nos propomos enquadrar um objecto que represente uma identidade (ainda) incerta.

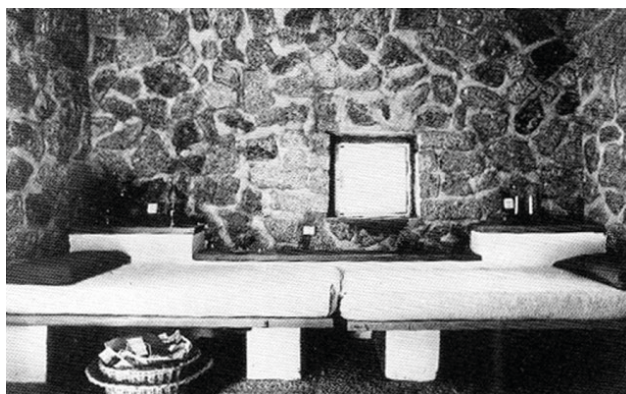
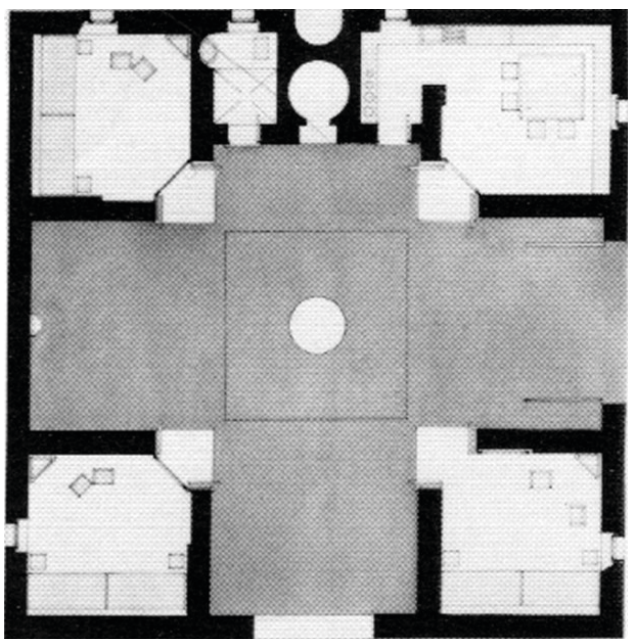
A intervenção que agora propomos posiciona os objectos arquitectónicos de forma semelhante aos seus edificados originais, pousados na paisagem sem se imporem - como de resto vemos nos exemplos vernaculares do território alentejano - em contraste assumido não só com as reabilitações gritantes como com as arquitecturas do “novo vernacular” que se encontram na região e no próprio Monte. Procuramos antes um *desaparecimento* na arquitectura existente, “preferindo concentrar a atenção no que já existe”¹, apesar de mantermos a consciência de que “é muito difícil [ser simples]”².

[101]
[102]
São Lourenço do Barrocal,
Eduardo Souto de Moura, 2016

“E neste [projecto de Souto de Moura para São Lourenço do Barrocal] eu disse, aquilo era tão bonito, tão silencioso... (...) vou mexer o menos possível, vou trabalhar em

¹ Peter TESTA, *The Architecture of Álvaro Siza*. Massachusetts: The MIT Press, 1984. página 141 – referindo-se à intervenção de Álvaro Siza na Rocche di Cusa

² *ibidem*



[103]

[104]

[105]

[106] Marco Zanuso, Casa di Vacanze, Arzachena (Sassari - Sardenha). Planta, vista exterior, vista do pátio e vista de um dos quartos

silêncio aqui”³.

Trabalhar em silêncio, no Monte Novo da Pereira, significa harmonizar o novo volume e a reabilitação no existente. Grande parte desta harmonia é conseguida através do cuidado com a materialização do desenho. Referindo-se a intervenções em património de terra, a arquitecta Patrícia Bruno enumera alguns princípios de intervenção, nomeadamente, “a menor irreversibilidade possível, de forma a não comprometer intervenções futuras; a utilização de materiais compatíveis com os existentes, sem que possam ser confundidos com os originais quando observados de perto; a garantia de que as evidências históricas existentes não sejam removidas ou alteradas; a preservação dos materiais originais.”⁴. Apesar de momentos pontuais de conservação, a intervenção no Monte Novo da Pereira é um trabalho de reabilitação, onde pesa não só o desejo de preservação patrimonial como o de devolução da habitabilidade à casa. Este processo implica, naturalmente, adaptações à contemporaneidade que contrariam o seguimento purista destas regras, mas que garantirão a continuidade da sua utilização.

Com o intuito de apresentar uma solução coerente, cristalizamos, neste documento, o estado de conservação actual do edificado e expomos hipóteses plausíveis ponderadas com base nos dados conhecidos – sendo, ainda assim, certo que a primeira fase da intervenção passará por uma análise realizada por peritos e os consequentes ajustes às soluções aqui apresentados.

A título de directriz pessoal, estabelecemos como filosofia geral do projecto a aplicação de soluções compatíveis com as pré-existentes, sempre que possível, algo que significa, muito frequentemente, a utilização dos mesmos materiais. Para além de garantirmos, assim, uma manutenção das dinâmicas materiais do edifício, asseguramos também a maior proximidade possível ao ambiente que a memória procura para a casa. Fazemos ainda nota que, não obstante, o processo de selecção e decisão sobre o material a aplicar está dependente de duas partes: o *que se quer fazer* e o *que se pode fazer*. Em muitos dos casos, trata-se de dar continuidade aos processos de construção, mais do que conferir uma continuidade material.

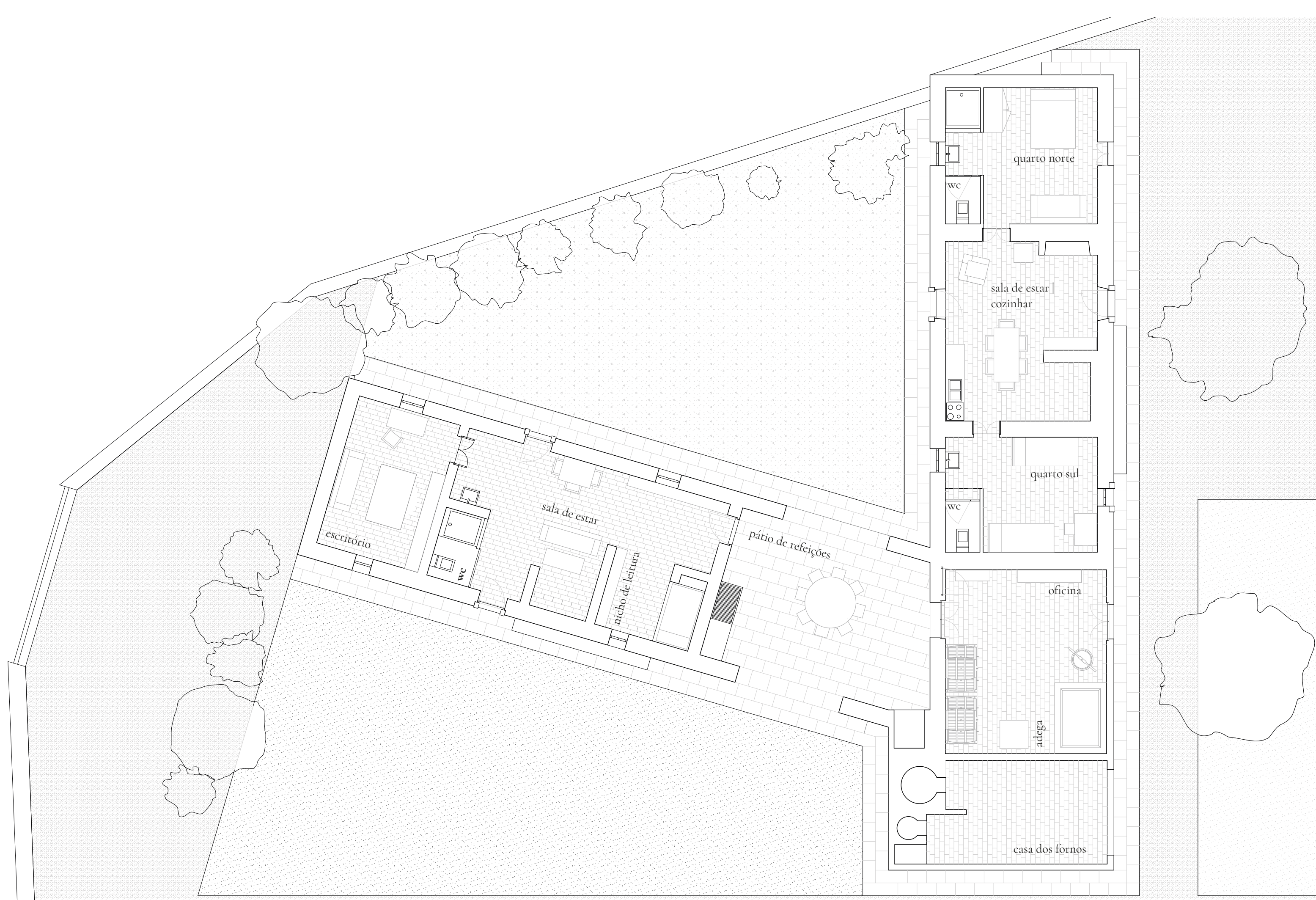
Num momento inicial, entendemos que a casa, e os seus antigos anexos, seriam tratados como uma unidade: o projecto operaria uma extensão da área útil da casa já existente no volume das *arramadas*, para além da reabilitação necessária ao corpo principal. Este primeiro conceito levou a uma preocupação com o programa em falta na casa original, o *programa de fim-de-semana*. Ponderámos a duplicação dos espaços de estar e a separação da cozinha para uma divisão própria, para além da adição de um espaço de leitura (ou de escritório), antecipando estadias mais longas e fora do período de férias. Somou-se também um quarto de hóspedes, já que se considerou, a princípio, que a privacidade dos quartos era insuficiente.

[107]

Antes de 1995, o muro limitava-se a encerrar o pátio da Casa Velha

³ Eduardo SOUTO DE MOURA. Entrevistado por Vítor Gonçalves, “Grande Entrevista”, RTP, 30 de Maio de 2018

⁴ Patrícia BRUNO. «Patologias e reparação de paredes de taipa - uma abordagem genérica», Seminário sobre Construção e Recuperação de Edifícios de Taipa, Câmara Municipal de Almodôvar, 2008. página 6



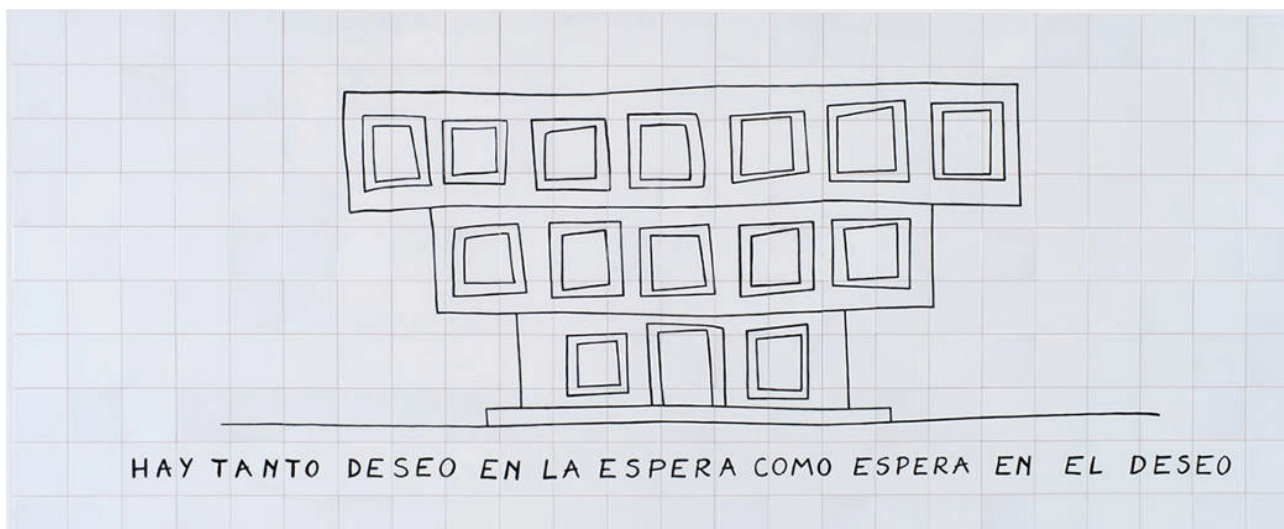
A segunda proposta trabalhada seguiu numa direcção muito distinta. Encarou-se, nesse momento, a ruína das arramadas como *ruína habitada*, ao invés de ruína reconstruída. Esse espaço da ruína, deixado a céu aberto, acolheria uma piscina e os duches e sanitários anexos para além de um espaço de trabalho. Esta solução permitiria conceder aos utilizadores da piscina privacidade da estrada nacional e abrigo do vento oeste. Desta proposta resgatámos, para a versão final, a necessidade de privacidade - conseguida com a extensão do muro - e a possibilidade de atribuir às arramadas um programa não pré-existente e lúdico.

A terceira hipótese focava-se na ideia do quarto de hóspedes e centrava-se na possibilidade de isolar por completo a área dos antigos anexos agrícolas para alojamento ocasional. Com o desenvolvimento desta versão, a casa enquanto alojamento sobrelevou-se em relação à casa enquanto habitação, deixando claro que essa adulteração da identidade e intenções originais não cumpria os propósitos estabelecidos. O trabalho de desenho de uma casa alentejana de raiz, levou, então, a um exercício de imitação da casa original, que cumpria apenas em termos formais, estava fragilizado no que toca à sua essência e promovia uma despersonalização do lugar.

A versão final da proposta de intervenção regressa e repensa questões levantadas noutras fases do projecto. O plano inclui a reabilitação da casa original, à qual se adicionam dois sanitários e um duche que servem a sala e os quartos. Serão removidas as paredes divisórias dos quartos de dormir para permitir uma melhor distribuição da luz e amplitude do espaço. A divisão da adega permitirá o acesso ao tardo do edifício, ligando a frente da casa ao pátio de refeições, que articulará os dois volumes. Este espaço de refeições exterior não-improvisado assinala a passagem para a nova intervenção nas arramadas e existe como ponto central entre *casa velha*, *antigos anexos*, *pátio interior* e *terreno*. Nas arramadas, serão reconstruídas as paredes de taipa para permitir incluir espaços de lazer no monte. O pátio de refeições está ligado a um nicho de leitura e à sala de estar. O fim do volume, mais distante da vida quotidiana da casa, acolhe um espaço de trabalho que, caso seja necessário, pode ser utilizado como quarto de dormir excepcional. Perante este volume, a sul, existirá um tanque, levantado do chão cerca de 80 centímetros, que potenciará um uso lúdico do terreno para além de permitir a sua utilização para rega de elementos de pequena agricultura que subsistam.

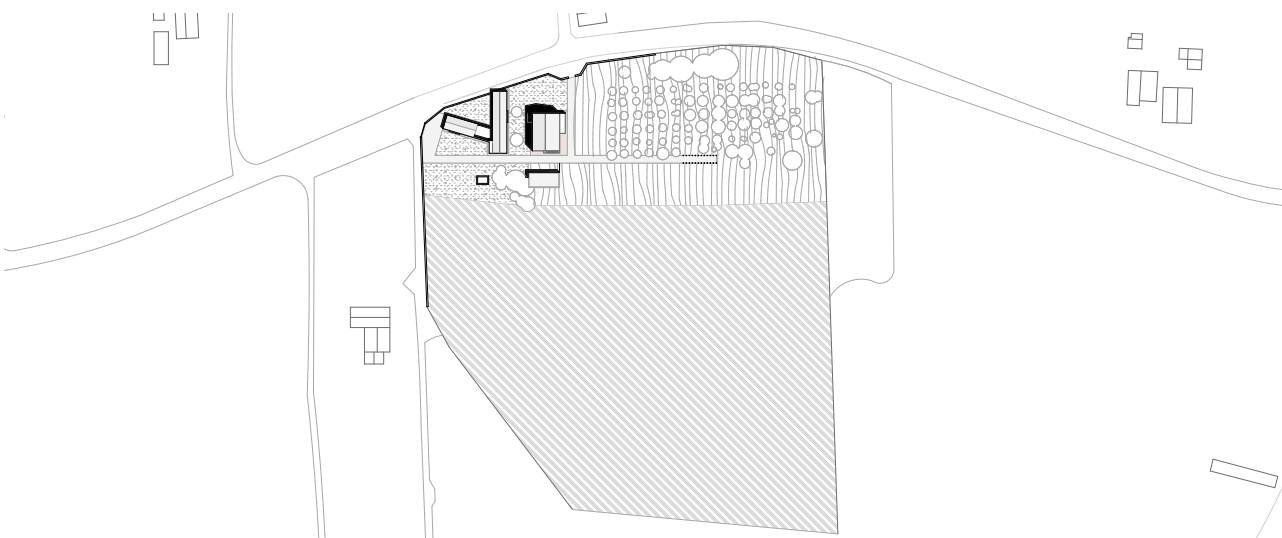
Prevê-se que as fundações, ao serem rectificadas, possam utilizar as mesmas pedras que as compõem actualmente, e incluir também pedras existentes no terreno. Caso não seja possível, o betão é frequentemente utilizado para fazer fundações de construções recentes em terra, apesar de menos ecologicamente sustentável.

A tijoleira do pavimento vai ser substituída por tijoleiras semelhantes, fabricadas manualmente. Este elemento, importante para a acústica e sensação táctil da casa, não assegurava, no entanto, um comportamento térmico satisfatório, razão pela qual decidimos introduzir elementos de isolamento térmico e impermeabilização sob o pavimento, de forma a conseguir uma melhoria significativa no conforto da casa sem causar um grande impacto a nível visual.



'I come from the place that is the new version of this one. I came to see what the original is like. ...

Here the right to y is a section in the contract when you buy a house. It determines how much your house is allowed to grow, how much you can add to it. Always the second floor can be larger than the ground floor. It gives hope for a better future. [...] I thought of how they build their houses here and if their progress continued and the laws permitted perhaps each level would be bigger than the previous and then all the houses would end up looking like inverted Aztec pyramids.'



[108]

[109]

[110]

Mural cerâmico, fotograma e excerto de narração de *Folklore III*, peça de Patrícia Esquivias (visitada em Setembro de 2017 no Centro Gallego de Arte Contemporaneo). A artista estabelece a ponte entre a Galiza (território espanhol) e Nueva Galicia (México), entre outros elementos, através do *direito de voo*, uma norma imobiliária que permite que sejam feitos acrescentos às casas – permitindo uma sensação de esperança, e assumindo uma mutabilidade da casa dependendo do percurso dos seus habitantes.

Na *casa velha*, as paredes de taipa da fachada principal e as de tijolo podem ser mantidas, corrigindo-se apenas pequenas fendas nas paredes de terra. Quanto às paredes de tardo, espera-se que a sua reabilitação passe pela reconstrução em taipa. Por uma questão de consistência do conjunto e pelo funcionamento que têm com o ambiente, as paredes das *arramadas* serão executadas também em taipa. A aplicação de isolamento térmico nas paredes exteriores de terra é um tema amplamente discutido, particularmente devido à inadequação das exigências normativas à realidade portuguesa. Assim, considerámos que, em termos práticos, a espessura e comportamento das paredes de taipa e a aplicação de isolamento térmico na cobertura e fundações dispensam o uso desta camada – a própria estrutura absorve e armazena, durante o dia, o calor que será necessário para manter uma temperatura agradável durante a noite⁵. De forma a reforçar estes elementos, pesámos a introdução de uma cinta de madeira que, percorrendo o perímetro das paredes estruturais, faça o amarramento horizontal de cada volume, diminuindo a perigosidade do edifício na eventualidade da ocorrência de abalos sísmicos. Em ambos os volumes, as paredes interiores, que limitam os sanitários, serão realizadas em tijolo maciço. Aproveitar-se-á a ligação existente à rede eléctrica para melhorar a iluminação interior na casa, passando a fiação eléctrica pelo exterior das paredes.

A *casa velha* tem dois tipos de janela, o da frente da casa, com moldura pintada e de maior dimensão, e o da parte traseira, a poente, mais simples e reduzido. As duas opções foram usadas como guia na distribuição de vãos nos dois volumes e permitem hierarquizar e distinguir as zonas mais públicas e privadas da casa. Em todos os vãos de janela se mantém e adicionam caixilhos de madeira com vidro simples. A utilização enquanto casa secundária, a presença de portadas interiores, o próprio posicionamento do caixilho em profundidade na parede e o clima local permitem que a temperatura da casa seja facilmente controlável sem fazer alterações a nível da espessura da caixilharia. As portas para o exterior serão em madeira, remetendo para uma versão das portas originais anterior aos anos 70, e, no interior, encontraremos cortinas e portadas a fazer a separação dos espaços mais privados.

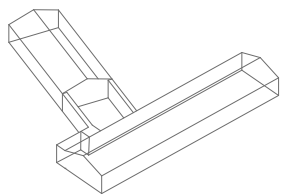
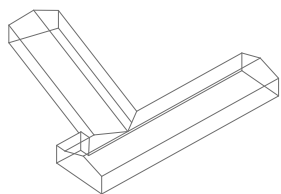
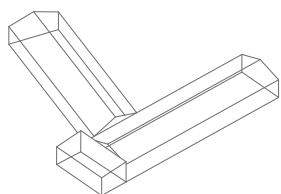
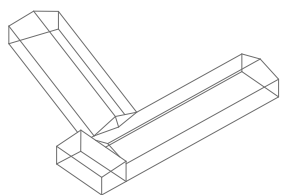
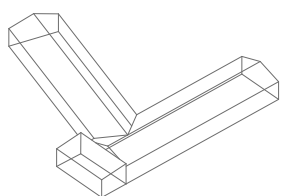
A estrutura do telhado vai ser feita de raiz, em madeira, à imagem da estrutura pré-existente, que, infelizmente, não aparenta ser recuperável. Dada a dimensão dos volumes e a amarração horizontal prevista, não consideramos necessária a introdução, ao nível da estrutura da cobertura, de reforços estruturais como asnas. Caso a ocorrência de um episódio sísmico assim obrigue, uma solução tradicional que pensamos adoptar é a adição de tirantes ou de contrafortes de pedra.

O telhado será executado com telhas de canudo artesanais, aproveitando, sempre que possível as telhas existentes intactas. O seu isolamento térmico, no entanto, obriga a algumas cedências no que diz respeito à reabilitação do telhado original. Apesar de ser uma estrutura satisfatoriamente impermeável, o telhado deixa

[111]

Implantação da proposta para o Monte Novo da Pereira

⁵ “(...) as superfícies interiores dotadas de massa significativa têm capacidade, não só para aquecer com a radiação solar, mas também para armazenar esse calor, libertando apenas, gradualmente, quando as condições ambientais forem desfavoráveis. É importante, para isso, que as superfícies de elementos construtivos interiores não sejam demasiadamente isoladas, o que impediria o seu aquecimento durante os períodos de insolação directa.” J. A. Raimundo MENDES DA SILVA et al., «Isolamento Térmico Exterior de Fachadas (sistema ETICS)», em *Cadernos de Apoio ao Ensino da Tecnologia da Construção e da Reabilitação de Anomalias não estruturadas em Edifícios*, Número 8, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, 2009. página 11

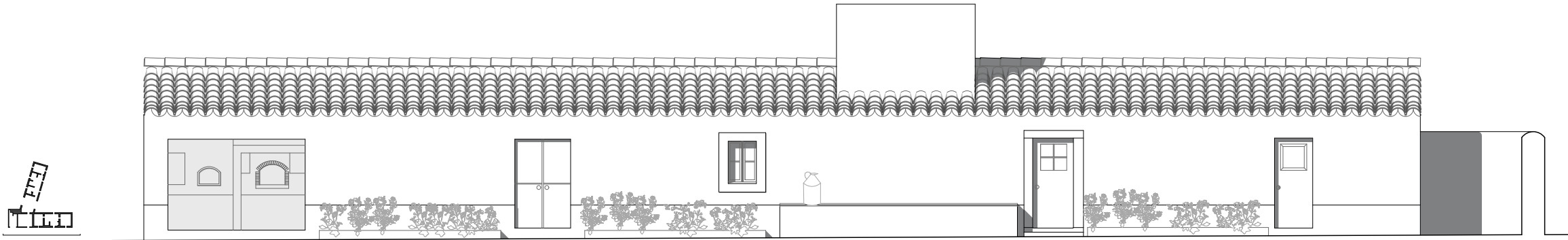


a desejar no que toca ao seu comportamento térmico. Manter exposta a estrutura e telhas, tal como existe, de forma a conservar esta relação visual, implicaria um desconforto considerável, que acaba por ser mais relevante do que o gosto de manter uma semelhança com a casa original: se assim fosse, implicaria um gasto exorbitante em fontes de aquecimento. De forma a não perder totalmente a leitura da estrutura, a alternativa passa por isolar o telhado, reforçar a sua impermeabilização com barreira pára-vapor, e cobrir estes mecanismos com ripas de madeira que, expostas e em relação com as vigas, remetem para a linguagem a que nos habituámos.

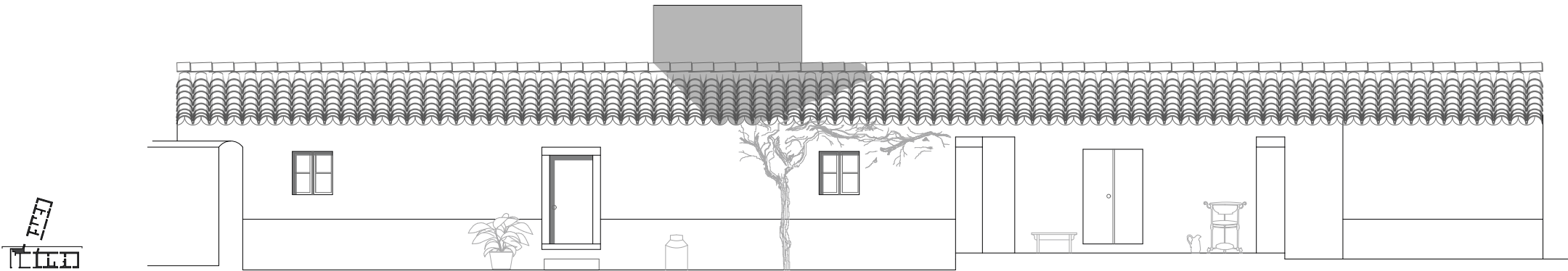
O muro branco da entrada do Monte constitui uma pré-existência em dois níveis: a sua primeira fase concede privacidade ao pátio e resguarda-o das perturbações trazidas pela estrada, enquanto a construção da segunda fase, motivada pelas preocupações com a segurança das crianças que frequentam a casa (preocupação esta que, prevemos, se manterá), desenha um maior limite da propriedade. Com a presente intervenção, pretendemos manter o muro existente, fazendo recuperações nos trechos que necessitem e, inclusive, estendê-lo de forma a conceder privacidade à nova frente que surge, a sul, voltada para o tanque. O tanque será construído em tijolo maciço, caiado.

[112]
Esquema do encontro entre os dois volumes da Casa Velha. Uma das soluções ponderadas incluía o encontro das cumeeiras e formação de um canto na cobertura, unificando os volumes na cobertura. Outra das hipóteses passava pela simples anexação da cobertura das ramadas, harmonizada pelo acrescento de uma água para efectuar a ligação à cobertura da casa. Em cima: Duas possibilidades levantadas e a construção efectuada; em baixo: uma proposta de construção e o esquema da proposta final.

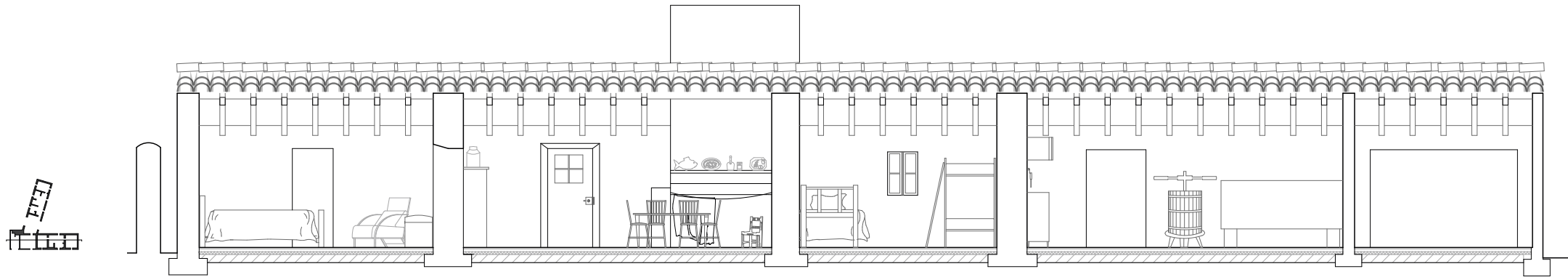




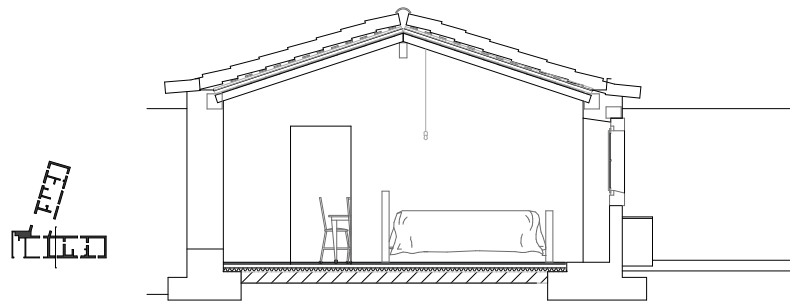
Alçado este da proposta [casa velha] 1 : 100



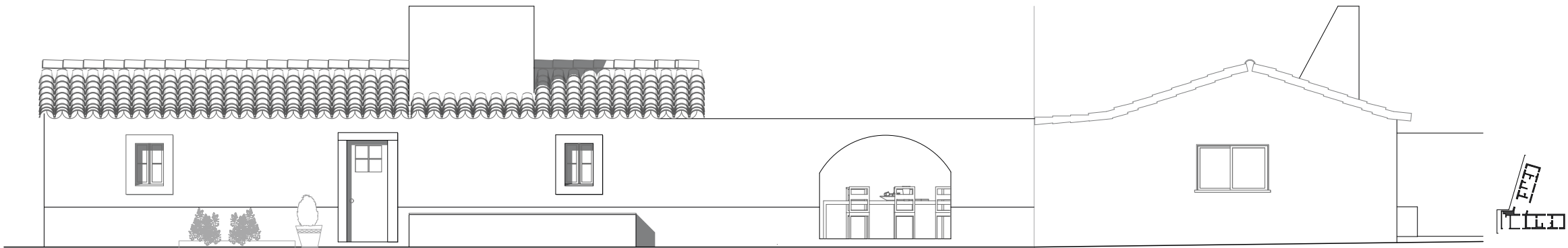
Alçado oeste da proposta [casa velha] 1 : 100



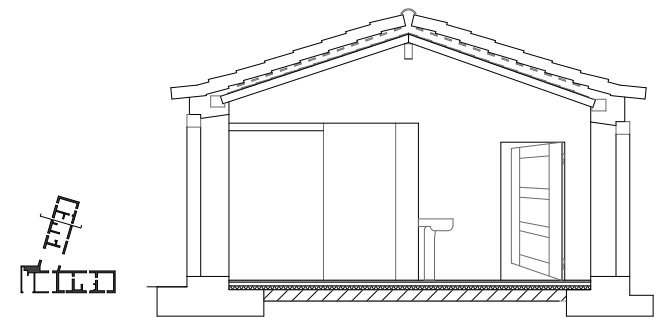
Corte longitudinal da proposta [casa velha] 1 : 100



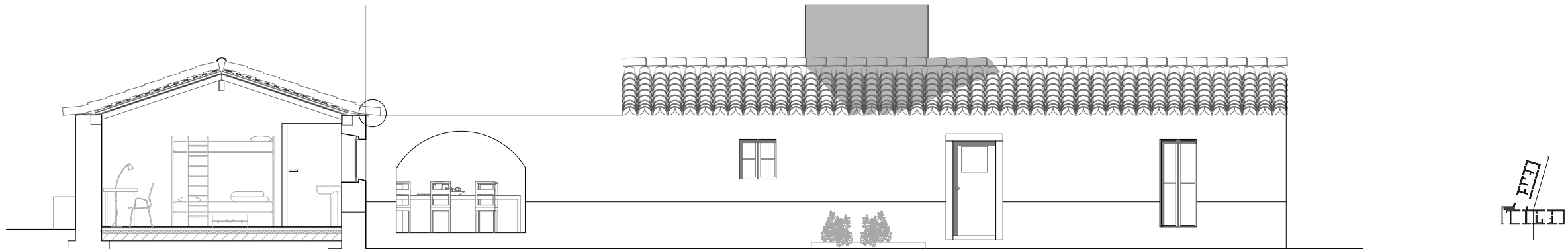
Corte transversal da proposta [casa velha] 1 : 100



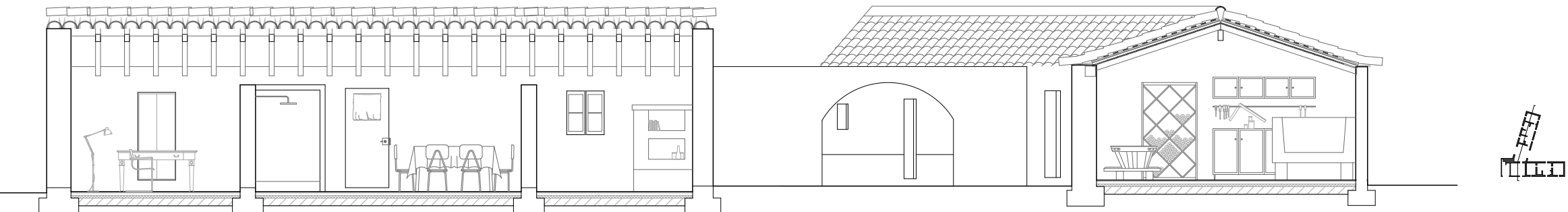
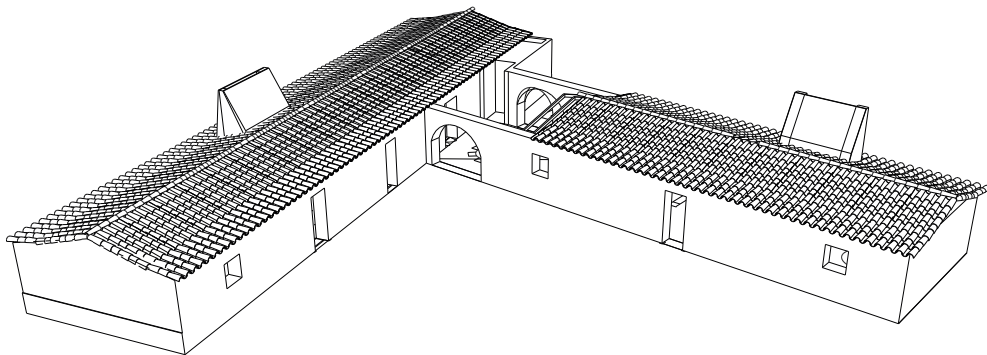
Alçado-corte sul da proposta [arramadas] 1 : 100



Corte transversal da proposta [arramadas] 1 : 100



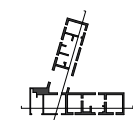
Alçado-corte norte da proposta [arramadas] 1 : 100



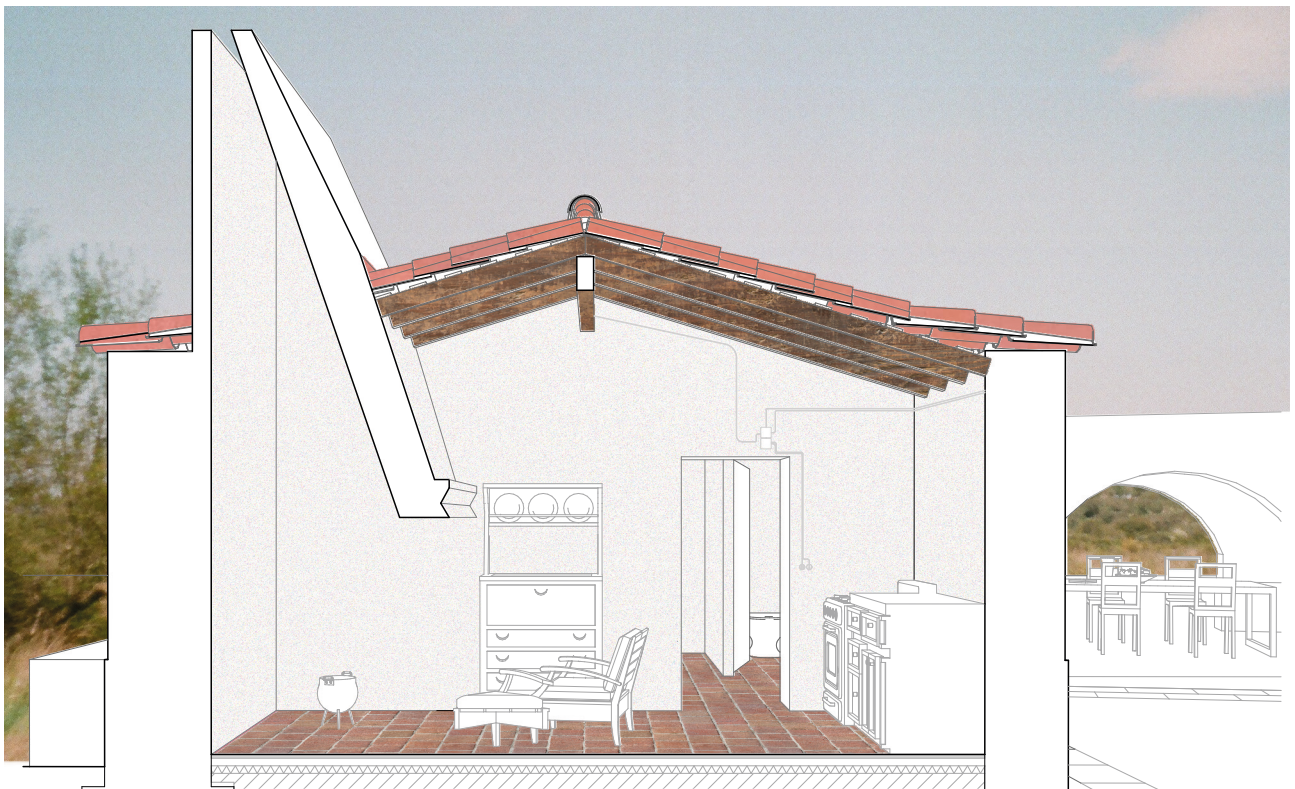
Corte longitudinal da proposta [arramadas] 1 : 100



Corte longitudinal da proposta [casa velha] 1 : 50



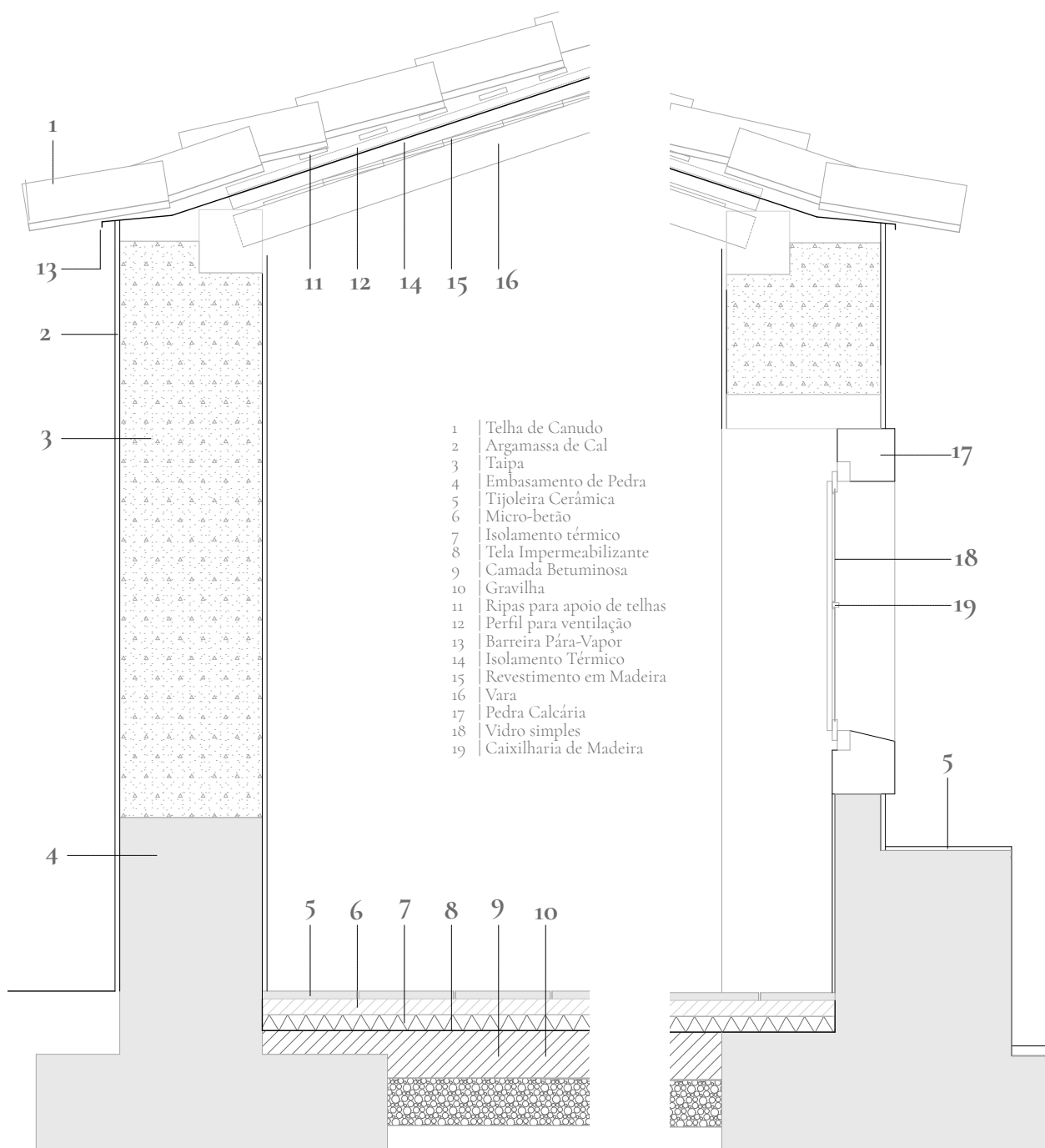
Corte longitudinal da proposta [arrumadas] 1 : 50



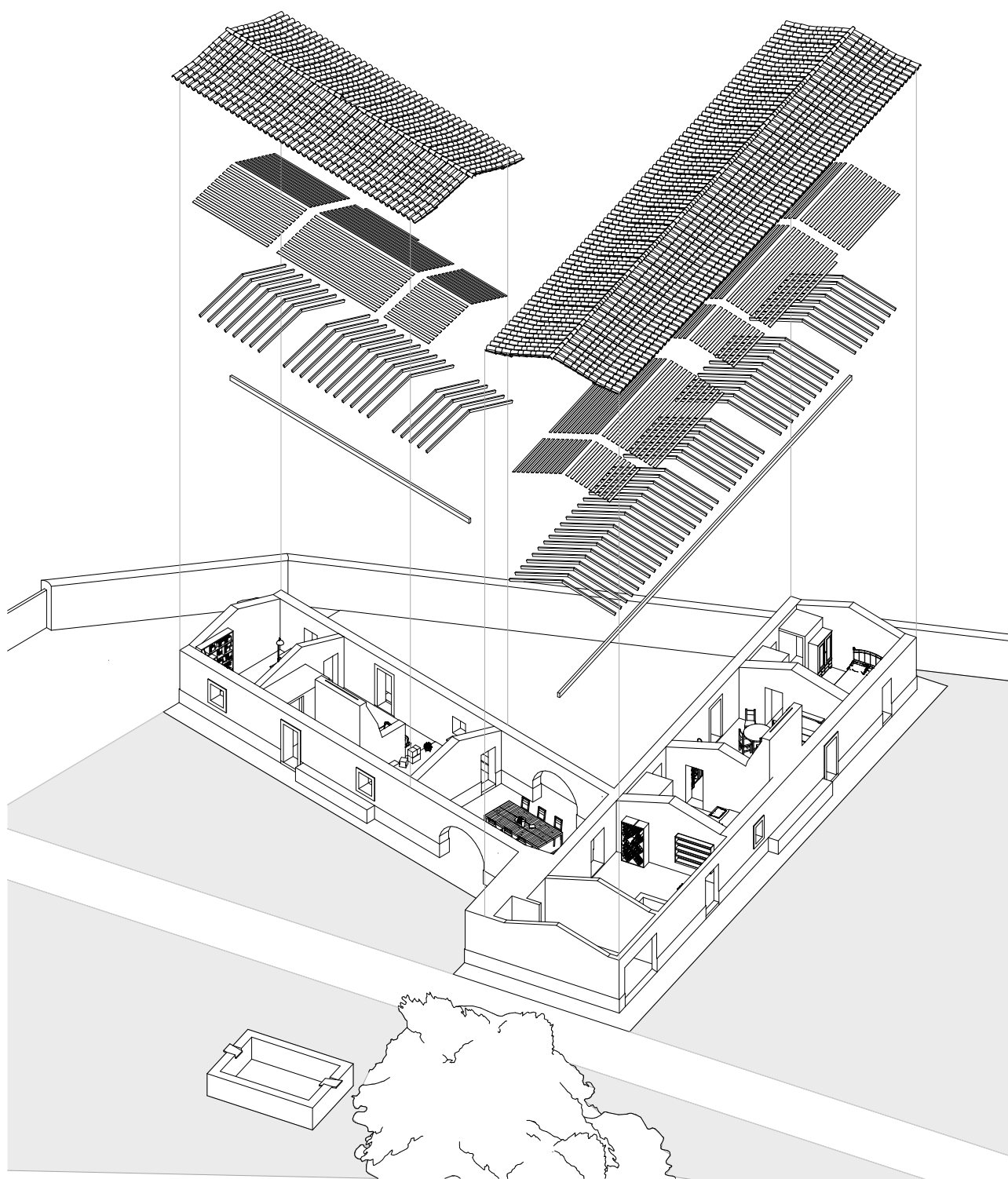
Corte transversal da proposta [casa velha] 1 : 50



Corte transversal da proposta [arramadas] 1 : 50



Detalhe do corte transversal da proposta 1 : 20



Axonometria esquemática da proposta 1 : 200

Considerações Finais

“Não há paisagens para sempre. A paisagem é o registo de uma sociedade que muda e, se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá disso sinais.”

(Álvaro DOMINGUES, *Vida no campo*: 15)

O trabalho consistiu numa série de aproximações, abordagens sucessivas e regressos que motivaram uma cadeia de *pontos de situação*, aqui apresentados, em resumo, sob a forma de considerações finais.

O caminho para a casa partiu de um ponto individual, o da memória, não só da autora como de quem vive e viveu a casa. Estas memórias recolhidas serviram como fio condutor para o gradual adensamento de questões, hipóteses e respostas que, naturalmente, surgiram.

A região de implantação da casa tem grande importância tanto na forma como na experiência da mesma, razão pela qual fizemos uma contextualização local antes de qualquer outra. O clima e a morfologia do terreno têm consequências directas naquelas que são as casas típicas do Alentejo litoral.

A aproximação destas habitações vernaculares forneceu um contexto para a casa do Monte Novo da Pereira, incluindo-a, primeiramente, na realidade colectiva da arquitectura não-erudita do local, sublinhando as suas particularidades.

Feita esta exposição, o Monte Novo da Pereira e as suas dependências são apresentados através do *desenho* de uma cronologia do edifício, da família e, consequentemente, da realidade social. A observação da evolução da casa levou-nos à percepção da proposta de intervenção como uma fase da casa, tão válida e natural como as que a antecederam.

Esta realização reconduziu o trabalho, dado que foi compreendido que a abordagem ao projecto não seria necessariamente inovadora, mas antes daria continuidade ao método utilizado - a construção pensada a partir do uso e da *terra*.

Reforçando o ponto anterior, no capítulo Situação Actual, são dados exemplos e contexto para a realidade corrente da construção da habitação no Alentejo: verifica-se, actualmente, uma desvalorização dos motivos e realidades que originaram uma determinada construção em prol de uma sobrevalorização da mera aparência. Compreendemos que o cumprimento de uma *check list* visual representa uma ameaça ao património arquitectónico, dado que se verifica, cada vez mais, uma substituição de edifícios tradicionais por sucedâneos inautênticos.

Pareceu-nos, então, importante aprofundar e manifestar o que consideramos *autêntico* e os contornos que toma neste contexto. Inevitavelmente, voltámos a cruzar-nos com os motivos para a casa, as razões que desenham uma determinada forma, algo que é comum a toda a arquitectura vernacular, cujos arquitectos são o lugar, a sua vivência e as comunidades. Em Portugal, notamos um desvirtuar de arquitecturas genuínas com origem, por exemplo, nas políticas do Estado Novo e na urgência económica, que deturparam a verdade das arquitecturas vernaculares promovendo uma romantização exagerada.

Num regresso ao Monte Novo da Pereira, adensámos a imagem do objecto de estudo à luz das informações entretanto recolhidas. O capítulo “O que é a tua casa? O que é o sítio de onde tu vens?” tem um título originado numa conversa com o Professor Barata Fernandes, quando se discutia qual era, afinal, o ponto sólido de onde partia a proposta de intervenção. Este capítulo é, então, um ponto de confluência de dados práticos, sociais e emocionais, a partir do qual decidimos construir o futuro do Monte.

A materialidade da casa é o seu cartão-de-visita e assegura, em grande parte, o ambiente tão característico da casa em estudo. Procurámos, através da apresentação dos principais materiais utilizados na casa, informar com maior rigor a proposta de intervenção, que queremos, acima de tudo, coerente.

A definição do programa foi alvo de mudanças, à semelhança da própria investigação, de forma a representar as prioridades que, gradualmente, se definiram. A *casa velha* encontra-se em estado de degradação, logo, foi necessário coordenar as carências programáticas e as anomalias construtivas da casa de forma a antecipar a acção de reabilitação que projectámos.

O capítulo Reflexão centraliza aqueles que são os contextos da casa, as suas necessidades e exigências. Reforçando a ideia de que esta intervenção não existe num vácuo conceptual, foram considerados exemplos de obras que, com diversas preocupações e objectivos, e de diferentes modos, reflectem coerência, autenticidade, integrações e interacções com a envolvente.

Apesar destas considerações ditas *finais*, não queremos perder de vista o objectivo inicial do presente trabalho - a reabilitação real da *casa velha* do Monte Novo da Pereira. De certa maneira, podemos afirmar que este é um trabalho, em si, incompleto, já que a sua finalização existe num lugar futuro ao qual não chegámos - ainda.

Referências Bibliográficas

Livros

Academia das Ciências de Lisboa e Calouste Gulbenkian Fundação, *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Verbo, 2000.

ACHENZA, Maddalena, **CORREIA**, Mariana e **CADINU**, Marco, *Houses and Cities Built with Earth: Conservation, Significance and Urban Quality*, Lisboa: Argumentum, 2006.

Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*. 2ª edição, Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1980.

BAGANHA, José, *A arquitetura popular dos povoados do Alentejo*, Lisboa: Edições 70, 2016.

BAGANHA, José, **NEVES**, José Manuel das e **MONTOYA**, Alberto, *Casas com tradição. Casal de Cambra*, Caleidoscópio, 2005.

BASTO, Eduardo e **BARROS**, Henrique de, *Inquérito à Habitação Rural*. Universidade Técnica, Lisboa, 1943

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2010

CIANCHETTA, Alessandra e **MOLTENI**, Enrico, *Álvaro Siza: Casas 1954-2004*, Gustavo Gili, 2004

CORREIA, Mariana, *Taipa no Alentejo*, Lisboa, Argumentum, 2007.

CORREIA, Mariana, e **CARLOS**, Gilberto, *Cultura sísmica local em Portugal*, Lisboa: Argumentum, 2015.

CORREIA, Mariana, **LOURENÇO**, Paulo, e **VARUM**, Humberto, *Seismic Retrofitting: Learning from Vernacular Architecture*. Leiden: CRC Press, Leiden, 2015.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado. *Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Falasnal*. 1a ed. Estudos 10. Coimbra: Faculdade de Letras, 1989.

DOMINGUES, Álvaro. *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora, 2011.

DI GIULIO, Roberto e **ZAFFAGNINI**, Theo, *Case Sparse - Paesaggi agrari tra Ferrara e Bologna: strategie per la valorizzazione e il riuso del patrimonio rurale*, FrancoAngeli, Milano, 2010

ESPOSITO, Antonio, **LEONI**, Giovanni, **DANIELE**, Monica, **MADDALUNO**, Raffaella e **MAISSA**, Daniela. *Eduardo Souto de Moura*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003.

FOUCAULT, Michel. «Of Other Spaces», 1967 | consultado em <https://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heteroTopia.en/> em Fevereiro 2019

LATOUR, Alessandra, *Louis I. Kahn: Writings, Lectures, Interviews*, Nova Iorque, Rizzoli, 1991.

MATIAS, José, *Moinhos de vento no concelho de Santiago do Cacém: Memória e escrita alentejana*, Lisboa: Colibri CEDA, 2002.

MENDES, Manuel, “Terra quanta a vejas, Casa quanto baste” in *Só nós e santa tecla: a casa de Caminha de Sergio Fernandez* (ed. TAVARES, André e BANDEIRA, Pedro). Equações de arquitectura 71. Porto: Dafne, 2008.

MENDES, Manuel, e **BARROS**, Fernando, *Sobre o projeto de arquitetura de Fernando Távora: Fernando Távora minha casa*. Porto: FIAJMS Faup, 2015.

MENDES DA SILVA, Raimundo et al., «Isolamento Térmico Exterior de Fachadas (sistema ETICS)», em *Cadernos de Apoio ao Ensino da Tecnologia da Construção e da Reabilitação de Anomalias não estruturadas em Edifícios*, Número 8, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, 2009. página 11

MEXIA, Pedro, *Lá Fora*. Edições Tinta-da-China, Lisboa, 2018

MOLA, Francesc Zamora. *Eduardo Souto de Moura: Architect*. Barcelona: Loft, 2009.

MOURA, Nuno Graça, e **ALVES**, Luís Ferreira, *Souto de Moura: 1980-2015*, Neuss: Stiftung Insel Hombroich, 2015.

MOUTINHO, Mário Canova. *A arquitectura popular portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1979.

MUSSO, Stefano F. e **FRANCO**, Giovanna, *Guida alla manutenzione e al recupero dell'edilizia e dei manufatti rurali*, Marsilio Editore, Venezia, 2000

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e **GALHANO**, Fernando. *Arquitectura tradicional portuguesa*, 5ª ed., Dom Quixote, Lisboa, 2003.

OLIVEIRA, Maria Manuel, “Linha de Sombra” in *Só nós e santa tecla: a casa de Caminha de Sergio Fernandez* (ed. TAVARES, André e BANDEIRA, Pedro). Equações de arquitectura 71. Porto: Dafne, 2008.

OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: U.P, 1997.

PEREIRA DA COSTA, F., *Enciclopédia Prática da Construção Civil*, Portugália Editora, Lisboa, 1955

RIBEIRO, Vitor. *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. 2a ed. Porto: Afrontamento, 2010.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de, *Terre des Hommes*, Gallimard, Paris: 1957, página 53

SARAIVA, Ana. *Casas pós rurais entre 1900 e 2015: expressões arquitetónicas e trajetórias identitárias*. Extra coleção. Lisboa: Colibri, 2017.

RUDOFSKY, Bernard, *Architecture Without Architects*, Museum of Modern Art, Nova Iorque, 1964 | consultado online em https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_3459_300062280.pdf

SARAMAGO, Alfredo. *Livro-Guia do Alentejo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

- SIZA, Álvaro, e CAMPOS MORAIS, Carlos. *01 textos*. Porto: Civilização ed, 2009.
- TÁVORA, Fernando. *O problema da casa portuguesa. Cadernos de Arquitectura 1*. Lisboa: Manuel João Leal, 1947.
- TÁVORA, Fernando. *Diário de Bordo*. Associação Casa da Arquitectura, Porto: 2012, fl. 399v
- TEIXEIRA, Gabriela. *Diálogos de edificação : estudo de técnicas tradicionais de construção*. Porto: CRAT, 1998.
- TESTA, Peter. *The Architecture of Alvaro Siza*. Thresholds Working Paper 4. Massachusetts: The MIT Press, 1984.
- TOMÉ, Miguel. *Património e restauro em Portugal: 1920-1995*. 1a ed. Série 2 21. Porto: Faup Publicações, 2002.
- TORGAL, F. Pacheco, M.G. EIRES, Rute e JALALI, Said. *Construção em Terra*. TecMinho. Guimarães, 2009 | consultado em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28940/3/A_constru%C3%A7%C3%A3o_em_terra.pdf a 26 de Março 2018

Artigos em Periódicos e Conferências

- BRAGA, A.M e ESTEVÃO, J.M.C., “Os sismos e a Construção em Taipa no Algarve”, in *Sísmica 2010 - 8ª Congresso de Sismologia e Engenharia Sísmica*, Aveiro, 2010 | consultado em <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7189> a 14 de Junho de 2018
- BRUNO, Patrícia. «Patologias e reparação de paredes de taipa - uma abordagem genérica». em *Seminário sobre Construção e Recuperação de Edifícios de Taipa*, Câmara Municipal de Almodôvar, 2008 | consultado em http://www.academia.edu/3581462/Patologias_e_reparacao_de_paredes_de_taipa_-_uma_abordagem_generica em Fevereiro de 2018
- CARVALHO, Isabel. «A Construção com Terra em Portugal», 11 de Dezembro de 2006 | consultado em http://www.centrodatterra.org/uploads/media/A_construcao_com_terra_em_Portugal.pdf em Fevereiro de 2018
- CORREIA, Mariana, “A Habitação Vernácula Rural no Alentejo, Portugal”, in *4º Seminario y 4º Taller Iberoamericano sobre Vivienda Rural y Calidad de Vida en los Asentamientos Rurales*; La Universidad de Chile; Maio 2002 | consultado em https://www.academia.edu/20407010/A_Habita%C3%A7%C3%A3o_Vern%C3%A1cula_Rural_no_Alentejo_Portugal em Março de 2019
- CORREIA, Mariana e MERTEN, Jacob, “A Taipa Alentejana: sistemas tradicionais de protecção” em *Seminario Iberoamericano de Construcion com Tierra*, Madrid, 2002 | consultado em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3621294> em Setembro 2018
- CORREIA, Mariana, “Universalidade e Diversidade da Arquitectura de Terra” in *Terra: forma de construir: arquitectura, antropologia, arqueologia*, Porto, FLUP, 2006.
- CUNHA MATOS, Madalena, “Turismo e Territórios: Notas sobre uma Relação”, *As Praias de Portugal 2*, Jornal dos Arquitectos, 197, página 26
- DÁ MESQUITA, Marieta, “Pastiche: cópia ou citação?”, *À la recherche tu temps perdu*, Jornal dos Arquitectos, 213, página 65.
- FARIA, Paulina. «Construção com terra - Tradição e Inovação». *Revista Pedra & Cal*, Dezembro de 2014 | consultado em http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev57_Artigo%2005.pdf a 30 de Janeiro de 2018

FARIA, Paulina, “Paredes de Terra Crua” in *Revista Pedra & Cal*, Dezembro de 2004. | consultado em http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev24_Art5.pdf a 23 de Maio de 2018

FERNANDES, Maria. “Técnicas de Construção em Terra” in *Terra: forma de construir: arquitectura, antropologia, arqueologia*, Porto, FLUP, 2006.

GONZÁLES, Jocelyn Tílleria. “La Arquitectura sin Arquitectos”. *Revista AUS*, Nº8, 2010.

GRAÇA DIAS, Manuel, “A Prova” in *À la recherche tu temps perdu*, Jornal dos Arquitectos, 213, página 3.

GRAÇA DIAS, Manuel, “Só de deveria Querer Visitar e Ver o que fosse Vivo e Real”, *As Praias de Portugal* 1, Jornal dos Arquitectos, 196, página 3

JORGE, Filipe(ed.), *Terra: Forma de Construir - Arquitectura, Antropologia, Arqueologia - 10ª Mesa Redonda de Primavera*. Argumentum, Lisboa:2006.

MACIAS, Santiago. “Estruturas Habitacionais no Alentejo Islâmico”, em *Terra: forma de construir: arquitectura, antropologia, arqueologia*, Porto, FLUP, 2006.

RIBEIRO, Raquel, **MADEIRA**, Miguel. «Santo André. A cidade que continua por fazer». Público (versão online), 17 de Agosto de 2014 | consultado em <https://www.publico.pt/2014/08/17/portugal/noticia/a-cidade-que-40-anos-depois-continua-por-fazer-1666422> a 6 de Maio de 2019

MATOS, Gisela e **LEGER**, Jean-Michel, “Siza Vieira em Évora: revisitar uma experimentação”. *Revista Cidades - Comunidades e Territórios*, Dezembro de 2004 | consultado em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9199> em Abril 2018

SOLÀ-MORALES, Ignasi de, «Património arquitectónico ou parque temático - Ignasi de Solà-Morales», em *Revista Punkto* (online), 1 de Dezembro de 2016 - publicado originalmente in *Revista Loggia, Arquitectura & Restauración*, 5 de Julho de 1998 | consultado em <https://www.revistapunkto.com/2016/12/patrimonio-arquitectonico-ou-parque.html> a 17 de Dezembro de 2018

SEABRA, Miguel, “Construir, Habitar , Pensar o Bairro da Malagueira de Álvaro Siza” em *Revista Capa*, nº 6, Lisboa, 2011

PAUPÉRIO, João, e **REBELO**, Maria, «Para uma teoria do projecto inútil». *Revista Punkto*, 9 de Maio de 2018 | consultado em <http://www.revistapunkto.com/2018/05/para-uma-teoria-do-projecto-inutil-joao.html> a 24 de Maio de 2018

PEREIRA, Susana. “Cidade ou Mercado?”, Público (versão online), 6 de Abril de 2019 | consultado em <https://www.publico.pt/2019/04/06/local/opiniao/cidade-mercado-1868215>

PORTAS, Nuno. “Tradição, Progresso e Reacção no Urbanismo Regional” em *O Tempo e o Modo - Revista de Pensamento e Acção*, Lisboa, Abril de 1963.

ROCHA, Miguel. “A Terra na Arquitectura” em *Terra: forma de construir: arquitectura, antropologia, arqueologia*, Argumentum, Lisboa:2006.

TOURTELLOT, Jonathan, “Death by tourism” in *National Geographic* (versão online), 14 de Dezembro de 2015 | consultado em <https://blog.nationalgeographic.org/2015/12/14/death-by-tourism/> a 13 de Janeiro de 2019

VARELA GOMES, Mário. «Arquitectura de Terra na Proto-História do Sul de Portugal», em *erra: forma de construir: arquitectura, antropologia, arqueologia*, Argumentum, Lisboa:2006.

Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos,

Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, 1964, Veneza | consultada em https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf a 27 de Abril de 2019

UNESCO, Recomendação relativa à Preservação e Papel Contemporâneo de Áreas Históricas, 26 de Novembro de 1976, Nairobi | consultado em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13133&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html a 4 de Maio de 2019

ICOMOS, Carta do Património Vernacular Construído, Outubro de 1999, Mexico, | consultado em https://www.icomos.org/charters/vernacular_e.pdf a 27 de Abril de 2019

Ministérios Europeus da Cultura, Declaração de Davos, 22 de Janeiro de 2018, Davos (Suíça), | consultado em https://davosdeclaration2018.ch/media/Brochure_Declaration-de-Davos-2018_WEB_2.pdf a 27 de Abril de 2019

Comité dos Ministros do Conselho da Europa, Carta Europeia do Património Arquitectónico, Outubro de 1975, Amesterdão, | consultado em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> a 27 de Abril de 2019

Conselho Europeu, Apelo de Granada, 1976, Granada, | consultado em <http://recil.ulusoфона.pt/bitstream/handle/10437/3725/0%20apelo%20de%20granada.pdf?sequence=1> a 27 de Abril de 2019

3ª Mesa Redonda - Enquadramento Legal e Normativo da Construção em Terra | Sede OASRN e Sede OERN, Porto, Novembro de 2018.

Online

Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, publicado em Diário da República a 19 de Fevereiro de 2016 | consultado em <https://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/Regulamento-vers%C3%A3o-final.pdf> a 11 de Setembro de 2017

«Entrevista a Eduardo Souto de Moura». Grande Entrevista, Vítor Gonçalves. RTP, 30 de Maio de 2018 | consultada em <https://www.rtp.pt/play/p4258/grande-entrevista>

Entrevistas ao Arq. Henrique Schreck | consultadas em <https://www.youtube.com/channel/UCwFzOo3zqTYOceKNdJbnTGQ/featured>

Explicação esquemática de técnicas de construção utilizando terra | consultada em <https://www.youtube.com/watch?v=5ElPjkYSQ4&list=LLhFAHw6jJUT2z9wJ3HhFdeg&index=23&t=61s>

Vídeo explicativo de técnica de construção em pedra e taipa | consultado em <https://www.youtube.com/watch?v=8-FPeF1ZSk&list=LLhFAHw6jJUT2z9wJ3HhFdeg&index=53&t=0s>

<http://www.pordata.pt>

Créditos de Imagens

- [1] Fotografia da autora
- [2] Fotografia da autora
- [3] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [4] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [5] Desenho da autora
- [6] Desenho da autoria de Maria da Soledade Pereira
- [7] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [8] Desenho da autora
- [9] Desenho da autora
- [10] <http://santoandre.blogspot.com> consultado a 13.11.2018
- [11] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [12] Fotografia da autoria de Daniel Guerreiro
- [13] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [14]
- [15] *Arquitectura Popular em Portugal*, 3ª edição Vol. 3, p. 217
- [16] Fotografia da autora
- [17] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [18] Fotografia da autora
- [19] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [20] Desenho da autora
- [21] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [22] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [23] Fotografia da autora
- [24] Fotografia da autora
- [25] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [26]
- [27]
- [28] Fotografia da autora
- [29] <http://blog.imobiliario.com.pt/2010/09/empreendimento-monte-da-sarnada.html> consultado a 16.11.2018
- [30]
- [31] <https://arqtledo.pt/projetos/casa-de-campo-melides/> consultado a 16.11.2018
- [32] <http://santoandre.blogspot.com> consultado a 13.11.2018
- [33] Fotografia da autora
- [34] Fotografia de António Latas
- [35] Fotografia da autora
- [36] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [37] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [38] RUDOFISKY, Bernard, *Architecture Without Architects*, MoMA, 1964. Imagem obtida em <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1268> | consultada 22.04.2019
- [39] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [40] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [41] Fotografia da autora
- [42] Fotografia da autora
- [43] Fotografia da autora
- [44] Fotografia da autora
- [45] Fotografia da autora
- [46] Amorim Girão | consultada em <http://regioes.blogspot.com/2010/06/topicos-para-o-debate-sobre.html>
- [47] Fotografia da autora
- [48] <https://www.jn.pt/justica/interior/inquilinos-recorrem-a-seguranças-para-se-defenderem-de-senhórios--10644941.html>
- [49] Archive Olgiati, consultado através de <https://www.archdaily.com/615171/villa-alem-valerio-olgiati> em 15.04.2019
- [50] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [51] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [52] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [53] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [54] <https://vangoghmuseum.nl/en/collection/s0005V1962?v=1> consultado a 10.09.2018
- [55] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [56] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [57] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [58] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [59] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [60] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [61] Arquivo pessoal da autora
- [62] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [63] Fotografia da autora
- [64] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [65] Ordem dos Arquitectos | consultada em <http://www.oapix.org.pt/100000/1/163,01,7/index.htm> a 12.03.2019
- [66] <https://miesarch.com/work/3837?fbclid=IwARotcEghJJNRMYv-hQbA6VcvoyEclHpX45xXIC3WVxvpWoRpQUF3GEmWpygl> consultada a 30.04.2019

- [67] Desenho da autora
- [68]
- [69] Fotografia da autora
- [70] Fotografia da autora
- [71] Fotografia da autora
- [72] <https://arturpastor.tumblr.com/post/170985216457/s%C3%A9rie-as-publica%C3%A7%C3%B5es-de-artur-pastor-%C3%A1lbum>, consultado a 23.04.2019
- [73] <http://alentejoterraegente.blogspot.com/2014/08/a-cal-no-alentejo.html> consultada a 23.04.2019
- [74] Fotografia da autora
- [75] Fotografia da autora
- [76] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [77] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [78] Desenho da autora
- [79] Desenho da autora
- [80] Fotografia da autora
- 81 Fotografia da autora
- 82 Fotografia da autora
- 83 Fotografia da autora
- 84 Fotografia da autora
- 85 Fotografia da autora
- 86 Fotografia da autora
- 87 Fotografia da autora
- 88 Fotografia da autora
- 89 Fotografia da autora
- 90 Fotografia da autora
- 91 Fotografia da autora
- 92 Fotografia da autora
- 93 Fotografia da autora
- 94 Fotografia da autora
- 95 Fotografia da autora
- 96] Fotografia da autora
- [97] <https://www.theguardian.com/artanddesign/2017/sep/17/rachel-whiteread-tate-britain-review> consultada a 12.02.2019
- [98]
- 99] Richard John Seyomour para Atelier Data | consultadas em <http://www.atelierdata.com/pt-built.html?mainMenuItemToSlide=2> a 26.03.2019
- [100] Nelson Garrido para Aires Mateus, João e Andreia Rodrigues | consultada em <https://www.archdaily.com.br/br/627508/casa-no-tempo-aires-mateus-mais-joao-and-andreia-rodrigues> a 26.03.2019
- [101]
- 102] Nelson Garrido para Eduardo Souto de Moura | consultada em <https://www.archdaily.com.br/br/868537/sao-lourenco-do-barrocal-eduardo-souto-de-moura> a 26.03.2019
- [103] <https://i.pinimg.com/originals/79/93/20/799320b6d8c572f34e39d4c8cb9bbacc.jpg> e
- 104
- 105 <https://ofhouses.tumblr.com/post/152452238639/363-marco-zanuso-arzale-vacation-houses>
- 106]
- [107] Arquivo pessoal de Soledade Santinhos
- [108]
- 109
- 110] <https://murrayguy.com/patricia-esquivias/>
- [111] Desenho da autora
- [112] Desenho da autora

Anexos



Incluimos as conversas tidas com a proprietária, **Soledade** Santinhos, avó da autora, com **Maria** Pereira, filha da proprietária e com **Antónia** Ventura, vizinha e prima da proprietária. As transcrições das conversas foram editadas em prol da fluidez de leitura e continuidade temática, já que o registo oral se dispõe a avanços e recuos de assuntos que se perdem quando reproduzidos. Ainda assim não se fez nenhuma alteração a ideias ou afirmações expressas.

A primeira conversa aconteceu em frente à casa velha a 23 de Maio de 2018. Para tentar estabelecer um cronologia, referem-se frequentemente eventos de vida cuja data incluimos, sempre que possível.

Maria João Quem construiu esta casa?

Soledade Construir já é eu não sei, já foi pelos meus bisavós. A mãe do meu avô fez uma parte da casa.

Maria João O que é que quer dizer “fez uma parte da casa”?

Soledade Porque ela não foi feita toda de uma vez.

Maria João E tu viste as paredes serem feitas? As paredes de terra?

Soledade Eu não te saberei explicar muito bem porque na verdade nunca vi. Eu acho que deve fazer-se um alicerce em pedras como fazem... que é uma segurança e depois de estar o alicerce feito é que começam a fazer aquela parte. Aquilo é uma coisa que têm e estar para ali a bater, a bater, a bater com uns maços... têm que fazer uns taipais, que é ao jeito de uma caixa, à largura a que queiram a parede. Esses taipais depois são cheios daquele... tem que ser barro e não sei o que é que lhe misturam mais no barro.

Maria João E estes tijolos aqui [tijolo burro]?

Soledade Isso era comprado, agora já não há, isso o forno [onde

eram fabricados] que havia já não há... aqui aos Baceiros havia um, e ao telheiro ali outro...

Maria João E aqueles anexos lá atrás?

Soledade Lembro-me é de eles fazerem aqueles palheiros ali atrás... Lembro-me de o meu pai dizer que tinham... que andava ali a fazer, homens, a bater a taipa. E foi num ano que houve uma doença, chamava-lhe a pneumónica [1918/19]... e então aquilo diz que morreu um disparate de gente e eles todos os dias despediam-se uns dos outros a pensar que havia algum que já não vinha [no dia seguinte]. E foi nesse ano que aquelas paredes ali atrás foram feitas, que eu lembro-me de o meu pai dizer. Eram palheiros para pôr comida para o gado, e era arramadas para ter o gado.

Maria João Que gado é que era?

Soledade E era cabilharice [sic] para uma besta. O gado era bois, vacas... Uma besta pode ser um cavalo, pode ser um macho, pode ser uma mula... Tinha ali bois, uns quatro, dentro daquela arramada ali (...) [antes], era a Cavalariça... até lá está um pial onde estava a manjedoura e tudo... se ele não caiu já...

Maria João tinha os galinheiros deste lado [no pátio], e eram todos de madeira, não é?

Soledade Não, os galinheiros eram aqui à frente [da casa], ao forno, mas depois os galinheiros caíram e o forno caiu depois, mais tarde, (...) era só o forno e com um pialzinho onde a gente punha o tabuleiro, quando tirava o pão do forno. Os galinheiros eram

pegados do outro lado e caíram. Lembra-me também das coelheiras com os coelhos, e depois lembra-me de aquilo se escangalhar e depois ficar além só uma parede que fazia uma abrigadinha, só... mas eram umas coelheiras, assim quase ao comprimento da tela, quase todo, ficava ali um bocadinho pouco

Maria João Então, esta chaminé é de 60 e tal...

Soledade *Esta chaminé foi feita quando foi esse tremor de terra grande que a outra caiu*

Maria João Ah! E a adega tu disseste que foi reconstruída no terramoto [1969]

Soledade *Sim, a adega foi também. Foi feita logo depois a seguir, assim que se pôde. Era das idades disto [da casa] só que seria um bocadito mais nova porque a parte da casa era daqui até ali foi feito e à medida depois que foram precisando e iam podendo iam fazendo um bocadinho. Era isso. Esta casa que aqui está foi amanhada no ano em que eu casei [1958]: levou telhado novo, madeira nova. (...) Os barrotes e ripas*

Maria João Em tudo o que havia? Da adega para lá também? Tiraram-lhe o telhado e puseram-lhe outra vez?

Soledade *Sim, foi toda arranjada. Os barrotes, pintou a gente todos. Agora já aquilo não tem cor e não tem nada. É que, sabes, os barrotes, alguns, estavam ainda bons [não precisaram de ser trocados] e foram voltados. Só se pôs novos naqueles que faltavam.*

Maria João E eram pintados de que cor?

Soledade *Era assim num amarelo desvanecido.*

Maria João Como ali a janela [caixilho]?

Soledade *Sim, era assim como era a camada debaixo das telhas. Aquilo ao fim de um bocado estava enxuto, estava capaz... mas foi no ano em que eu casei, foi em Agosto que ela foi arranjada e eu casei depois em Novembro.*

Maria João As portas, eram de madeira, não eram de metal, suponho

Soledade *Sim, eram de madeira.*

Maria João Quando é que passaram a ser assim?

Soledade *Ah, estas portas foi umas portas que a gente já mandámos fazer lá em Pinheiro da Cruz, todas elas.*

Maria João Vocês só construíram este muro quando eu nasci, foi?

Soledade *Foi. Já tinhas se calhar aí uns dois anos.*

Maria João Esta pedra [das ombreiras e padieira da porta principal], tu sabes de onde é que ela vinha? Tens ideia? Pedra e as madeiras...

Soledade *As madeiras... nesse tempo usavam até muito até comprar as árvores e havia aqueles serradores cá a campo que serravam e faziam barrotes.*

Maria João Que árvores?

Soledade *Ah, era de eucalipto ou de... a gente chama-lhe “almos” ou choupos... e é madeira também de pinho, aquilo dava para barrotes, faziam era uns melhores outros piores, dependia da madeira.*

Maria João E a pedra? Há pedreiras por aqui?

Soledade *Havia além um, haviam uns homens que trabalhavam, havia uma pedreira além ao Deixa-o-Resto [aldeia vizinha] e foi lá que se arranhou. Eles trabalhavam em pedra, faziam pias, faziam coisas... A bacia era de loiça, era esmalte, depois por último é que começou a haver plástico, isso há meia dúzia de anos, praticamente...*

Maria João Tu disseste que o Monte Novo não tem paredes de terra.

Soledade *Não, é de pedra e cal. É por isso que ela agora foi [arranjada]... Se fosse uma parede destas, irem picar e rebocar e isso, não... se calhar nunca ficava assim bonita, e assim aquela ficou bonita à mesma, parece tudo novinho, está-se a aguentar, que aquilo era pedra e cal e foi rebocada e fica ali, pronto... As pessoas tinham pouco e faziam o que era mais barato. Aqui a nossa aguenta-se, isso aguentar não admira porque ele quando foi o tremor de terra, aqui a adega caiu e foi arranjada.*

Maria João O que é que foi reconstruído?

Soledade *Foi a adega, a chaminé, que caiu também, foi o forno... Ah o forno foi depois. Foi também uma parte do muro [parte] ainda é velho, aguentou-se. A outra parte, mais de metade até lá ao fim é [novo].*

Maria João E vocês moravam ali dentro, nessa altura, ou estavam em Pinheiro da Cruz?

Soledade *Estávamos em Pinheiro da Cruz, mas tínhamos aí um quarto e nesse dia o teu bisavô estava cá. E estava aqui um casal a morar.*

Maria João Alugado? Ou era família?

Soledade *Era aluguer... Fazia isso com a gente, a meias, pagavam x aqui da casa. Eram pessoas daqui que viviam aqui mas não tinham casa deles, e às vezes depois mudavam, abalavam outros inquilinos e vinham aqueles.*

Maria João E eles viviam em que parte da casa...esse casal?

Soledade *Tinham esta parte toda aqui, desde a adega até ali [à sala de estar] por conta deles, a gente só ficava com aquela parte lá à ponta [quarto norte].*

Maria João E já era fechada, essa parte? Ou ainda se passava?

Soledade *Passava mas foi tapada a porta. Quem a tapou fui eu, depois do tremor... com tijolinhos e cimento. [Por dentro] põe-se uma massa feita que leva cimento. É reboco.*

Maria João E de quanto em quanto tempo é que se faz [caiar as paredes exteriores]?

Soledade *Caiação por fora, isso é... é quando se queira, uns caiam mais vezes outros menos, mas pelo menos de ano a ano tem de ser. Porque é cal, se for tinta já aguenta [mais], a cal não aguenta tanto tempo.*

Maria João Porque é que se usava cal?

Soledade *Não havia outras coisas.*

Maria João Mas depois já passou a haver outras coisas e tu usas cal à mesma.

Soledade *Pois, é o costume... E parece que se porta melhor humidade.*

Maria João E aquela casa ali [outro monte, em Baleizão, Santo André]... tu uma vez mostraste-me uma, que tinha pedaços de cortiça nas paredes...

Soledade *Aquela só, que eu dou notícia [que eu sei], aquilo é uma casa que nem... sei lá a conta de anos que aquilo tem, eu sempre conheci, desde gaiata pequena, aquela casa feita e nunca ouvi a minha tia Chica dizer que se lembrasse de a casa ser feita, aquilo era já dos avôs dela ou bisavôs ou sei lá... aquilo tem, sei lá quantos anos aquilo tem... calhando tem mais de 200 anos*

Maria João E a estrada?

Soledade *Sempre existiu, mas era um caminhito só à medida que cabia uma carreta e dois bois. Nesse tempo [anterior aos anos 90] a estrada era um valado de silvas de um lado e outro do outro, nesse tempo o movimento era muito pouco, depois começou a ser cada vez mais, cada vez mais: a ser movimento mais grado, depois começou a vir camionetes já carregadas de arroz, porque dantes ia tudo levar o arroz a Santiago nas carretas dos bois e depois passou a ser de carro. Isso alcatroaram já depois [do início da construção da Urbanização de Santo André] aquilo foi uma mudança grande! Não tinha ali senão pinheiros e moitas... Depois começavam as várzeas até à ribeira.*

Maria João Santo André? Aqui a vila?

Soledade *Então isto é uma vila nova!*

Maria João E a electricidade?

Soledade *Electricidade era petróleo, para o candeeiro [risos]*

Maria João Mas tens ali uns fios e eu lembro-me de haver electricidade lá dentro

Soledade *Agora, depois desta [moradia dos anos 80] feita é que se ligou para ali os cabos... não havia [antes].*

Maria João E esta é de 80 e tal?...

Soledade *Esta fez a gente já depois de vir de Pinheiro da Cruz, ao fim de um ano e tal ou dois que ela foi logo começada.*

Maria João Quando é que vieram de Pinheiro da Cruz?

Soledade *Então, a gente veio de lá, tinha o Zé quê? Pois, 19 anos [1982]... Lembro-me que fomos para lá [Pinheiro da Cruz] no dia 16 de Outubro e depois fez ele anos um mês depois, portanto esteve ele lá 17 anos.*

Maria João Então foram em '65. E como era com a canalização? Sei que o plano era ter uma casa-de-banho mas havia canalização?

Soledade *Até tem uma fossa feita lá, no quintal e tudo, como esta casa aqui tem, nunca foi estreada*

Maria João Ah, tem uma fossa feita?

Soledade *Tem, mas foi a gente que mandou fazer quando se mandou fazer esta [da casa dos anos 80], que era para agente ter uma casinha de banho. Ali só está a fossa feita e está os canos para cima. Olha, quando foi depois esse tremor de terra que eu digo os pedreiros coitados, aquilo era os que prestavam e os que não prestavam [que eram chamados a trabalhar]. Aquela chaminé que ali está aquilo é um barroco, que tu não queiras saber! Levou para além de obra porque o homem coitado também não sabia trabalhar, quem a fez foi um preso, que o teu avô cá trouxe. Fez aquilo e foi com aquilo que a gente teve de ser contentar... então não havia quem fizesse: o mesmo que aconteceu à gente aconteceu a muita gente e pronto, era assim, assim a vida.*

Conversa curta com Soledade Santinhos e Maria Pereira a 21 de Outubro de 2018, sobre a decisão de construir de raiz vs recuperar. Apesar da interrupção à conversa, aproximámo-nos do pensamento que esteve por trás desta escolha.

Maria João porque é que, quando estavam em Pinheiro da Cruz, decidiram fazer uma casa nova?

Soledade *Porque tínhamos aquela ali que era velha, que já não*

prestava.

Maria João O que é que falhava lá?

Soledade *Eh... Não tinha luz, não tinha casa de banho. Agora tem porque se ligou daqui [casa nova] para além [casa velha], desta pr'além. Pensámos em fazer uma casa, uma casa nova. Estávamos já a fazer conta com os netos, e a fazer conta, pode ser que algum dos filhos queira ficar aqui, uns ficavam cá em cima, outros ficavam cá em baixo. Mas eles foram os dois para a cidade [Setúbal e Santiago do Cacém], marimbaram-se no Monte...*

Maria *Acho que fizeram uma casa nova porque a casa onde eles viviam [em Pinheiro da Cruz] tinha condições que esta [velha] não tinha. Ou seja, o melhorar aquela era mais complicado do que construir uma parede nova. Construir uma com espaço, com quartos, com casas de banho, com cozinha, com... é muito mais compensável uma coisa de raiz do que um aproveitamento. Porque aquela sempre tinha uma divisão fraca [insuficiente] de quartos, a cozinha não era uma cozinha como a que estavam habituados a ter, com as torneiras, os armários todos à volta, o fogão... a casa [de Pinheiro da Cruz] não tinha nada a ver com esta.*

Conversa da autora com Soledade Santinhos e Antónia Ventura a 16 de Setembro de 2018, na casa nova. Inicialmente sobre recuperação de propriedade em taipa, a conversa ganhou um rumo inesperado mais centrado na forma de viver os espaços que estudámos.

Maria João Ah! Outra coisa que queria saber: de Santo André nova...

Antónia *Santo André Novo? Então, era mato e pinhal...*

Soledade *Moitas e pinheiros...*

Antónia *...charnecas*

Soledade *...mais nada*

Antónia *Era charneca, e era pinhal e era mato e depois*

arrancaram lá a fazer umas sementeirinhas, semearam cevada e assim e depois passou a ser do Gabinete [Gabinete da Área de Sines] e pronto... Lá [na Serradinha] não é gabinete [a área não é abrangida] porque o meu pai, coitado, já não sabia o que havia de fazer, andavam a apertar com ele e metiam-lhe medo.

Soledade Tanto as pessoas que ofereciam, chegaram a dizer que, se precisassem de fazer alguma coisa, as pessoas ofereciam para se fazer, mas o resto que deixassem, para a gente se governar, mas ele, quando pisando lá um metro, já tomavam conta nem que fosse aí 100 quilómetros à volta.

Maria João E a Antónia viu casas de terra a serem feitas ou?

Antónia Vi, de taipa, pois, sim sim sim

Soledade Eu, pois, não tenho muita lembrança disso não

Antónia Mas eu tenho! Foi feito lá um quarto, lá na Serradinha, que eu era gaiata já grande, quem fez esse quarto foi o Ti Damas Guerreiro, em taipa, com aqueles taipais... e depois aquilo, os taipais tinham umas coisas que metiam assim, por entre os taipais, nuns buracos, uns paus...

Maria João Agulhas?

Antónia Exactamente, depois punham cal e faziam assim um recheio de cal, faz de conta, cal amassada com... porque era a segurança, que a terra lá [Monte da Serradinha, junto à Lagoa de Santo André] é uma espécie de barro... e fizeram uma adega também assim, a adega lá também era feita de taipa, e o curral também e tanta coisa que se fez lá em taipa. E é cal amassada, faz de conta que era cimento...por fora depois levava reboco de cal e areia Normalmente era... aquilo, era, faziam uns alicerces de pedra, com aquelas pedras grandes, faziam aqueles alicerces, isso não havia cimento, não levava cimento, levava a dita cal, amassada com terra. Faziam uma camada, e depois continuavam a pôr terra e a pisar, que aquilo era pisado a pé e batido com um maço. Sim, sim, era pé e maço, uns maços que eles tinham.

Soledade Levavam para ali tempo e tempo

Antónia Aquilo lá [Serradinha] aguenta-se melhor que aquilo tem barro, demora mais mas aguenta-se mais. Ali vê-se o que é que está na parede! Está lá, a arramada, que caiu o telhado e as

paredes continuam de pé. Aguentaram-se! Tanto se aguentaram que está aí tudo vivo lá, ainda [risos].

Maria João Havia muita diferença de Verão e Inverno? No Verão, porta aberta a toda a hora, pra passar o ventinho?

Antónia Exactamente!

Soledade A gente era, aquilo naquele tempo... Abria-se a porta de manhã, quando a gente se levantava, fechava-se quando se [nos] íamos deitar, nem que fosse à uma da noite, e aquilo também...

Maria João Almoços e jantares, era tudo feito ali?

Soledade Pois, era um lume de chão... era aquela chaminé, era um lume de chão por baixo, e uma cafeteira de água ao lume para ir aquecendo, e um tacho em cima de uma trempe e era tudo feito ali...

Antónia Tachinhos tismados...

Soledade Pois, os tachos tinham que ser tismados, aquilo era a lenha

Antónia Umas panelas de barro para fazer os cozidos de couve e o comerezinho dentro das panelas de barro

Maria João Fazia muito calor no verão, não?

Antónia Não! Aquilo tinha uma chaminé grande [saía o calor].

Soledade De inverno eram lumes para a gente se aquecer. Os telhados é que não prestavam porque aquilo é telha vã, não tinha forros nenhuns, não tinha nada disso, era mais frio.

Antónia Mas a gente estava habituados àquilo.

Maria João Chovia lá dentro?

Antónia Não!

Soledade Não!

Antónia Nem pingava!

Soledade Pois, era mais frio, isso nem tinha comparação, uma

casa com forro [isolamento].

Antónia *Era tábuas, era ripas, chamavam ripas.*

Soledade *...de madeira*

Antónia *...assim desta largura*

Maria João Logo, logo por baixo das telhas

Antónia *Tinha os barrotes que é... Tinha uma trave de madeira, não é? A grande. Depois tens uns barrotes assim [perpendiculares] e depois tem umas ripas assim [perpendiculares]. Era madeira. Até tínhamos madeira nossa, mandávamos serrar. Até tínhamos almos [álamos?] e ameiros [amieiro? ulmeiros?], a madeira de ameiro era muita boa, ainda há ali um corte de madeira de ameiro, no quarto ali do norte. Isso mandavam fazer, havia aqueles serradores que andavam aí serrando, uns aqui do lado de Deixa-o-Resto e outros.*

Antónia *...era, as ripas e os barrotes e aquilo*

Soledade *Que aquela casa tinha sido mandada fazer pela mãe dele*

Antónia *Aquela da Serradinha eu nunca ouvi dizer quem é que tinha feito aquelas casas, as casas isto é, a casa do moradio? e o quarto, do lado do Sul, sempre lá existiu e não sei... agora, depois, já se fez um quarto, para o outro lado e era uma casinha de arrecadação também, parece que essa já estava feita também, que era onde guardavam os cereais.*

Soledade *Então esta aqui foi feita a bocados, aquilo, se calhar, consoante tinham algum dinheirinho e preciso, assim iam fazendo, não era como é agora... nada, em nada.*

Antónia *Não tinha nada a ver.*

Soledade *Porque aquilo tem o rodapé, a barra, como tem por fora, aqui na frente, tem naquela parte que se arranjou para o tio bernardo ir para ali morar, portanto aquela casinha [parte direita da casa] já foi feita depois. Pois, e aqui na adega tem outra barra.*

Antónia *Pois, dá sinal de ser [ter sido] só por ali.*

Soledade *Pois é o sinal que prova mesmo, que aquela barra era nas pontas da casa, nas petelas.*

Maria João Como é que era quando se juntava muita gente em casa? Comiam cá fora alguma vez ou não?

Soledade *Não se fazia ajuntamentos como é assim [agora].*

Antónia *Havia pouca gente. Só em casamentos...*

Soledade *Ora, eu cá casei em casa e na rua. Foi aqui! O pessoal não cabia em casa. A casa foi praticamente toda despejada, os quartos não tinham lá nada, era para pôr tudo mesas, na adega levou outra mesa, foram umas tiradas para fora, outras arrumadas às paredes*

Maria João Quantas camas é que tinha cada quarto?

Soledade *Então aquilo cada quarto tinha uma... ali chegámos a ter, naqueles gabinetes [compartimentos de dormir], além onde tem o tabique, num tinha uma cama no outro tinha outra...*

Antónia *...e depois tinham cá o outro quarto [quarto norte]...*

Soledade *...cá o quarto grande tinha outras duas. E então nesse tempo, tu pensas que cada moço pequeno tinha uma cama? Dormiam três ou quarto numa cama e toca a aviar*

Antónia *Uns aos pés e outros à cabeceira.*

Soledade *Era isso que eu ia dizer! Uns voltavam a cabeça lá para aquele lado e outro punha-lhe os pés para o nariz! E é se queres, pois, e era assim.*

Antónia *Toda a gente dormia bem, em havendo sono, pronto*

Maria João E como é que era um dia normal?

Antónia *Depende, do trabalho que as pessoas têm para fazer. Nesse tempo dormia-se pouco*

Soledade *Não se podia pensar no peso [do sono], era levantar e andar. Por exemplo, as pessoas que tinham o seu governo mas que iam trabalhar para ganhar a jorna, chamava a gente ao ganhar um x por dia, se queriam ter as coisas em condições tinham de se levantar cedo, para tratar de porcos, e para tratar de galinhas, e coelhos e essas coisas todas. Tinham de se levantar cedo para fazer essas coisas todas...*

Antónia *E fazer o comer...*

Soledade *...e fazer o comer, que aquilo não era fácil, e depois ir trabalhar e entravam ali a trabalhar às 8 horas, e saíam ao meio-dia e tinham uma horas [de descanso]... e só mandavam as pessoas embora quando era já sol posto. E era assim, vinham para casa, acontecia o mesmo: quem tinha crianças pequenas e não tinha quem ajudasse, aquilo era uma vida de escravo, então não era?*

Antónia *Buscar os filhos para casa, acariar lenha para o lume, fazer o jantar...*

Soledade *...e depois os homens não faziam nada, porque se eles fizessem alguma coisa diziam que eles eram maricas, e os homens não queriam. Chegavam a casa e cortavam um bocado de pão com linguiça ou chouriço ou isso e iam até à venda fazer serão e elas ficavam dançando até se despacharem.*

Antónia *Lavar gaiatos e deitar gaiatos e organizar o almoço para outro dia, fazer o jantar para aquele dia*

Soledade *E preparar tudo para o outro dia, que elas tinham de levar os gaiatos para uma mulher que por cada gaiato davam-lhe o dinheiro de um dia da semana... quem tinha dois, quer dizer, trabalhava seis mas só ficava com o dinheiro de quatro, tinha de pagar dois para os filhos lá estarem*

Maria João *Estarem onde?*

Antónia *Numa ama, pessoas que, por exemplo, já não trabalhavam e cuidavam nos gaiatos*

Maria João *E os homens trabalhavam a fazer o quê?*

Soledade *Então, eles trabalhavam no campo, quer dizer, os homens cavavam lama... o serviço de homens era sempre mais pesado, mas o mais [a maioria] faziam praticamente tudo igual [às mulheres]. E via-se lá algum homem com um filho ao colo?! Nem pensar!*

Antónia *Nem isso! Nem dar água a um porco, dar comer a um porco, comer a uma galinha... elas é que faziam tudo! E lenha? Levar lenha para casa, alguma vez?! Devagarinho tudo muda, tudo tem ido mudando, isto agora é completamente diferente.*

Agradecimentos

“Acabar.

Uma palavra imprecisa, uma espécie de erro de tradução, a substituir pela palavra
***começar.*”**

(Álvaro Siza, *01 Textos*: 365)

Ao Professor Francisco Barata, primeiro impulsionador e orientador deste trabalho, um saudoso e sincero agradecimento pelo entusiasmo demonstrado com “a casa da avó”, que, apesar das infelizes circunstâncias, me assistiu até ao final.

Ao Professor Pedro Alarcão, pela sua simpatia e acompanhamento exemplar, interesse e disponibilidade que tornou possível esta entrega.

À Professora Clara Vale, pela ajuda preciosa nesta fase e na que se avizinha.

À Catarina Mouraz, à arquitecta Ana Antunes, ao Bruno, ao Afonso, ao João e à Ana pelas ajuda neste trabalho. À Sole e ao João pelas pacientes releituras.

Aos meus amigos, pela companhia nestes meses e nos outros todos, pela presença tranquila que tanto estimo, pelas entusiasmantes conversas e por serem uma fonte de orgulho, inspiração e motivação desde sempre. À Teresa, à Giulia, à Ma, ao Manel e aos Xerifes por tornarem estes dias mais leves e à Marta, à Rita e aos que fizeram o mesmo à distância.

Ao melhor álbum de Miles Davis, que quero continuar ouvir por muito tempo, pelo abraço que é.

À família que foi perguntando se ‘já estava’ e acarinhando enquanto ‘não estive’. À Inês e à Leonor, pelo motivo para escrever e pela paciência que vão ter um dia para ler sobre o nosso Monte.

Ao Afonso, pelo tempo, espaço e luz que vamos inventando - e por se sentar à mesa comigo.

Aos meus pais, pelo tempo que me deram para fazer o que gosto, pelo carinho e por tudo - especialmente pelo melhor presente, o da viagem.

Aos meus avós, por me ajudarem a saber de mim.